

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MURILLO MARSCHNER ALVES DE BRITO

DISCUTINDO O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL
cursos de vida, sentidos da ação econômica e transmissão intergeracional

BELO HORIZONTE
2008

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MURILLO MARSCHNER ALVES DE BRITO

DISCUTINDO O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL
cursos de vida, sentidos da ação econômica e transmissão intergeracional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Danielle Cireno
Fernandes

BELO HORIZONTE
2008

Alves de Brito, Murillo Marschner

Discutindo o Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil
– Cursos de Vida, Sentidos da Ação Econômica e
Transmissão Intergeracional / Murillo Marschner Alves de
Brito – 2008

100 fls.

Orientadora: Danielle Cireno Fernandes

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas / Universidade Federal de Minas Gerais

1. Alocação de Tempo – Crianças e Adolescentes
2. Trabalho 3. Reprodução Social 4. Cursos de Vida
5. Ação Econômica Estratégica. I. Alves de Brito, Murillo
Marschner II. Dissertação (mestrado) – Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas / UFMG. III. Discutindo o
Trabalho de Crianças e Adolescentes - cursos de vida,
sentidos da ação econômica e transmissão intergeracional

Agradecimentos

Ao fim deste longo e sacrificante processo, fica-se temeroso que injustiças sejam cometidas e que o cansaço obscureça na memória a importância de alguns, tendo em vista a enorme gama de pessoas queridas que compartilharam das agruras, alegrias e sacrifícios inerentes à realização de um trabalho desta monta.

Nada mais justo do que aqui prestar homenagem, em primeiro lugar, àqueles que acompanharam mais de perto as mudanças que em mim se processaram ao longo de todo esse caminho. Estes sim sabem, precisamente, o que era e o que virei. A estes - minha família - dedico primordialmente este trabalho, pois mesmo em momentos em que tudo indicava o contrário, nunca deixaram de acreditar: à minha mãe, que mesmo não fazendo a menor idéia do que se tratava o trabalho, sabia que era muito, muito bom; ao meu pai, do qual serei sempre devedor de uma herança intelectual e moral impagável; à minha irmã querida e minha sobrinha, feixinho de luz sorridente, mais jovem do que esta dissertação. E à Dani, companheira de tantas idas e vindas que, para além dos mais tenros sentimentos, despertou em mim a vontade de ser melhor e a crença de que juntos poderíamos tudo...

Mas nada disso se realizaria sem o apoio e a riqueza daqueles que se colocaram como interlocutores no debate sobre o qual se erigiu este trabalho. Neste sentido agradeço principalmente Jorge e Danielle, os principais catalisadores de meu desenvolvimento profissional, fundamentais na realização deste trabalho e de vários outros. A reboque cabe aqui o agradecimento a todos os companheiros de LAPST, com os quais compartilho minha origem (muito obrigado pelas bases de dados e pelos cafezinhos!!!). Agradeço também à Nadya e aos colegas do grupo de estudos em sociologia do trabalho, que não se furtaram a dedicar um pouco de seu tempo à leitura e à crítica deste trabalho, mas, principalmente, me mostraram como é possível ver as coisas a partir de outra perspectiva e como é rico fazê-lo. Por fim, nesta seara, os agradecimentos institucionais à CAPES e à FAPEMIG, que tornaram financeiramente viável a realização deste projeto e ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, que me abriu as portas para realizá-lo.

Por fim, o agradecimento aos amigos e colegas da graduação e do mestrado (em especial ao Balu Mágico!!) pois, se não fosse por eles conseguirem – por mais que às vezes fosse difícil – tirar minha cabeça dos insistentes pensamentos sobre coisas “sérias” da vida, não sei se conseguiria chegar até aqui.

A todos estes, faço questão de deixar aqui registrada minha eterna gratidão, e anunciar que todos estão vivos aqui neste trabalho – para o bem e para o mal - e que este não seria o mesmo se não fosse a colcha de retalhos de relações humanas que tecemos ao longo de sua realização. Muito obrigado a todos.

Resumo

A alocação de tempo de crianças e adolescentes é motivo de ampla discussão na literatura acadêmica internacional, especialmente no que diz respeito à alocação de tempo em atividades produtivas. Este trabalho tem por objetivo contribuir no debate sobre os fatores historicamente associados ao trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, trazendo à discussão linhas interpretativas de origens distintas – a economia domiciliar, a teoria dos cursos de vida, e a sociologia econômica – através do teste de hipóteses específicas derivadas. Do ponto de vista empírico, foram utilizadas todas as bases de microdados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – disponíveis entre 1988 e 2005, recortadas para a faixa etária entre 10 e 15 anos de idade. Destas bases de dados foram extraídas estatísticas descritivas, visando caracterizar diferenças e semelhanças entre o perfil dos jovens de acordo com as categorias de alocação de tempo – apenas trabalho, conjugação entre trabalho e estudo, apenas estudo e nenhuma das duas atividades – e estatísticas inferenciais, com a aplicação de um modelo de regressão logit multinomial, objetivando medir o nível de associação das crianças e adolescentes às categorias de alocação de tempo de acordo com variáveis específicas assumidas como *proxy* para o teste das hipóteses de trabalho. Os principais resultados demonstram a concentração crescente e, ao fim do período, quase exclusiva, do trabalho nesta faixa etária dentro da categoria estudo e trabalho; a alta associação do trabalho das crianças e adolescentes com o histórico familiar de trabalho na juventude; a crescente associação entre a existência de pais ocupados – especialmente a mãe – e a alocação de tempo dos jovens em trabalho; e a grande diferença no que tange à dinâmica de fatores historicamente associados à alocação de tempo na conjugação entre estudo e trabalho e apenas em trabalho. Entre as principais conclusões temos que este trabalho evidencia um fenômeno social que passou por profundas transformações no período analisado, o que implica na mudança constante na dinâmica dos fatores associados; além de demonstrar como o trabalho para esta faixa etária associa-se a uma gama de fatores muito diversa, entre eles especialmente a composição familiar, o histórico e a situação atual da família com relação ao mercado de trabalho e ao sistema educacional.

Abstract

Time allocation of children and adolescents is widely discussed in international academic literature, especially time allocation in work activities. This specific work intends to contribute in the debate about factors historically associated with children and adolescents work in Brazil, bringing arguments linked to different analytical perspectives – household economics, life course theory and economic sociology – by testing a series of derivative hypothesis. Empirically, the data used were the PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – the Brazilian annual national household survey, conducted by IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – available between 1988-2005, selecting the children aged 10-15 years. With a series of descriptive statistics, we explored the extensive dataset with a closer look to differences and similarities between the four possible time-allocation categories – just work, school and work, just school, and neither one of the two – and with a multinomial logit regression modeling proposal we tried to measure the level of association of children and adolescents to time-allocation categories according to specific variables assumed as *proxy* for testing the intended hypothesis. The main results shows ascendant concentration - at the end of the period, an almost exclusive one - of individuals that worked at this age group in the category school and work; high association of children's time allocation in work activities and a family history of early work; the crescent association between occupied mothers and fathers – especially the mother – and work activities; the great difference in the dynamics of historically associated factors to time allocation in the conjugation of school and work and just in work activities. This work registers a social phenomenon that had clearly and profoundly changed, in terms of associated factors, over the analyzed period; besides, shows how diverse are the scenario of associated factors to children and adolescents allocation of time in work activities in Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O ESCOPO TEÓRICO DO OBJETO DE PESQUISA	13
2.1. O Trabalho de Crianças e Adolescentes e Reprodução Social	13
2.2. Economia Domiciliar, Distribuição Estratégica de Recursos e Alocação de Tempo	19
2.3. Significados da Ação Econômica, Trabalho e Alocação de Tempo	24
2.4. Produção Internacional e Produção Brasileira no Debate Sobre os Determinantes do Fenômeno	31
3. SISTEMATIZANDO AS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO	44
4. PROPOSTA METODOLÓGICA	47
5. EXPLORANDO OS DADOS	49
5.1. Estatísticas Descritivas	49
5.2. Análise Multivariada	72
6. CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	97

I. INTRODUÇÃO

Fruto de uma complexa e amplamente discutida combinação de fatores, o exercício de atividades laboriosas por crianças e adolescentes é um traço marcante da sociedade brasileira. A situação de precariedade que caracteriza a vivência de ampla parcela da população brasileira exige que o núcleo familiar recorra às mais diversas estratégias de sobrevivência para garantir sua subsistência em um contexto social marcado pela desigualdade. Dentre estas estratégias pretendemos, no âmbito deste esforço de pesquisa, lançar luz sobre a questão do trabalho de crianças e adolescentes.

Qualquer análise ou interpretação que se pretenda sobre o fenômeno deve tomar como pressupostos definições conceituais sobre o que deve ser considerado como trabalho infantil ou trabalho de crianças e adolescentes. A convenção nº 138 da OIT – Organização Internacional do Trabalho - define 15 anos como a idade mínima para que um indivíduo possa exercer atividades econômicas, sendo que indivíduos abaixo desta idade que sejam economicamente ativos são considerados crianças e jovens trabalhadores. A convenção nº 182, acordada em 1999, define como trabalhadores infantis: a) todas as crianças entre 5 e 11 anos de idade que são economicamente ativas; b) crianças entre 12 e 14 anos que trabalham em alguma atividade econômica por 14 horas ou mais na semana e c) crianças entre 12 e 17 anos que exerçam ocupações tidas como “piores formas de trabalho infantil”. Este grupo de atividades é, por sua vez, constituído por: 1) escravidão ou trabalho em condições de escravidão; 2) prostituição ou pornografia; 3) atividades ilícitas como produção e tráfico de drogas e; 4) atividades econômicas que possam comprometer a saúde, a segurança ou a moral da criança. A Constituição Federal de 1988 refere-se ao trabalho infantil como “aquele exercido por qualquer pessoa com idade abaixo de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade”. Tal concepção, na prática, contribui para os usos mais diversos de mão de obra dos mais jovens, uma vez que a noção de trabalho com fins educacionais permite as mais variadas interpretações.

É importante também levar em consideração distinções claras entre os tipos de atividades desempenhadas por crianças e adolescentes, tendo em vista que

distintas visões culturalmente enraizadas sobre o trabalho significam de maneira diferente o fenômeno, assim como, de fato, podem existir atividades mais e menos penosas a serem exercidas. Assim, diversos estudos demonstram que existem atividades de trabalho exercidas por crianças e jovens que não apresentam efeito deletério sobre o aproveitamento escolar e sobre o desenvolvimento psico-social do indivíduo. Trata-se de um amplo debate sobre condições de trabalho e significados atribuídos a este trabalho, que transformam em ainda mais complexo o cenário no qual ocorre o fenômeno bem como o aparato analítico necessário para sua compreensão.

Analisando de maneira exploratória o cenário do trabalho de crianças e adolescentes, temos que, para o caso brasileiro, apesar da clara diminuição em termos absolutos da parcela de jovens entre 10 e 15 anos que fazem parte do mercado de trabalho ao longo da década de 90, segundo os dados da PNAD 2002 (IBGE)¹, aproximadamente 2.270.000 crianças entre 10 e 15 anos (12,9% do total de indivíduos nesta faixa etária) exercem atividades remuneradas. A tabela abaixo demonstra a evolução dos números sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil do fim da década de 80 até 2002. Observamos que, entre os anos de 1988 e 2002 temos uma ampla diminuição na proporção de crianças e adolescentes exercendo atividades remuneradas, o que implica em compreender que a análise de determinação proposta insere-se em um contexto mais amplo de diminuição do número de indivíduos trabalhadores na faixa etária de 10 a 15 anos.

¹A PNAD é um survey nacional realizado anualmente (exceto em anos de Censo) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Baseado em um "amostra estratificada por conglomerados selecionados em estágios múltiplos" (Cireno, 2004), este survey investiga de forma permanente os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais. Outros temas são abordados com periodicidade variável, normalmente através de pesquisas suplementares.

Tabela 1: Evolução do Número, da Proporção e da Média de Idade da População entre 10 e 15 anos Ocupada no Brasil (1988-2002)

	1988		1992		1996		2002	
	N	%	N	%	N	%	N	%
crianças de 10 a 15 que não exercem nenhum tipo de ocupação remunerada	13866709	78,0	14650817	78,4	16139502	83,7	15455133	87,8
crianças de 10 a 15 que exercem algum tipo de ocupação remunerada	3912778	22,0	4039105	21,6	3135601	16,3	2147524	12,2
Total	17779487	100	18689922	100	19275103	100	17602657	100
média de idade	12,4		12,41		12,53		12,55	

Fonte: IBGE, PNAD.

O universo é bastante ampliado se levarmos em consideração as atividades não-remuneradas exercidas por estes jovens. Configura-se notadamente, portanto, um descompasso entre a legislação vigente sobre a temática no Brasil e sua efetiva situação na realidade social brasileira. Neste sentido consideramos relevante investigar que fatores estão associados à ocorrência do fenômeno, sendo este o principal propósito do trabalho aqui apresentado.

A escolha dos anos amostrados na tabela reflete a escolha que será apresentada na proposta metodológica, cobrindo um período histórico pelo qual optou-se por dois motivos principais: em primeiro lugar, buscamos recortar transversalmente pontos específicos ao longo do processo de reestruturação produtiva – o ano de 1988 foi considerado representativo de um momento que antecede as transformações macro-econômicas, cujas implicações sobre o mercado de trabalho nos interessam de forma direta; a partir de 1992 temos um período de instabilidade aguda face a essas transformações, com a liberalização econômica e o impacto desta na precarização das relações de trabalho, em termos do cenário macro-econômico; em meados da década de 1990 temos o início do período de recuperação econômica e estabilização, via Plano Real, de uma nova configuração econômica e produtiva e por fim, assumimos o ano de 2005 como ponto de chegada da análise por considerarmos que aqui temos já razoavelmente consolidadas as principais transformações do sistema produtivo e do mercado de trabalho face ao processo de reestruturação. Em segundo lugar, a década de 1990 é marcante no Brasil para o desenvolvimento do arcabouço institucional de proteção à infância e à juventude, principalmente devido à formulação e implantação do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), que permitiu a criação dos Conselhos Tutelares, Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programas Sociais como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) entre outros mecanismos; sendo também um período no qual observa-se a ampliação da cobertura do sistema educacional no nível fundamental atingindo-se praticamente a universalidade no acesso em fins da década e início do século XXI.

A questão da alocação de tempo e do trabalho de crianças e adolescentes pode ser abordada sob uma pluralidade de perspectivas: trabalhos que abordam a questão do ponto de vista das negociações político/econômicas entre países desenvolvidos e sub-desenvolvidos, que implica, via de regra, a discussão sobre a criação de barreiras econômicas para a circulação de produtos baseados no trabalho de crianças e adolescentes, dizendo principalmente sobre direitos fundamentais no trabalho; trabalhos que exploram a relação entre entrada precoce no mercado de trabalho e alcance educacional; trabalhos que discutem o papel desse fenômeno em um cenário mais geral de reprodução social, fundamentando-se principalmente em teorias sobre estratificação e reprodução social; trabalhos que discutem os determinantes do fenômeno, principalmente aqueles de ordem econômica e sociológica, entre outros. O presente esforço de investigação se enquadra nas duas últimas categorias e pretende discutir a relação entre trabalho de crianças e adolescentes e reprodução social, por um lado, e os aspectos determinantes do fenômeno, especialmente os de ordem econômica e sociológica, por outro.

Tudo isto posto, o trabalho está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar são apresentadas as perspectivas teóricas das quais nos apropriamos para a análise dos dados (seção 2). A seção 3 traz as hipóteses de pesquisa a serem testadas, seguidas pela seção 4 que expõe as estratégias de investigação empírica. A seção 5 apresenta os principais resultados, divididos entre as estatísticas descritivas e os resultados da análise multivariada. Por fim a seção 6 apresenta as principais conclusões do estudo e as considerações finais.

2. O ESCOPO TEÓRICO DO OBJETO DE PESQUISA

2.1. O Trabalho de Crianças e Adolescentes e Reprodução Social

Uma das perspectivas atualmente em maior evidência na sociologia utilizada para interpretar o efeito dos acontecimentos na juventude em termos da posição sócio-ocupacional do indivíduo na vida adulta é a teoria dos cursos de vida. Hogan e Astone (1986) foram os primeiros a introduzir tal perspectiva de forma mais sistemática no cenário de pesquisa sociológico internacional. Segundo Shanaham (2000), o trabalho de Hogan e Astone *“ênfatiza os fatores contextuais e institucionais que explicam as diferenças na transição para os papéis adultos entre sociedades diferentes, entre os estratos sociais de uma mesma sociedade, e ao longo da história”*. Trata-se, portanto, de uma perspectiva teórica focalizada nos marcos de transição para a vida adulta, tais como o abandono escolar, o início da vida no trabalho, deixar o lar de origem, entre outros.

Analisando a pobreza e a exclusão social sob a ótica da teoria dos cursos de vida, Dewilde (2003) chama atenção para a ênfase dada por esta perspectiva à consideração da unidade familiar e do indivíduo como localizadas em um contexto histórico e social. O quadro geral de análise desta perspectiva engloba o curso de vida individual; o curso de vida familiar enquanto produto dos cursos de vida dos indivíduos que o compõe; a relação da família com as outras esferas institucionais e os efeitos das transformações sociais e dos diversos eventos históricos na padronização ou dispersão na variabilidade dos cursos de vida. A relação entre o indivíduo e as transformações sociais do contexto no qual ele se insere tem na família seu principal mediador, ligando as transformações sociais aos cursos de vida individuais. Neste processo é de fundamental importância a idéia de estratégias familiares de uso e distribuição dos recursos que assume uma conotação diferenciada no campo da pesquisa sobre os cursos de vida: podem ser estratégias explícitas – que envolvem o cálculo racional de custos e benefícios face aos cursos de ação disponíveis – ou estratégias implícitas – cuja racionalidade responde a preceitos tradicionalistas, normativos e valorativos de determinados grupos sociais. Não obstante os processos de transformação estrutural a longo prazo e seus efeitos sobre os cursos de vida, a diferenciação e variabilidade dos mesmos se dá internamente às formações sociais que compartilham um mesmo momento histórico

e social, estimulados por transformações promovidas pelo Estado, pelo mercado, e pela interação destes entre si e com a família – modificando assim as estratégias e comportamentos, bem como os cursos de vida – conduzindo à desigualdade social entre grupos e indivíduos. De forma mais sistemática, Dannefer (1987) aponta que a variação interna dos cursos de vida é influenciada por fatores no nível macro, como o mercado e o Estado; fatores no nível meso, com as escolas e empresas; e fatores micro-sociais, como a família e as relações inter-pessoais.

Segundo Shanaham, a modernização pode ser considerada como o principal processo que move as transformações mais relevantes a longo prazo em termos de impacto nos cursos de vida, diferenciando coortes que se sucedem historicamente. Também para este autor, as transformações econômicas de curto prazo, bem como eventos históricos específicos complexificam a análise da determinação da diferenciação dos cursos de vida. Assim como Dewilde, entende que as fontes principais de variação nos cursos de vida dizem respeito a fatores inter-coortes – tais como descritos acima - e desigualdades intra-coorte, que promovem a diferenciação via a conjugação de dimensões tais como raça, gênero e status sócio-econômico: *“Apesar de que as diferenças nos cursos de vida possam refletir critérios como renda, gênero e raça/etnicidade, é provável que combinações desfavoráveis destes fatores definam os grupos socialmente desfavorecidos.”* No entanto, em sua análise inclui também fatores de outras duas ordens para a explicação das variações intra-coorte: 1) fatores psico-sociológicos e 2) fatores estruturais. Os fatores psico-sociológicos estão relacionados ao conceito de agência – entendido como o processo ativo de escolha de envolvimento institucionais apropriados, filiação organizacional e relações interpessoais - e à perseguição de objetivos, e buscam compreender a forma como as pessoas formulam e perseguem seus objetivos de vida. A importância dos fatores estruturais se dá na medida em que a organização e estruturação social das oportunidades (e da coerção destas oportunidades) também intervém na variabilidade e diversificação dos cursos de vida.

Consideramos que a situação do Brasil no período a que o estudo se propõe (1988 a 2005) pesquisar se enquadra nestas características de transformação e reestruturação produtiva e que na dinâmica dos determinantes da ocorrência do trabalho de crianças e adolescentes poderemos observar os efeitos destas

transformações. Uma das hipóteses a serem testadas partindo-se desta perspectiva é a de que o trabalho precoce estará relacionado positivamente à informalidade e à precariedade na ocupação exercida pelos pais. Não obstante, objeto de estudo proposto é um dos eventos caracterizados como um dos marcos de transição para a vida adulta, qual seja, a entrada no mercado de trabalho. Assumimos aqui a importância, portanto, da colocação deste marco específico de transição na trajetória de vida dos indivíduos pesquisados em termos de efeitos futuros no perfil do sistema de estratificação e das desigualdades no país. Não apenas entendemos a importância do objeto de pesquisa enquanto um marco no curso de vida individual, mas a contribuição da teoria dos cursos de vida na interpretação do fenômeno se expande mesmo para a lógica do padrão de comportamento familiar, na medida em que assume-se que a entrada ou não de membros mais jovens da família no mercado de trabalho se dá como produto da interação e conjugação dos diversos cursos de vida tomados individualmente na conformação da unidade familiar. Ou seja, importa, na determinação do trabalho de crianças e adolescentes, a posição de ego no seu curso de vida em relação à posição dos outros membros da família em seus cursos de vida e o cenário de composição familiar que emerge deste entrecruzamento.

Na literatura brasileira, alguns autores trabalham a questão da importância de eventos ocorridos na juventude para a determinação do alcance sócio-ocupacional do indivíduo na vida adulta. Em “Mobilidade Social no Brasil” (2000), José Pastore já chama atenção para a importância da idade de entrada no mercado de trabalho para a determinação do alcance sócio-ocupacional do indivíduo. Segundo ele, quanto mais precocemente se dá esta entrada, mais limitado fica o alcance sócio-ocupacional individual e maior a probabilidade de que o indivíduo exerça ocupações de baixo status na vida adulta. Sendo assim, levanta o argumento de que a entrada no mercado de trabalho na infância e na adolescência é determinante não apenas do perfil da estratificação social no país, mas também da perpetuação de um ciclo de pobreza, uma vez que as famílias que recorrem a esta estratégia de sobrevivência, através da decisão da utilização deste tipo de mão de obra na composição da renda familiar, limitam as oportunidades de mobilidade ascendentes de seus membros mais jovens. Na pesquisa em que trata especificamente do trabalho de crianças e adolescentes, Pastore, Pagotto e Zylberstajn (1985)

reafirmam este caráter de transmissibilidade intergeracional da pobreza, considerando a criança como o elo de ligação entre a “nova” e a “velha” pobreza:

“A hipótese que se levanta aqui é a de segmentação de mercado, ou seja, para o menor e o jovem que já ingressaram no mercado de trabalho a algum tempo há pouca chance de movimentos verticais. Por outro lado, para os que entraram recentemente e com idade mais avançada as chances aumentam substancialmente. Em outras palavras, vale a pena retardar a entrada no mercado de trabalho para menores e jovens”.

Emerson e Souza (2003) abordam a problemática sob perspectiva semelhante e se questionam: o status de trabalho dos pais enquanto crianças e adolescentes afeta a probabilidade de trabalho de seus filhos? Partindo-se do pressuposto de que a necessidade financeira cria a ligação intergeracional; os autores se perguntam se de fato existe uma conexão intergeracional para além da dimensão financeira que é transmitida *através* da produção de renda e das atividades produtivas, especula-se, através de normas sociais. As evidências apresentadas apontam fortemente que esta conexão intergeracional existe e que persiste mesmo quando a renda é controlada. Além disso, crianças e adolescentes que não trabalharam tem maiores salários na vida adulta, sugerindo que o potencial capital humano ganho enquanto aprendiz é sobrepujado pelo capital humano adquirido via escolarização. A relação entre a entrada precoce no mercado de trabalho e baixo alcance educacional, reafirmando ciclos de pobreza parece bastante estabelecida na literatura sobre o trabalho de jovens e crianças (Cardoso e Souza, 2004; Kassouf, 2002).

Não obstante a limitação em termos de alcance sócio-ocupacional, alguns estudos exploram a relação entre o trabalho de crianças e adolescentes, alcance educacional e frequência escolar. A pesquisa em estratificação social nas últimas décadas visou investigar que tipo de mecanismos intervêm, ao longo do curso de vida, na mobilidade intergeracional, sendo que um dos achados mais consistentes é o fundamental papel do alcance educacional do filho na mediação do efeito do alcance ocupacional do pai sobre o alcance ocupacional do próprio filho (Blau e Duncan, 1967). Chen e Kaplan (2003), partindo da idéia de conexão entre “*early experiences*” e resultados na vida adulta demonstram – tendo como substrato empírico um painel longitudinal - como a experiência escolar na adolescência tem conseqüências de longo prazo sobre o alcance ocupacional do filho e que tipo de

mecanismos mediam o efeito da experiência escolar sobre o alcance ocupacional na vida adulta – ressaltando, na amostra investigada, a importância da continuidade na escolarização, da saúde mental e do “comportamento desviante”. De fato a apropriação desta perspectiva para a análise do objeto de estudo proposto no caso brasileiro se dá principalmente devido à idéia do efeito da *experiência escolar* sobre o alcance ocupacional. Se na amostra pesquisada por Chen e Kaplan nos EUA observamos determinadas dimensões da experiência escolar exercendo influência sobre o alcance ocupacional, entendemos como plausível a proposição de que a conjugação entre escola e trabalho, na medida em que exerce influência sobre a experiência escolar, pode ter efeito sobre o alcance ocupacional do indivíduo. Pastore, Pagotto e Zylberstajn (1985) afirmam que, ao se analisar os motivos de abandono escolar, verifica-se a importância da repetência em virtude do trabalho na limitação do alcance educacional de jovens e adolescentes. Segundo eles, a mudança no período de estudos em termos da alocação do tempo, aliado às distâncias entre escola, casa e local de trabalho, é o primeiro passo rumo ao abandono escolar. Além disso, a matrícula escolar tem efeito negativo sobre a possibilidade de trabalho, sendo que a carga de trabalho é maior para aquelas crianças e jovens que não freqüentam a escola. Segundo os autores, a exposição a extensas jornadas diárias compromete o desenvolvimento educacional daqueles que trabalham e freqüentam a escola e dificulta o acesso àqueles que não freqüentam ou abandonaram e pretendem retornar. Cardoso e Souza (2004) exploram a relação entre trabalho precoce, freqüência à escola e as políticas nacionais de transferência de renda vinculadas à freqüência escolar (Bolsa-Escola, PETI²). Segundo eles, o impacto da educação compulsória é positivo e significativo em termos de matrícula, ou seja, mais crianças estão freqüentando a escola. No entanto, apesar do declínio no número de crianças e adolescentes economicamente ativos no Brasil durante a década de 90, os diferentes fatores que contribuíram neste sentido ainda não estão claramente estabelecidos. O efeito da matrícula sobre o trabalho precoce, de acordo com seus achados, se deu mais no sentido da mudança no perfil deste fenômeno do que propriamente na sua erradicação – apesar de ter efeito na diminuição do trabalho de forma geral, mas agora com maior representatividade da conjugação entre estudo e trabalho do que da dedicação exclusiva ao trabalho. Tendo em vista a

² PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Trata-se da política pública federal que lida com a questão do trabalho infantil.

consolidação desta tendência, é importante verificar que tipo de efeito a conjugação da experiência escolar com a experiência de trabalho tem sobre o alcance educacional e em que medida a experiência de trabalho impacta sobre o alcance ocupacional, via experiência educacional.

2.2. Economia Domiciliar, Distribuição Estratégica de Recursos e Alocação de Tempo

Grande parte dos trabalhos que analisam o papel de determinantes econômicos e sócio-demográficos do trabalho de crianças e adolescentes baseia-se na herança teórica de Becker (1965), em um modelo que entende a unidade domiciliar enquanto uma *unidade decisória racional* da alocação de tempo de seus membros. A decisão sobre a alocação de tempo é orientada pela maximização do bem-estar familiar, traduzida no aumento dos níveis de consumo. O investimento educacional é entendido como um investimento de longo prazo e seu efeito sobre a decisão familiar é indireto na medida em que é levado em consideração enquanto ganho *potencial*, e não corrente, nos níveis de consumo e rendimento. Assim temos que a decisão sobre alocação de tempo dos membros da família é produto de uma ação *estratégica* da família face aos constrangimentos de recursos do ambiente econômico. Utilizada em grande medida para explicar os investimentos em capital humano, a teoria de Becker tem como pressuposto a idéia de uma troca (*trade-off*) entre quantidade e qualidade do investimento em capital humano pela família: tendo em vista que a alocação de tempo trata, em última instância, da gestão racional de recursos finitos pela unidade domiciliar; uma estratégia econômica familiar que visa a maximização de seu bem-estar, é razoável supor que quanto mais extensa a família, quanto maior o número de dependentes, menor o investimento (seja de capital financeiro ou humano) destinado a cada um dos membros, e menor a qualidade do investimento. Duas proposições que interessam à nossa discussão podem ser deduzidas a partir dos pressupostos centrais da teoria de Becker: 1) a homogeneidade das preferências da unidade familiar e a sua constância no tempo – a questão da estabilidade das preferências e; 2) a homogeneidade na distribuição dos recursos disponíveis à família entre seus membros. Desde sua emergência no cenário teórico internacional, os modelos de decisão familiar vêm se refinando do ponto de vista teórico e sendo aplicados em diversos estudos empíricos que analisam não apenas investimentos em capital humano, mas também os determinantes do trabalho de crianças e adolescentes, que aqui nos interessam diretamente. O argumento é o de que o trabalho de crianças e adolescentes faz

parte do *rol* das estratégias de uma “economia domiciliar”, sendo que os custos³ desta prática entram no cálculo *racional* dos cursos de ação econômica possíveis dentro de uma estratégia mais ampla de sobrevivência familiar.

Basu (1999) é um dos autores que aproxima a teoria da economia domiciliar de Becker à análise do fenômeno do trabalho de crianças e adolescentes, analisando o processo decisório intra-domiciliar com foco específico nas decisões sobre a entrada dos membros na força de trabalho. Segundo ele, tais modelos podem ser categorizados com base em uma tipologia dicotômica principal: 1) modelos que consideram que os processos de barganha se dão dentro da unidade domiciliar, entre seus membros e 2) modelos de barganha que consideram que os atores envolvidos no processo são, por um lado, os pais, e, por outro, o empregador. O primeiro tipo baseia-se na proposta teórica de Becker e considera, como mencionado, a unidade domiciliar enquanto uma unidade decisória. Segundo Basu (1999) “(...) *este é um modelo de interpretação válido quando uma das pessoas do domicílio é um ditador ou quando todas as pessoas têm a mesma função de utilidade*”. O segundo tipo considera a criança como um agente com possibilidades nulas de barganha, sendo assumida como um instrumento para a maximização, por parte dos pais, dos possíveis benefícios em termos de níveis de consumo domiciliar. Basu ainda coloca que o crescimento total de determinada economia não pode ser considerado o mais importante, muito menos o único fator capaz de mitigar o fenômeno. Como se sabe, em muitos casos a família não dispõe de recursos para investimento em educação e necessita do trabalho dos membros mais jovens na complementação dos recursos necessários à subsistência. Assim, a decisão sobre alocação do tempo dependeria do montante de recursos disponível à família – o nível de renda familiar e as restrições de crédito às famílias pobres seriam destacados assim como os principais determinantes da decisão sobre alocação do tempo (Basu e Van, 1998). Transformações tecnológicas nos processos produtivos, melhorias nas condições de trabalho dos adultos e a disponibilidade de um sistema

³ Principalmente os custos educacionais, como transporte, material escolar, uniforme, etc. face ao retorno potencial destes investimentos em capital humano (cenários sociais distintos implicam retornos distintos aos investimentos em capital humano); e os custos de oportunidade do trabalho de crianças e adolescentes, ou seja, quanto a família deixa de ganhar em termos de aferimento imediato de recursos devido ao investimento em capital humano. O cálculo hipotético proposto pelo modelo relaciona os custos de oportunidade do trabalho dos jovens com relação ao retorno educacional potencial dos investimentos em capital humano.

educacional de qualidade também podem ser responsáveis por retirar boa parte das crianças e adolescentes do mercado de trabalho.

O modelo proposto por Barros, Mendonça e Velazco (1994) filia-se a esta linha de análise sobre o trabalho de crianças e jovens. A questão central que orienta a investigação diz respeito a relação entre a pobreza e o trabalho nesta faixa etária: seria a pobreza o principal determinante da alocação do tempo das crianças e adolescentes em atividades produtivas, em contraposição à educação e ao lazer? O estudo parte do pressuposto básico de que as famílias são unidades de decisão racionais – ou seja, tomam suas decisões visando a maximização de seu bem-estar face a uma série de constrangimentos e limitações em termos de preços e recursos disponíveis. Assim como todas as decisões familiares, a inclusão de crianças e adolescentes na força de trabalho é determinada pelo nível de preços, e as preferências e recursos disponíveis da família; estes últimos, por sua vez, são fortemente influenciados pelo ambiente sócio-econômico no nível macro. O modelo, tal como proposto pelos autores, focaliza atenção no impacto dos preços face aos recursos da unidade domiciliar sobre o trabalho de crianças e adolescentes, visando investigar se efetivamente altas taxas de participação nesta faixa etária estão relacionadas a altos índices de pobreza. O modelo analítico então considera que as decisões da unidade domiciliar são feitas em dois passos: 1) os pais decidem quanto recurso pretendem transferir a cada criança e; 2) os pais decidem como as crianças devem dividir seu tempo entre lazer, educação e trabalho. Ao decidirem sobre a alocação do tempo da criança, os pais visam a maximização do bem-estar dela; o bem-estar da criança, por sua vez, é função de: a) nível de consumo corrente, b) tempo dedicado ao lazer e c) rendimento futuro. A educação não é considerada de efeito direto na função bem-estar da criança; o efeito da educação é então indireto, na medida em que influencia no bem-estar da criança em termos de rendimentos futuros. Tendo em mãos estes pressupostos analíticos, um aumento na renda per capita poderia aumentar o recurso investido pelos pais nas crianças, tendo o aumento na transferência de recursos, impacto duplo na decisão sobre a alocação do tempo dos mais jovens: por um lado, transferências adicionais representam recursos extras para investimento em educação, o que implica em maior dedicação e maior tempo de ocupação das crianças neste tipo de atividade; por outro lado, na

medida em que a transferência de recursos para as crianças aumenta, os pais buscam aumentar também seu nível de consumo e de lazer – aumentando assim o tempo dedicado a estas atividades. Em suma, segundo os autores, a hipótese a ser testada é se o aumento na renda per capita tem efeito tanto no aumento de tempo dedicado à educação quanto ao lazer, diminuindo a quantidade de tempo dedicado ao trabalho. Desta forma, pressupõe-se a existência de uma relação inversa entre trabalho de crianças e renda per capita familiar – quanto mais alta a renda per capita familiar menor a quantidade de tempo dedicada pelas crianças ao trabalho. Não obstante, também levantam a proposição de que é plausível supor que a diminuição nos custos da educação pode levar a um aumento no tempo dedicado pelas crianças ao trabalho – custos baixos de educação tornam a formação acessível a famílias de baixo nível sócio-econômico, levando-as ao aumento no tempo dedicado ao trabalho e à educação e uma diminuição do tempo dedicado ao lazer. Também trabalham com a idéia de que a estrutura de rendimentos do mercado de trabalho, ou seja, os padrões de diferenciais de rendimento, tem influência decisiva na escolha da alocação do tempo de crianças e adolescentes. O efeito específico da pobreza sobre a participação de crianças e adolescentes na força de trabalho é entendido em duas dimensões: como função de: a) o nível de pobreza da família e; b) o nível agregado de pobreza social. Reduções no nível de pobreza podem assim afetar de duas formas os níveis de participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho: no nível macro, a redução da pobreza implica em redução dos custos privados de educação ao mesmo tempo em que um aumento generalizado dos rendimentos e diminuição do diferencial entre estes. No nível micro, a redução da pobreza implica em um aumento na renda per capita do domicílio.

Uma outra variação dos modelos inspirados na economia domiciliar de Becker nos é apresentada por López-Calva (2002) que inclui em seu modelo de análise um fator que ele próprio denomina como normativo, considerando que existem custos sociais – que se desdobram em custos econômicos - em termos de estigmatização, para pais que decidem positivamente sobre a entrada dos filhos no mercado de trabalho. A análise proposta por este autor baseia-se no pressuposto de que as normas sociais estabelecidas são, via de regra, contrárias ao trabalho de crianças e adolescentes e que tal aspecto da realidade social tem influência direta no processo

de decisão familiar. O argumento é o de que deve-se incluir no modelo de análise da determinação do fenômeno o custo que o estigma do “pai que manda o filho para o mercado de trabalho” assume em sociedades na qual esta é uma atitude condenável, e que apresenta efeitos diretos sobre o nível de bem-estar familiar. Desta forma, a determinação do fenômeno não pode ser considerada apenas em termos da escassez de recursos (mais especificamente tempo e recursos econômicos), mas incluir dimensões sociais (normativas e institucionais) baseadas nos processos de interação social, anteriormente negligenciados nas explicações propostas na literatura sobre o tema. O estigma carregado pelos pais que mandam uma criança para o mercado de trabalho tem alto custo para seu bem-estar – principalmente em termos de seu sentimento de pertencimento social, uma vez que “burlam” normas socialmente compartilhadas - mas o nível de estigmatização obviamente varia de sociedade para sociedade, sendo que quanto maior a incidência do trabalho de crianças e adolescentes menor o custo da estigmatização. Temos aqui a construção de um argumento cuja origem é eminentemente sociológica (o efeito das normas sociais), mas cuja utilização no processo analítico assume um caráter marcadamente econômico, uma vez que a norma é assumida como fator relevante na determinação do fenômeno apenas na medida em que implica custos sociais que se refletem em custos econômicos para a família – a questão normativa só importa pois a estigmatização tem custos econômicos para a família, diminuindo os níveis de consumo correntes e de bem-estar familiar. Corseuil, Santos e Foguel (2001), apresentam argumentos que também derivam em geral do arcabouço genérico sobre a economia domiciliar, mas incorporam também elementos referentes ao alcance educacional dos pais, sendo esta uma importante dimensão nas decisões sobre alocação de tempo: pais mais educados deteriam maiores informações sobre a importância da educação, tendendo a atribuir maior valor ao tempo dedicado pelos filhos à escolarização. Não obstante, reconhecendo a escolaridade como proxy da renda, pais mais escolarizados disporiam de maiores recursos para investimentos em capital humano dos filhos – aumentando as probabilidades de frequência escolar.

2.3. Significados da Ação Econômica, Trabalho e Alocação de Tempo

Para além da perspectiva que busca explicar o exercício de atividades remuneradas por crianças e adolescentes enquanto uma estratégia de sobrevivência de orientação eminentemente econômica é possível identificar outras perspectivas de análise nas quais a motivação para a ação (tomando a família como unidade de análise) para o fenômeno objeto de pesquisa ultrapassa os limites de uma racionalidade utilitária. A semente do argumento a ser levantado neste ponto é extraída de dois momentos – não inteiramente distintos – dos escritos weberianos. A construção do raciocínio toma de empréstimo dois aspectos fundamentais de sua concepção de modernidade: 1) a relativização da racionalidade que orienta a ação econômica, nos termos de sua teoria da ação social; e 2) a relação entre representações sociais (em especial aquelas referentes ao trabalho) e padrões de comportamento e de organização social, marcante em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Em primeiro lugar, se entendemos a colocação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho enquanto uma ação com finalidade econômica (tendo como objetivo aumentar a renda da família) da unidade familiar com relação ao mercado de trabalho torna-se relevante indagar porque, mesmo controlando pela renda, existem famílias com maiores e menores possibilidades de lançar mão desta estratégia. Desta forma, consideramos relevante ressaltar como argumento explicativo do fenômeno as motivações não-econômicas, ou seja, trata-se de uma ação que conjuga a motivação racional-utilitária a elementos racionais de outro tipo, especialmente morais e/ou tradicionais, e que por sua vez se relacionam – e isto é o que propomos em segundo lugar - a representações sociais mais ou menos específicas (cabe aqui investigar a natureza das representações e o cenário mais geral que configuram, não sendo este o objetivo do presente trabalho) que caracterizam e estruturam a relação cognitiva que os indivíduos e a unidade familiar mantêm com a categoria trabalho enquanto um elemento de sua realidade social. De forma alguma tratamos de considerar o ascetismo observado por Weber como força propulsora do capitalismo moderno enquanto uma força social capaz de explicar a ocorrência do trabalho de crianças e adolescentes na realidade brasileira, mas sim extrair do argumento weberiano a idéia de que padrões de ação e comportamento

estão vinculados à representações sociais e que, no caso específico a que nos propomos a analisar, interessam as representações sobre o trabalho. Representações de um tipo ou outro podem favorecer a decisão familiar de incluir crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

A representação está diretamente associada à orientação da ação, na medida em que atua como um mecanismo cognitivo que media a “gestão” ou “instrumentalização” dos recursos – de qualquer ordem – disponíveis aos indivíduos. O significado atribuído pelos indivíduos à ação é histórica e socialmente localizado, tendo impacto direto sobre os padrões de comportamento. Desta forma é impossível desvincular a ação de seu significado uma vez que é parte integrante dela. Interessa-nos aqui incluir no escopo teórico de análise do fenômeno não apenas a dimensão econômica mas também as dimensões representacionais e valorativas às quais a sua ocorrência está associada, que remetem ao histórico geracional da família em sua relação com o mercado de trabalho, assim levantando a hipótese de que tais fatores tem papel determinante na decisão da unidade familiar pela utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes entre aquelas unidades familiares em situação sócio-econômica similar. Alguns trabalhos empíricos e teóricos que desdobram este argumento de maneira relevante para a discussão aqui proposta foram desenvolvidos nos campos da sociologia do trabalho, da sociologia econômica e dos estudos sobre estratificação social.

A questão da relativização da orientação racional das ações econômicas aparece como tema central no arcabouço teórico da sociologia econômica, que assenta-se nos principais pressupostos da interpretação sociológica da modernidade em Weber, entre estes os pressupostos apresentados e discutidos nos parágrafos anteriores. Para a discussão teórica do objeto proposto entendemos que as ferramentas analíticas propostas pela sociologia econômica para a análise das ações econômicas e suas motivações são de grande valor para a interpretação do fenômeno e seus determinantes. Sabemos que o marco interpretativo da sociologia econômica emerge como resposta aos modelos atomizados da ação econômica propostos pela teoria neo-clássica e também em resposta aos modelos neo-institucionalistas de análise dos processos econômicos que entendem as instituições como mecanismos eficientes na eliminação dos custos de transação das trocas

econômicas. Nos interessa aqui mais diretamente o debate entre os modelos neo-clássicos de interpretação da ação econômica e a interpretação proposta pela sociologia econômica. O arcabouço da sociologia econômica como um dos mais importantes, seja por problematizar a idéia de atores atomizados cujas ações econômicas se desdobram de forma independente, baseadas apenas em cálculos racionais entre custos e benefícios implicados nos diversos cursos de ação possíveis que se apresentam aos atores (ou às unidades de análise em questão) na ação econômica; seja por relativizar de maneira profunda os sentidos da ação econômica, que, segundo esta perspectiva podem assumir formas muito distintas às de uma racionalidade puramente instrumental. Segundo Smelser e Swedberg (1994) são quatro os pontos principais que distinguem esta abordagem da interpretação proposta pelos modelos neo-clássicos: 1) *o conceito de ator* - para a sociologia econômica, o ator é influenciado por outros atores e é parte integrante de grupos e da sociedade; para a economia o ator é apenas influenciado por outros atores; 2) *a ação econômica* - na sociologia econômica, muitos tipos de ação são levados em consideração, inclusive a ação racional; a racionalidade é uma *variável*. Para a economia clássica e neo-clássica, todas as ações são a priori racionais, a racionalidade é um pressuposto; 3) *a economia em relação à sociedade* - no primeiro caso, a economia é entendida como parte integrante da sociedade, sendo esta última sempre a referência básica; no segundo caso, o mercado e a economia são as referências básicas e; 4) *métodos utilizados* - sociologia econômica: métodos variados, incluindo análises históricas e comparativas; economia: construção de modelos matemáticos formais. Granovetter (1974) é um dos expoentes da pesquisa neste campo de investigação e debate diretamente com os modelos neo-clássicos principalmente na questão das trocas econômicas no mercado de trabalho. Partindo do conceito de *embeddedness*, elaborado por Polanyi, ele critica os autores que se utilizam dos pressupostos neo-clássicos para a análise de esferas não-econômicas de ação. Também é um voraz crítico da economia institucionalista, que afasta a análise das instituições econômicas de uma perspectiva sociológica e histórica, compreendendo-as dentro do escopo analítico da teoria neo-clássica. Para ele, a estrutura da rede de relacionamentos sociais entre os agentes econômicos é a linha principal para se explicar o comportamento e os resultados das trocas no mercado, ressaltando a importância das redes na economia. A ação e os produtos das trocas

e das relações econômicas em geral estão estruturalmente “embutidos” (embedded) em redes que os determinam. Sendo um conceito central e uma ferramenta analítica amplamente utilizada na sociologia econômica, o conceito de *embeddedness* assume uma conotação mais específica no caso de Granovetter: significa compreender que a ação econômica se dá dentro das redes de relacionamentos sociais, que por sua vez conformam a estrutura social.

A idéia central que perpassa os estudos no campo da sociologia econômica e nos interessa aqui diretamente é a concepção de que as trocas econômicas – especialmente aquelas que se dão no mercado de trabalho, de mão-de-obra por remuneração – são ações motivadas por uma multiplicidade de orientações possíveis à ação, e que a interpretação de qualquer fenômeno ou ação de caráter econômico – como a decisão pela inclusão de crianças e adolescentes na força de trabalho familiar - não pode se dar apenas nos termos de uma racionalidade *economicamente* viável ou orientada exclusivamente para a maximização de ganhos com a minimização de custos. O arcabouço teórico da sociologia econômica nos parece adequado não apenas para que seja colocado de forma clara o debate entre a economia e a sociologia no que tange à modelos de agentes – a unidade domiciliar enquanto um agente *racional* na teoria da “economia domiciliar” de Becker, que, com base em um cálculo econômico racional, decide pela inclusão de crianças e adolescentes na força de trabalho; em contraposição a motivações de outra ordem que podem também explicar o mesmo processo decisório, tornando assim mais complexo o modelo de análise, ao incluir outras dimensões de determinação que não apenas a determinação de ordem econômica – mas principalmente à relativização da racionalidade que orienta tais agentes em sua relação com o mercado.

Tratamos até agora de apresentar os pressupostos mais gerais da sociologia econômica principalmente em relação aos modelos neo-clássicos para que possamos dar um próximo passo no sentido de aproximar este debate ao objeto de pesquisa proposto. Neste ponto nos interessa de forma mais direta a produção neste campo de conhecimento que vem se debruçando tanto ao estudo do efeito de

processos psico-sociológicos sobre as ações no mercado de trabalho e sobre o alcance ocupacional quanto ao estudo da relação entre cultura e ação econômica.

Analisando o papel das representações e significados sócio-culturais na determinação dos resultados das trocas econômicas e da reprodução do perfil do sistema de estratificação, Haller e Portes (1973), em *Status Attainment Processes*, propõe um modelo para explicar a transmissão intergeracional de status. Neste modelo, não apenas a educação e a ocupação do pai e a educação e o início de carreira do indivíduo são considerados importantes determinantes da posição ocupacional. Para estes autores, outros processos mediam o efeito da origem sócio-econômica sobre a posição ocupacional, em um modelo teórico conhecido como *Wisconsin Model*:

“O modelo de Wisconsin é uma tentativa de complementação do modelo de determinação sócio-ocupacional geral através de uma série de hipóteses que especificam caminhos possíveis e variáveis mediadoras através das quais variáveis iniciais de status influenciam na determinação de variáveis ocupacionais na vida adulta. Alguns efeitos diretos do status dos pais no alcance educacional e ocupacional dos filhos desaparecem quando alguns fatores intervenientes são controlados. O efeito indireto do status sócio-ocupacional dos pais ocorre prioritariamente através da influência dos *outros significantes*, na medida em que estes tem impacto na conformação das *aspirações* ocupacionais e influenciam diretamente o alcance educacional.”

Trata-se, portanto, de um modelo teórico que visa a explicitação dos processos de transmissão intergeracional de status via dois aspectos principais: a aspiração ocupacional do indivíduo e as expectativas dos outros significantes com relação a estes. Calcada numa perspectiva psico-sociológica influenciada pelo interacionismo simbólico, a proposta teórica do modelo de Wisconsin coloca que o efeito da origem sócio-econômica do indivíduo sobre a determinação de sua ocupação é mediado principalmente por aspectos referentes à interação com grupos primários de influência, através de expectativas dos outros significantes e aspirações individuais, em larga medida influenciadas por estas expectativas – ambas as variáveis relacionadas, por sua vez, ao desempenho acadêmico e ocupacional do indivíduo. Fundamenta-se, assim, em três pressupostos principais: a importância do impacto das influências interpessoais na formação de atitudes e do comportamento; no papel da ação reflexiva no ajustamento das aspirações de status para mais ou menos ambiciosas, de acordo com a habilidade intelectual percebida; e no papel básico das

aspirações como antecedentes do alcance educacional e ocupacional. As hipóteses testadas pelo estudo tratam do efeito das variáveis referentes às aspirações individuais e às expectativas dos outros significantes sobre o alcance sócio-ocupacional – testam a hipótese de que o processo de alocação de status é função de dois componentes causais principais: um componente cognitivo-motivacional (aspirações/expectativas) e a conformação deste componente com relação às condições sócio-estruturais. A idéia de que as ações econômicas podem também ter sua orientação estruturada por uma série de fatores de ordem psico-sociológica, como o compartilhamento de representações culturais sobre o trabalho e a subsequente conformação de expectativas e aspirações referentes a cada membro familiar, parece-nos adequada para a interpretação de entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho; as expectativas e aspirações – dois lados de uma mesma moeda – tornam mais complexo o cenário familiar de distribuição de recursos que antecede a decisão familiar e rompe frontalmente com os pressupostos da homogeneidade na distribuição dos recursos e do “trade-off” do investimento familiar em capital humano: expectativas e aspirações diferenciadas implicariam investimentos diferenciados, e não homogêneos, dos recursos disponíveis – com conseqüências diretas nos padrões de alocação de tempo de crianças e adolescentes e também no seu alcance ocupacional na vida adulta. Alguns autores, ao analisarem a freqüência escolar e o trabalho de crianças e adolescentes, encontram evidências de que pode ser entendido como um sistema familiar de atribuição de papéis – a alguns membros é reservado o papel de estudante, a outros o papel de trabalhador, variando de acordo com o cenário familiar do entrecruzamento dos diversos ciclos de vida de quem compõe a família (Jensen e Nielsen, 1997; Patrinos e Psacharopoulos, 1997; Chernichovsky, 1985).

Na literatura brasileira podemos encontrar vários exemplos de análises sobre a entrada precoce no mercado de trabalho que apontam a importância de aspectos sócio-culturais na determinação do fenômeno e em sua reprodução. Segundo Pastore, Pagotto e Zylberstajn (1985), na cultura brasileira, e principalmente no meio rural, considera-se o trabalho de crianças e adolescentes como um padrão de normalidade e adequação. Cardoso e Souza (2004), afirmam a consonância entre a perspectiva que relaciona trabalho infanto-juvenil e desigualdades sociais e a

perspectiva culturalista da compreensão do fenômeno. Segundo eles, filhos de pais que entraram precocemente no mercado de trabalho tem mais chances de também fazerem esta entrada precoce. Tais autores sugerem que a causalidade do fenômeno pode estar relacionada à internalização de normas sociais (por parte dos pais que trabalharam quando crianças) que atribuem menor valor ao retorno educacional face ao retorno advindo do trabalho. Tais observações caracterizam a relevância do aspecto transgeracional de hierarquias valorativas na determinação do fenômeno.

Marques (2001) reafirma, com base em relatos de famílias de crianças e adolescentes trabalhadores, este caráter multidimensional de significados atribuídos pelas famílias à atividade de crianças e adolescentes: *“As justificativas mais proeminentes sobre o uso do trabalho infantil foram as citações em relação ao seu valor multidimensional para as famílias: moral, sentido para a vida, sobrevivência do grupo, aprendizagem e alternativa transgeracional”*. Estes significados atribuídos pelos sujeitos articulam-se à uma valorização positiva do trabalho que perdura na família há pelo menos três gerações, com os mais antigos também sendo crianças ou adolescentes trabalhadores em sua juventude. Portanto, há elementos culturais transmitidos quanto às concepções de infância, trabalho e vida familiar em geral, que fazem com que estas famílias não vislumbrem outras possibilidades de estratégia de sobrevivência para além da utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes. A variabilidade das referências culturais não apenas entre as diversas culturas - não por acaso a idade mínima para o trabalho, apesar das tentativas de uniformização através de convenções da OIT, apresenta razoável variabilidade entre países - mas também na apropriação e nos processos de significação diferenciados atribuídos aos símbolos culturais pode constituir-se então em um importante elemento a ser investigado na determinação do exercício de atividades de trabalho por crianças e adolescentes. A decisão familiar pela entrada destes membros na força de trabalho conjuga, portanto, elementos de ações racionais de vários tipos, sendo que a análise da alocação de tempo deve incorporar uma concepção de agência familiar mais ampla, uma concepção multidimensional da racionalidade da decisão familiar em alocar o tempo das crianças entre 10 e 15 anos em atividades produtivas.

2.4. Produção Internacional e Produção Brasileira no Debate Sobre os Determinantes do Fenômeno

Um olhar retrospectivo sobre a literatura permite-nos perceber que existe no Brasil e no exterior já um amplo trabalho de pesquisa sobre os determinantes da entrada e do exercício de atividades produtivas por crianças e adolescentes. Um dos primeiros registros deste tipo de análise para o caso brasileiro é o esforço de pesquisa empreendido por Barros e Mendonça (1990), no qual os autores investigam a causalidade do fenômeno com base em três grupos principais de fatores: a) atributos individuais, como idade, sexo e cor; b) características familiares, como renda per capita e sexo do chefe de família e c) as condições vigentes do mercado de trabalho, expressas pelo nível de salários e taxa de desemprego. Analisando dados da década de 1980 para algumas regiões metropolitanas brasileiras, concluem que a participação de crianças e adolescentes na força de trabalho aumenta com a idade e é maior para homens do que para mulheres. A taxa de participação também é maior para aqueles de cor preta e parda, para aqueles que vivem em domicílios chefiados por mulheres e aumenta de acordo com a importância da contribuição do rendimento do trabalho da criança/adolescente – quanto mais dependente for o domicílio do rendimento do trabalho de seus membros mais jovens, maior a probabilidade de trabalho. Além disso, os autores encontram que as chances de trabalho são menores quanto mais alta a renda per capita domiciliar, apesar de que não se observa de forma clara o efeito do nível agregado de pobreza – a proporção de crianças e jovens trabalhadores é maior nas capitais do sul e sudeste, mais ricas, do que nas capitais do norte e nordeste – segundo os autores, isso se explicaria através das condições vigentes no mercado de trabalho, que encerrariam potencial explicativo maior do que a situação de pobreza das famílias. Barros, Mendonça e Velazco (1994) devotam um olhar mais cuidadoso à relação entre trabalho de crianças e adolescentes e níveis de renda e pobreza, discriminando o efeito da pobreza em duas dimensões: a) o nível de pobreza da família e b) o nível de pobreza social (agregado). Do ponto de vista metodológico, três estratégias de investigação principais são propostas: 1) os autores comparam dados internacionais agregados, visando esclarecer a posição do Brasil com relação a outros países latino-americanos e caribenhos; 2) propõe a comparação de

variações regionais e temporais no Brasil e; 3) apresentam evidências de microdados baseados em surveys domiciliares. Com relação à primeira linha de investigação, os autores entendem que, se a pobreza é a principal causa de altas taxas de participação de crianças e adolescentes na força de trabalho, então as diferenças internacionais deveriam poder ser explicadas por diferenças no rendimento per capita⁴. Os dados apontam que não é esse o caso – países com níveis mais baixos de renda per capita não necessariamente apresentam altos índices de participação de crianças e adolescentes na força de trabalho sendo o caso brasileiro o mais emblemático, por apresentar uma das taxas mais altas de participação e um dos níveis mais altos de renda per capita - sustentando o argumento de que as taxas de participação de crianças na força de trabalho não podem ser devidamente explicadas pela pobreza. Para a verificação da hipótese de efeito dos níveis de desigualdade sobre participação precoce na força de trabalho os autores incluem no modelo de análise um indicador de desigualdade (índice de Gini) que não apresenta efeito muito alto para a explicação da variação das taxas de participação, especialmente para o caso brasileiro. Assim, segundo os autores, em uma perspectiva comparativa internacional tendo como base dados agregados, não há evidências de que a alta participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, no caso brasileiro, possa ser explicada pela pobreza ou pelo nível de desigualdade. A segunda linha de investigação, que propõe a análise empírica das disparidades regionais e temporais no Brasil aponta que, para algumas RMs selecionadas do centro-sul e nordeste do país, as taxas de participação tendem a ser mais baixas em áreas metropolitanas mais pobres do nordeste do país e maior nas áreas mais ricas do Sul do país; em termos temporais, analisando dados do período 1981-1989, temos que as taxas de participação são mais altas nos anos em que os níveis de pobreza (medidos pela proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza) são mais baixos. Tanto a análise das disparidades regionais – visando a comparação entre as regiões do país, com níveis de desenvolvimento econômico e social muito diferentes - quanto a análise das variações temporais – comparando momentos macro-econômicos de maiores e menores níveis de pobreza agregados - não oferecem evidências empíricas da vinculação entre pobreza e participação de

⁴ Na comparação internacional foram utilizados dados agregados dos seguintes países: Uruguai, Venezuela, Equador, El Salvador, Costa Rica, República Dominicana, Bolívia, Colômbia, México, Panamá, Chile, Honduras, Guatemala e Brasil.

crianças e adolescentes na força de trabalho. As evidências baseadas em microdados de surveys domiciliares – que constituem a terceira linha de investigação proposta – baseiam-se em apenas duas RMs (São Paulo e Fortaleza) e os resultados apontam que a relação entre renda per capita familiar e trabalho de crianças e adolescentes é bem menos intensa do que propunha o argumento tradicional de explicação para o fenômeno. Segundo os autores, as diferentes estruturas dos diferenciais de rendimento oferecem uma hipótese consistente para a explicação da variação na taxa de participação entre as duas RMs. Assim, outras políticas para além do puro crescimento econômico devem ser importantes para diminuir os níveis de participação de jovens na força de trabalho. As evidências empíricas apresentadas, em perspectiva comparativa internacional, e em perspectiva comparativa regional não confirmam a hipótese da pobreza como principal determinante do trabalho de crianças e adolescentes, sendo que novas possibilidades de explicação deveriam ser exploradas para o caso brasileiro.

Comparações internacionais podem lançar luz sobre a questão da determinação do fenômeno, esclarecendo o caso brasileiro. Utilizando amostras referentes a um grande número de países em desenvolvimento, com base em surveys domiciliares transcorridos entre 1993 e 2004, Fares e Raju (2007) investigam padrões e correlações nas taxas de participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Observam que a taxa de participação média entre os países analisados é próxima de 1/5 dos indivíduos entre 7 e 14 anos. No entanto a taxa de participação média por país mascara uma variabilidade muito alta entre as unidades de análise: para países da África Sub-Saariana temos a taxa média de participação mais alta, com aproximadamente uma em cada três crianças/adolescentes trabalhando, enquanto para América Latina e Caribe, e para o Oriente Médio e a região norte da África encontramos as taxas mais baixas, com aproximadamente uma em cada dez crianças/adolescentes trabalhando. Assim como encontrado para outros estudos internacionais, a probabilidade de trabalho é maior para meninos do que para meninas – em 40 dos 65 países analisados foi possível investigar a distribuição do trabalho dos jovens por sexo, sendo que, dentre estes, em 36 países o número de crianças/adolescentes trabalhadores do sexo masculino é maior do que para o sexo feminino. Em termos da distribuição das ocupações exercidas por setor econômico,

temos uma ampla predominância do trabalho agrícola (70% da amostra), seguido pelo setor de serviços e pela manufatura – refletindo a organização produtiva de cada país. Assim, temos que as concentrações de crianças e adolescentes no trabalho agrícola na África Sub-Saariana, no Oriente Médio e na região norte da África (87 e 75%, respectivamente) são as mais altas; no setor de serviços, América Latina e Caribe e Leste da Ásia e Pacífico apresentam as concentrações mais altas (32 e 27%, respectivamente) e na manufatura temos Europa e Ásia Central e Sul da Ásia (14 e 10%, respectivamente). Investigando a relação entre a proporção de crianças que apenas trabalham e que conjugam trabalho e estudo, os autores encontram correlação positiva e significativa entre estas variáveis, ou seja, no nível agregado de análise, países com maior proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham têm também maiores proporções de indivíduos nesta faixa etária que conjugam trabalho e estudo. A análise da relação entre exercício de atividades econômicas e freqüência à escola aponta, para a amostra selecionada, correlação negativa entre estas variáveis: países com níveis mais altos de freqüência escolar apresentam, via de regra, níveis mais baixos de participação de indivíduos entre 7 e 14 anos no mercado de trabalho, mas a proporção destes indivíduos que conjugam estudo e trabalho apresenta grande variação entre os países analisados. Em relação ao debate mais geral sobre o papel dos rendimentos na determinação do trabalho, os autores apontam que, de fato taxas de participação mais altas são encontradas em regiões nas quais se concentram países mais pobres, mas a relação entre rendimento médio e taxa de participação não é linear, indicando que o efeito da renda sobre o trabalho de crianças e adolescentes é maior nos níveis mais baixos de rendimento. Os dados apresentados sugerem variação substancial da participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho mesmo em níveis similares de rendimento médio, indicando, segundo os autores, a existência de outros fatores determinantes do fenômeno para além da insuficiência de renda.

Analisando dados do Paraguai (RM de Assunção, especificamente) tanto para a determinação da freqüência escolar quanto para a determinação do trabalho de crianças e adolescentes, Patrinos e Psacharopoulos (1995) encontram que o trabalho nesta faixa etária tem maiores probabilidades de ocorrência de acordo com o aumento na idade e no número de irmãos; as chances também são

significativamente maiores para homens e filhos de empregadores e para crianças e jovens que residem em domicílios nos quais a única língua falada é o guarani. As probabilidades diminuem à medida em que aumenta a renda domiciliar e quanto mais alta a escolaridade da mãe. Existem também significativamente menos chances de trabalho para crianças que vivem em domicílios cujo chefe de família é homem. Os autores observam que, se por um lado, o número de irmãos não tem efeito sobre a frequência escolar, por outro tem efeito positivo e significativo sobre as probabilidades de trabalho. A hipótese da pobreza é confirmada pelos dados paraguaios, nos quais o trabalho de crianças e adolescentes é significativamente mais provável em famílias com níveis mais baixos de renda per capita; mas outros fatores são ressaltados como importantes no estudo e não estariam relacionados nem à questão do trade-off nem à pobreza especificamente: o nível de escolaridade da mãe, a configuração do mercado de trabalho, a composição do domicílio (para além do número de moradores) e um aspecto cultural que demonstrou-se crucial - a língua falada no domicílio – com efeito positivo muito alto sobre as probabilidades de trabalho para crianças e adolescentes. Os mesmos autores, em outro trabalho⁵, analisam também os determinantes da frequência escolar e do trabalho de crianças e adolescentes no Peru, com base em uma amostra representativa de todo o país e dedicando especial atenção ao papel de determinação exercido por variáveis referentes à composição do domicílio, discutindo especificamente a questão do trade-off. As evidências empíricas sobre países em desenvolvimento são diversas: Knodel e Wongsith (1991) demonstram como o tamanho da família afeta negativamente as probabilidades de a criança chegar ao segundo grau na Tailândia, aparentemente devido à maior diluição dos recursos familiares disponíveis em estruturas familiares que contam com um número maior de membros; Chernichovsky (1985), estudando uma amostra de Botswana, argumenta que, ao contrário da ideia beckeriana de diluição de recursos em famílias com maior número de membros, na amostra analisada um número maior de crianças no domicílio aumentava as probabilidades de engajamento escolar. Sua hipótese para explicar os achados é a de que o retorno do trabalho de crianças era muito baixo para qualquer nível sócio-econômico do domicílio, o que diminuía os custos de oportunidade da frequência escolar e da escolarização; estudando o Brasil, Levison (1991) observa que as

⁵ PATRINOS H.A.; PSACHAROPOULOS, G.H. Family size, Schooling and Child Labor in Peru - An Empirical Analysis. 1997.

probabilidades de trabalho aumentam para crianças e adolescentes em famílias maiores, especialmente em famílias nas quais existem crianças em idade pré-escolar. A autora argumenta que a força de trabalho destes membros age como substituta da força de trabalho da mãe - ou no mercado de trabalho, ou no trabalho doméstico ou em ambos. O objetivo de Patrinos e Psacharopoulos ao trazerem estes achados para a discussão dos dados peruanos é o argumento de que em todos os casos podemos observar que existe a dimensão da *especialização de papéis* no domicílio, na explicação do engajamento escolar ou do trabalho de crianças e adolescentes: “ (...) *pais de muitas crianças podem estar diversificando os investimentos de forma que algumas delas se especializam nas tarefas domésticas, outras no trabalho e outras focalizam-se na sua educação*”. Os resultados gerais para a amostra peruana apontam que ser indígena e viver em área rural são duas variáveis muito importantes na determinação do trabalho entre os jovens estudantes. A escolaridade do pai e ser do sexo masculino também explicam o trabalho, sendo que o número de quartos do domicílio, a idade e a frequência à escola particular não tem nenhum efeito. A existência de irmãos entre 0 e 6 anos também apresenta, significância estatística para a explicação do trabalho de crianças e adolescentes mostrando que os irmãos mais velhos trabalham para sustentar os irmãos mais novos, sinal claro da especialização de papéis. A análise demonstra como o tamanho da família é importante, assim como a estrutura, expressa pelas atividades exercidas pelos irmãos. Quanto à estrutura, futuros trabalhos deverão levar em consideração como os eventos do ciclo de vida de irmãos impactam no alcance educacional de cada um deles, bem como sobre suas possibilidades de participação na força de trabalho. A relação entre desempenho escolar e trabalho é bastante complexa, sendo que mesmo que o trabalho venha a ter efeitos deletérios sobre o aproveitamento escolar, sem ele muitas crianças poderiam não frequentar a escola além de deixarem os domicílios em situação de pobreza ainda mais aguda. De qualquer forma, para Patrinos e Psacharopoulos, o que deve ser levado em consideração por pesquisadores e planejadores de políticas públicas é a análise do significado cultural e econômico do trabalho de crianças e adolescentes em conjunção ao modelo de atribuição intra-domiciliar de *papeis especializados*.

Analisando também dados sobre o Peru, Ilahi (2001) traz a discussão de gênero para a dimensão da atribuição de papéis intra-familiares e do efeito conseqüente sobre a alocação de tempo – essencialmente diferenciado entre meninos e meninas. Segundo a autora, normas e papéis sociais ditam a segregação das atividades por gênero – o trabalho doméstico para as meninas, as atividades de geração de renda para os meninos. O recorte social com base no sexo, segundo a autora, determina que meninos e meninas encarem constrangimentos e incentivos econômicos diferenciados para o trabalho, o que explicaria a diferença nos padrões de alocação de tempo por atividades. Analisando uma amostra que incorpora o trabalho doméstico, aponta como principais achados a importância dos papéis sociais na determinação nas diferenças educacionais e de trabalho entre as crianças e adolescentes de cada sexo; e que a alocação de tempo das meninas é mais afetada pelos incentivos e constrangimentos de ordem econômica com que se depara a família – muda mais facilmente de acordo com a situação de pobreza da família, com a situação ocupacional do chefe do domicílio, existência de pessoas impossibilitadas de trabalhar na família, etc. Para a autora, de fato sexo importa, e qualquer análise sobre o trabalho de crianças e adolescentes que não leve em consideração o trabalho doméstico acaba por sub-representar o efeito de outras variáveis, como bem-estar da família, a composição etária do domicílio, situação ocupacional e de saúde dos adultos, sobre a alocação de tempo de crianças e adolescentes, especialmente para as meninas.

Em uma análise comparativa sobre determinantes da alocação de tempo de crianças e adolescentes no Brasil, em Honduras, no Chile e no Peru – utilizando uma base de dados estruturada pelo BID que contém informações de pesquisas domiciliares com dados referentes a 18 países da América Latina e Caribe - Corseuil, Santos e Foguel (2001) propõe modelos de análise aplicados a sub-amostras divididas por sexo. Os resultados apontam padrões razoavelmente diferenciados de alocação de tempo entre homens e mulheres reafirmando o recorte de gênero na determinação da alocação de tempo apontado em outros trabalhos: às meninas, maiores probabilidades de trabalho doméstico, aos meninos, maiores probabilidades de atividades produtivas externas ao domicílio. Outros fatores de ordem sociológica apresentam amplo potencial explicativo, no caso dos 4 países

analisados – principalmente a escolaridade dos pais e a sua situação ocupacional. A questão do papel da determinação da renda é novamente colocada em debate, e as evidências apresentadas confirmam a tese de que a pobreza não é o principal determinante da frequência à escola e da decisão sobre trabalho, sendo seu efeito (pequeno) sentido principalmente nas regiões rurais. O tamanho e a composição do domicílio, assim como em outros estudos, tem importante influência sobre a alocação de tempo, sendo que o efeito desta variável é diferente para homens e mulheres: domicílios mais numerosos e que contam com membros muito jovens (crianças entre 0 e 6 anos) ou idosos, aumentam a probabilidade de trabalho e conjugação entre trabalho e estudo para os homens, e aumentam a probabilidade de pertencimento à categoria “nem trabalha nem estuda” para as mulheres. A pluralidade na conformação do cenário dos determinantes da alocação de tempo entre os 4 países analisados e a variabilidade do efeito das diversas variáveis consideradas na estimação dos modelos leva os autores a concluir que aspectos institucionais e/ou culturais não modelados exercem importante influência sobre os efeitos das variáveis sócio-econômicas consideradas.

Voltando-nos novamente à literatura que se dedica à investigação do fenômeno no caso brasileiro, Leme e Wajnman (2000) analisam os determinantes da alocação de tempo para jovens entre 10 e 14 anos em dois anos específicos (1981 e 1998) visando investigar se os períodos históricos diferenciados apresentam padrões diferenciados de determinação na alocação de tempo. Os resultados apontam que as diversas variáveis tem efeitos distintos na determinação da alocação de tempo. Na decisão de apenas estudar, níveis mais altos de educação dos pais e renda familiar aumentam a probabilidade de pertencimento a esta categoria. O número de crianças na família e o sexo também têm efeito (negativo) sobre a probabilidade do jovem apenas estudar. Estas duas variáveis são as que mais impactam – no sentido oposto – na decisão de apenas trabalhar. A forma de alocação de tempo que mais cresce no período – conjugação entre trabalho e estudo – é influenciada fortemente (positivamente) pela localização rural. A análise para o conjunto de anos (entre 1981 e 1998) aponta que o padrão de alocação de tempo na categoria apenas estudo não se altera muito, enquanto declina a probabilidade de os jovens apenas trabalharem. Por outro lado marca-se um importante crescimento da categoria estuda e trabalha –

indicando que a expansão do sistema educacional brasileiro se deu principalmente via incorporação de jovens do meio rural que anteriormente apenas trabalhavam e passaram então a conjugar atividades escolares e produtivas. Os resultados para o modelo estimado que incorpora variáveis macro-econômicas demonstra que a probabilidade de apenas estudar é afetada positivamente pela taxa de desemprego e pelos gastos com educação e negativamente pela taxa de urbanização. Um dos novos elementos incorporados às atuais análises sobre a determinação do trabalho e da alocação de tempo de crianças e adolescentes é o efeito do programas de transferência de renda.

Cardoso e Souza (2004) incorporam a variável “recebimento de transferência de renda proveniente do Programa Bolsa-Escola” ao modelo estimado para a alocação de tempo de jovens entre 10 e 15 anos e encontram efeito positivo e significativo sobre a frequência escolar – tanto para meninos quanto para meninas. Este resultado sugere que a transferência de renda à família reduz a incidência de crianças e adolescentes que apenas trabalham e que não trabalham nem estudam, mas aumenta a probabilidade de alocação de tempo nas categorias estudo e trabalho e apenas estudo. Reafirmando a tendência apontada por Leme e Wajnman de aumento na proporção de crianças e adolescentes que conjugam estudo e trabalho, Cardoso e Souza não encontram impacto significativo da transferência de renda sobre a redução do trabalho para esta faixa etária, e entendem que o baixo valor da transferência de renda não é capaz de eliminar a necessidade de manutenção da renda auferida pelos membros mais jovens na subsistência da família.

Utilizando dados da PNAD 2001, Ferro (2004) também investiga o efeito da transferência de renda sobre a alocação de tempo na população entre 5 e 17 anos estimando modelos explicativos para duas variáveis dependentes: exercício de atividade de trabalho (indicadora) e número de horas trabalhadas na semana. Os resultados do estudo mostram que a participação em programas de transferência de renda tem efeito negativo sobre o número de horas trabalhadas na semana, tanto para crianças e adolescentes residentes no meio rural quanto no meio urbano. Quanto à probabilidade de trabalho, a autora encontra efeito da raça, sendo que

pretos tem significativamente menos chances de trabalho do que pardos e brancos, mas não encontra efeito da transferência de renda. No entanto, controlando pela raça, a jornada de trabalho de crianças e adolescentes pretos é mais extensa, nas áreas rurais e urbanas. O efeito da renda é significativo e negativo para os indicadores utilizados (salário do pai e da mãe) nas duas equações estimadas, sendo que o efeito do rendimento dos pais é maior na área rural do que na área urbana.

Em um dos poucos trabalhos que visam uma investigação mais detida sobre a relação entre reprodução social e determinação do trabalho de crianças e adolescentes, Emerson e Souza (2003) se perguntam: considerando a persistência intergeracional do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, podemos falar no fenômeno enquanto uma “armadilha” intergeracional? Este trabalho examina a persistência intergeracional do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, com base em dados de surveys domiciliares – foram analisados casos de indivíduos entre 7 e 14 anos na amostra da PNAD 1996. Além da persistência intergeracional do fenômeno, Souza e Emerson abordam a problemática sobre outra perspectiva: o status de trabalho dos pais enquanto crianças e adolescentes afeta a probabilidade de trabalho de seus filhos? Com base em um modelo probit, as verificações empíricas demonstram que o trabalho precoce dos pais tem forte efeito positivo sobre a probabilidade de a criança fazer parte da força de trabalho. Crianças e adolescentes do sexo feminino, bem como aqueles que residem em áreas urbanas tem menos chances de trabalhar. Quanto maior o número de irmãos entre 5 e 14 anos, maior a probabilidade de trabalho, ao passo que a probabilidade declina caso os pais não estejam no mercado de trabalho, controlando-se pelo rendimento familiar, os autores encontram que as variáveis referentes ao trabalho precoce dos pais mantêm seu efeito, assim como as variáveis referentes à escolaridade dos pais, mas o indicador de renda familiar não é estatisticamente significativo. Quando é estimado um modelo que não inclui a escolaridade dos pais, a renda familiar passa a ter efeito significativo e negativo, e o efeito do trabalho precoce do pai e da mãe mantém-se significativo e positivo. Emerson e Souza consideram que *“tais resultados são bastante surpreendentes por indicarem que há um forte efeito do trabalho precoce dos pais adicional ao efeito da renda domiciliar e do alcance*

educacional dos pais". Em primeiro lugar, nota-se que para qualquer nível de escolaridade dos pais, filhos de pais que trabalhavam com menos de 14 anos tem mais chances de trabalho do que aqueles cujos pais começaram a trabalhar com mais de 14 anos. Em segundo lugar, a diferença de probabilidade decresce à medida em que aumenta a escolaridade dos pais. O trabalho encontra fortes evidências da persistência intergeracional do fenômeno. Os resultados mostram que existe relação significativa entre a incidência de trabalho precoce dos pais e seu alcance educacional e os de seus filhos – filhos de pais que trabalhavam com menos de 14 anos tem significativamente mais chances de trabalhar nesta idade do que aqueles cujos pais não foram trabalhadores precoces e quanto maior a escolaridade dos pais, menor a probabilidade de trabalho dos filhos. O alcance educacional dos avós não afeta diretamente a probabilidade de trabalho, mas aparentemente tem efeito indireto, transmitido pela escolaridade dos pais. Todos estes resultados se mantêm mesmo controlando-se pelo rendimento familiar. Além disso, os rendimentos de adultos são mais baixos quanto mais jovens eles entram no mercado de trabalho. *"Temos configurado um cenário impactante de persistência intergeracional e efeitos perversos do trabalho de crianças dentro das próprias famílias (...) Surpreendentemente é observável um efeito intergeracional do trabalho de crianças para além daquele que é transmitido através da renda domiciliar e do nível educacional dos pais"*. Neste trabalho, Emerson e Souza se aproximam da análise aqui proposta na medida em que incorporam em seu modelo de análise um indicador referente à herança de um padrão de relacionamento dos indivíduos com o trabalho – a história da relação dos pais com o mercado de trabalho, especialmente daqueles que entraram muito cedo no mercado de trabalho, estrutura a relação dos filhos. No entanto a análise em um ponto principal se diferencia da que propomos aqui: se Emerson e Souza entendem o efeito positivo da idade de entrada dos pais no mercado de trabalho sobre a probabilidade dos filhos também entrarem precocemente (mesmo controlando pela renda) enquanto um indicador da reprodução intergeracional do fenômeno, entendemos que, do ponto de vista analítico, o efeito desta variável pode nos estar dizendo mais do que a intensidade dessa reprodução. O que propomos aqui é que existem mecanismos que mediam este efeito e que a eficiência da reprodução do fenômeno é o seu ponto final: a idade de entrada dos pais no mercado de trabalho pode nos dizer sobre uma forma

específica culturalmente enraizada de relação com o trabalho; pode nos dizer sobre a estruturação de representações a respeito do trabalho que tornam mais provável a utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes do que poderíamos observar em famílias nas quais os pais não foram crianças ou adolescentes trabalhadores e que por isso a reprodução do fenômeno se dá de maneira tão eficiente.

Esta breve revisão da literatura sobre os determinantes da entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é suficiente para demonstrar a pluralidade do debate, bem como a multiplicidade de fatores que respondem pela determinação do fenômeno nos diversos contextos nacionais. Nota-se, através da exposição de resultados de pesquisas nacionais e internacionais, que alguns fatores perpassam a determinação do fenômeno em praticamente todos os contextos: o sexo da criança/adolescente, com maiores probabilidades de trabalho para meninos; o nível de escolaridade dos pais, sendo que quanto mais escolarizados menor a probabilidade de trabalho dos filhos; a localização geográfica do domicílio, com maiores probabilidades de trabalho para os residentes em áreas rurais; e a idade da criança (quanto mais velha maior a probabilidade de trabalho). Não parece haver muito debate sobre o papel de determinação destas variáveis, cujo efeito via de regra assume o mesmo sentido tanto em estudos sobre o Brasil quanto em estudos sobre outros países. Questões referentes a outras dimensões de determinação do fenômeno não comportam consenso similar de acordo com os estudos disponíveis. Uma das dimensões cuja discussão é mais proeminente é o papel da determinação da renda, sobre o qual, com base na literatura disponível, não podemos dar uma resposta definitiva, pois existem contextos no qual o efeito da renda é observado e em outros contextos não; existem estudos que de fato observam efeito do rendimento domiciliar sobre o trabalho de crianças e adolescentes e existem estudos que questionam frontalmente este argumento. O mesmo ocorre com o debate sobre o trade-off, a respeito do qual também não há consenso na literatura. As análises empíricas sobre esta questão vêm sedimentando o argumento de que o pressuposto da homogeneidade na distribuição dos recursos disponíveis entre os membros da família não se sustenta; que a distribuição dos recursos pode ser estruturada por um sistema intra-domiciliar de atribuição de papéis, que passa ao largo da racionalidade

implícita no pressuposto do trade-off, e que vincula-se a representações sobre o trabalho e sobre papéis familiares. No entanto, a idéia de que a composição da família influencia a alocação de tempo entre escola e trabalho, implícita no argumento do trade-off, não pode ser descartada, uma vez que muitos estudos demonstram efeito da composição familiar sobre a alocação de tempo e as probabilidades de trabalho. O que os estudos empíricos demonstram é que não podemos tomar o efeito da composição familiar de forma simplista tal como propõe a economia domiciliar: não apenas o número de membros da família deve ser considerado, mas principalmente o cenário familiar que se configura no entrecruzamento dos diversos cursos de vida dos membros do domicílio. É com base na configuração de momento da história familiar (da posição dos componentes em seu curso de vida) que a família decide sobre a alocação de tempo de seus membros – aqui importa não apenas a composição e o tamanho da família, mas também a posição dos membros em seus cursos de vida, a posição dos pais com relação ao mercado de trabalho e a configuração de um sistema intra-domiciliar de atribuição de papéis que resulta deste cenário.

Vemos assim como é plural e efervescente o debate sobre a temática do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil e em outros países em desenvolvimento. Do ponto de vista teórico, nossa posição é a de que não devemos de maneira alguma rejeitar totalmente a interpretação econômica do fenômeno. A posição implícita nos argumentos aqui apresentados é uma posição “conciliadora” que entende que o arcabouço teórico da economia tem validade e potencial explicativo para o fenômeno, mas que existe uma série de elementos que se contrapõe a alguns dos principais pressupostos da interpretação econômica e que não podem ser deixados de lado. Pressupostos teóricos advindos da sociologia econômica e da psicologia social nos parecem bastante adequados para sua interpretação e o objetivo é trazê-los para o debate, demonstrando, principalmente, que a ação econômica é socialmente estruturada e que esta estruturação de ordem social é especialmente relevante para a análise da entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

3. SISTEMATIZANDO AS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

A proposta tem como **objetivo geral** identificar padrões e tendências dos determinantes da alocação de tempo de crianças e adolescentes no Brasil, entre atividades produtivas e investimentos em educação, de acordo com quatro categorias – conjugação entre estudo e trabalho; apenas estudo; apenas trabalho e nem estudo nem trabalho – entre os anos de 1988 e 2005. Os **objetivos específicos** são: 1) investigar os determinantes do pertencimento de crianças e adolescentes a duas categorias de alocação de tempo em especial: conjugação entre estudo e trabalho e apenas trabalho, visando identificar variáveis explicativas do fenômeno do trabalho de crianças e adolescentes, bem como padrões e tendências destes determinantes, também para todos os anos compreendidos entre 1988 e 2005 e; 2) Testar, do ponto de vista empírico, as proposições teóricas apresentadas, derivando das interpretações de inspiração neo-clássica (economia domiciliar), da sociologia econômica e da teoria dos cursos de vida proposições testáveis e relevantes para a interpretação do fenômeno nos termos do debate acadêmico atual.

Desde este ponto de vista, temos como predição, com base na teoria da economia domiciliar, que *quanto mais baixa a renda per capita domiciliar, maior a probabilidade de trabalho para os membros do domicílio entre 10 e 15 anos*. Tendo em vista a proposição da troca (trade-off) entre quantidade de filhos e qualidade do investimento em cada um deles, testaremos a hipótese de que *quanto mais numerosa a família, maior a probabilidade de pertencimento da criança/adolescente às categorias estuda e trabalha e apenas trabalha*, amplamente discutida na literatura internacional.

A teoria dos cursos de vida nos coloca a questão de que condicionalidades estruturais tem papel importante na determinação dos cursos de vida de coortes inteiras. O recorte cronológico da amostra analisada tem por objetivo investigar os efeitos de dois processos “macro” sociais relevantes para a análise do objeto em questão: a universalização do acesso ao Ensino Básico ao longo da década de 90 e o processo de reestruturação econômica e produtiva, que refletiu-se amplamente no

mercado de trabalho brasileiro, com aumento nos níveis de desemprego, de trabalho informal bem como em profundas transformações nas relações de trabalho. Tendo como referência a teoria dos cursos de vida e buscando articulá-la à análise dos processos sociais descritos, testaremos, em primeiro lugar, a hipótese de que *diminui, no período, a proporção de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos que alocam parte de seu tempo em atividades produtivas*. Em segundo lugar testaremos, com base nos processos macro-econômicos descritos, a hipótese de que *a situação ocupacional do pai e da mãe tem efeito sobre a alocação de tempo da criança/adolescente em atividades produtivas*; sendo que, se por um lado, *pais e mães desempregados aumentam a probabilidade de exercício de atividades produtivas pelos filhos entre 10 e 15 anos*; por outro lado, *a existência de um vínculo formal de trabalho – possuído pelo pai ou pela mãe – diminui a probabilidade de trabalho para crianças e adolescentes, com efeito crescente ao longo dos anos*. Entretanto a teoria dos cursos de vida também mostra-se especialmente interessante para uma proposta micro-sociológica de análise da dinâmica domiciliar. Tendo em vista o argumento de que não importa apenas o número de membros da família na divisão dos recursos disponíveis, mas sim o cenário que se configura do entrecruzamento dos diversos cursos de vida dos seus componentes, testaremos a hipótese de que *a existência de crianças entre 0 e 6 anos e o número de crianças entre 7 e 14 anos no domicílio tem efeito positivo e significativo sobre as probabilidades de pertencimento às categorias de alocação de tempo que envolvam trabalho*.

Por fim, do arcabouço teórico da sociologia econômica derivamos duas importantes hipóteses de trabalho que dizem sobre as dimensões sócio-culturais e psico-sociológicas e sobre a reprodução social na determinação da alocação de crianças e adolescentes no exercício de atividades produtivas. Assim, testaremos a hipótese de que *quanto mais baixa a idade de entrada do pai e da mãe no mercado de trabalho, maior a probabilidade de que os filhos entre 10 e 15 anos exerçam atividades produtivas, e que o efeito se mantém mesmo controlando-se a renda e a escolaridade dos pais*. Uma última proposição que aqui nos interessa é a de que *quanto mais alta a escolaridade dos pais, maior o valor atribuído à educação, devido aos retornos, em termos de rendimentos, na vida adulta*. Sendo assim, *quanto mais*

escolarizados os pais, maior o investimento em atividades educacionais e menor a probabilidade de pertencimento às categorias que envolvam o exercício de atividades produtivas, conjugadas ou não às atividades educacionais.

4. PROPOSTA METODOLÓGICA

Entendemos que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – contém dados suficientes para a operacionalização das hipóteses de investigação proposta e do desenho de pesquisa mais geral. A idéia é selecionar a sub-amostra de indivíduos entre 10 e 15 anos atribuindo-lhes as características do domicílio e dos pais, em todas as bases. Como o objetivo é identificar padrões e tendências da determinação da alocação de tempo, ao longo da universalização do Ensino Básico e do processo de reestruturação econômica e produtiva, a proposta é utilizar todas as PNADs disponíveis a partir de 1988⁶. Em primeiro lugar, exploraremos estatísticas descritivas para identificação dos “perfis” macro-sociais das crianças e adolescentes das quatro categorias de alocação de tempo. No intuito de facilitar a leitura dos dados, as estatísticas descritivas estão organizadas em blocos temáticos. O quadro abaixo descreve as variáveis a serem utilizadas e a organização da exposição dos dados:

Quadro 1 - Variáveis Incluídas na Análise Descritiva

CONTROLE
Idade
indicadora rural/urbano (rural=1)
sexo indicadora (masculino=1)
raça indicadora (branco=1)
COMPOSIÇÃO FAMILIAR
nº de indivíduos entre 0 e 6 anos na família
nº de indivíduos entre 7 e 14 anos na família
nº de indivíduos entre 15 e 24 anos na família
total de moradores
mãe chefe de família (mãe pessoa de referência=1)
EDUCAÇÃO
indicadora atraso escolar
anos de estudo
anos de estudo da mãe
anos de estudo do pai
TRABALHO E RENDA
Renda per Capita Domiciliar
Idade que começou trabalhar - mãe
Idade que começou trabalhar - pai
incadora pai ocupado na semana de referência
incadora mãe ocupada na semana de referência
indicadora carteira de trabalho assinada pai ou mãe

⁶ Não estão incluídos os anos de Censo (1991 e 2000) nem o ano de 1994, no qual a PNAD não foi realizada.

No segundo momento da análise lançaremos mão da utilização de estatísticas inferenciais, com a estimação de um modelo de regressão multinomial, que tem como equação geral:

$$\text{Log} (\pi_{ik} (x)/ 1- \pi_{is}(x)) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 \dots + \beta_k X_k + \varepsilon$$

Nesta segunda estratégia de análise proposta utilizaremos como variável dependente a alocação de tempo da criança/adolescente em 4 categorias: estudo e trabalho, apenas trabalho, apenas estudo e nem estudo nem trabalho, dedicando especial atenção às duas primeiras categorias. O quadro abaixo descreve as variáveis que pretendemos utilizar na estimação do modelo a ser aplicado em todas as amostras da PNAD:

Quadro 2 - Variáveis Incluídas na Análise Multivariada

Variável	Descrição
Variável Dependente	
alocação do tempo	estudo e trabalho
	apenas estudo
	apenas trabalho
	nem trabalho nem estudo
Variáveis Independentes	
Variáveis de Controle	
localização geográfica do domicílio	variável dummy, assume valor 1 para localização rural e 0 para localização urbana
sexo	variável dummy, assume valor 1 para sexo masculino e 0 para sexo feminino
raça	variável dummy, assume valor 1 para raça branca e 0 para negro, pardo, indígena ou amarelo
Investigando o efeito das variáveis explicativas de inspiração neo-clássica	
total de moradores do domicílio	número de moradores do domicílio
Rendimento domiciliar	Logaritmo natural da renda domiciliar per capita domiciliar, excetuando-se os ganhos auferidos pelos membros entre 10 e 15 anos de idade
Reprodução Social e Determinação Sócio-Cultural	
idade com que o pai entrou no mercado de trabalho	idade com que o pai entrou no mercado de trabalho
idade com que a mãe entrou no mercado de trabalho	idade com que a mãe entrou no mercado de trabalho
escolaridade do pai	anos de estudo do pai
Cursos de Vida - A Influência de Processos Macro-Sociais (Demografia, Educação e Mercado de Trabalho)	
pai ocupado	variável dummy, assume valor 1 caso o pai estivesse exercendo ocupação remunerada na semana de referência, e valor 0 caso contrário
mãe ocupada	variável dummy, assume valor 1 caso a mãe estivesse exercendo ocupação remunerada na semana de referência, e valor 0 caso contrário
existência de vínculo formal de trabalho dos pais	variável dummy, assume valor 1 caso o pai ou a mãe tenham vínculo formal de trabalho medido pela registro em carteira de trabalho, valor 0 caso contrário
atraso escolar	variável dummy, assume valor 1 caso o indivíduo esteja em uma série que não condiz com sua idade e valor 0 caso contrário
nº pessoas entre 0 e 6 anos	nº de indivíduos entre 0 e 6 anos no domicílio
nº pessoas entre 15 e 24 anos	nº de indivíduos entre 15 e 24 anos no domicílio

5. EXPLORANDO OS DADOS

5.1. Estatísticas Descritivas

O objeto de estudo selecionado (ou variável dependente) é a alocação do tempo de crianças e jovens entre 10 e 15 anos. O primeiro passo na exploração do fenômeno é o dimensionamento de sua ocorrência na população. A tabela abaixo demonstra a distribuição das categorias de alocação de tempo de 1988 a 2005:

Tabela 2 - Distribuição das Crianças e Adolescentes Entre 10 e 15 anos por categorias de alocação de Tempo - 1988-2005

ano	alocação de tempo								Total N
	não trabalha nem estuda		apenas trabalha		apenas estuda		trabalha e estuda		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1988	1520750	8,6	1914605	10,8	12345959	69,4	1998173	11,2	17779487
1989	1475650	8,3	1930847	10,8	12371978	69,4	2037040	11,4	17815515
1990	1487350	8,2	1791153	9,9	12663372	70,2	2102251	11,7	18044126
1992	1516117	8,1	1434322	7,7	13134700	70,3	2604783	13,9	18689922
1993	1332515	6,9	1247708	6,5	13936471	72,2	2776671	14,4	19293365
1995	1211446	6,2	1043281	5,4	14289208	73,6	2858342	14,7	19402277
1996	1232980	6,4	772446	4,0	14906522	77,3	2363155	12,3	19275103
1997	900910	4,8	611563	3,2	14876528	78,6	2538563	13,4	18927564
1998	766874	4,1	460472	2,4	15080350	80,2	2501544	13,3	18809240
1999	629269	3,4	377395	2,0	15187100	81,0	2555916	13,6	18749680
2001	547574	3,0	257345	1,4	15518324	84,2	2097477	11,4	18420720
2002	470247	2,5	221375	1,2	15645556	84,8	2120439	11,5	18457617
2003	443022	2,4	182680	1,0	15667929	85,9	1950336	10,7	18243967
2004	521123	2,8	216567	1,2	16097557	85,9	1902756	10,2	18738003
2005	435779	2,3	218092	1,2	16192835	86,0	1972620	10,5	18819326

Fonte: IBGE, PNAD.

O cenário da distribuição da amostra selecionada entre 1988 e 2005, ao primeiro olhar, aponta algumas tendências. As categorias não trabalha nem estuda e apenas trabalha apresentam uma clara tendência decrescente no período, especialmente a categoria apenas trabalha, caindo de 10,8 para 1,2% da amostra. A categoria apenas estuda apresenta tendência contrária – é claro o avanço na proporção de indivíduos entre 10 e 15 anos que apenas estuda. Em praticamente todos os anos há crescimento com relação ao ano anterior, chegando a mais de 16% o crescimento acumulado da concentração de indivíduos nessa categoria no período de análise. A categoria trabalha e estuda é a única que não apresenta apenas uma tendência: aumenta sua representatividade no período 1988/1999 (com ápice em 1995/1996) e a partir de 2001 apresenta tendência decrescente, atingindo

patamares inferiores ao observados no início do período total recortado para a análise. O cenário geral, portanto, aponta para um claro crescimento da parcela de indivíduos cujo tempo é alocado em atividades escolares, conjugadas ou não a atividades produtivas. Tomadas em conjunto agregavam 80% dos indivíduos em 1988, e em 2005, mais de 95% do total de crianças e jovens entre 10 e 15 anos. Estes dados nos dão pistas sobre a forma como o processo de ampliação da cobertura do sistema educacional, ocorrido na década de 90, impactou sobre a alocação de tempo dos jovens na faixa 10-15 anos entre estudo e trabalho: se no início do período analisado temos proporções muito próximas de indivíduos nas categorias não trabalha nem estuda, apenas trabalha e estuda e trabalha (em 1988 - 8,6, 10,8 e 11,2%, respectivamente), ao fim do período observa-se uma enorme diminuição na proporção de indivíduos nas categorias não estuda nem trabalha e apenas trabalha. A alocação do tempo em atividades produtivas concentra-se em sua quase totalidade nos indivíduos que conjugam estudo e trabalho. O cenário que os dados ensejam é o de uma mudança no perfil do trabalho para esta faixa etária – hoje, praticamente inexistem os que apenas trabalham e a grande maioria, é de trabalhadores estudantes. Para além da expansão do sistema educacional, que outros fatores podem estar associados a esta mudança no perfil de alocação de tempo das crianças e adolescentes brasileiros no período analisado? A seção a seguir trata de explorar e descrever o perfil dos indivíduos de cada categoria de alocação de tempo ao longo dos anos, atrás de pistas para responder a esta pergunta. A exposição dos dados é organizada tal como proposto na seção metodológica deste trabalho.

5.1.1. Variáveis de Controle

Na análise proposta, foram consideradas controle as seguintes variáveis: idade, localização geográfica do domicílio (rural ou urbana), sexo e raça. Excetuando-se a idade média, foram utilizadas variáveis proxy em formato dummy, ou seja, assumem valor 0 ou 1. Começamos pela idade para as 4 categorias de alocação de tempo em todos os anos pesquisados:

Tabela 3 - Idade Média por Categoria de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	idade média			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	12,62	13,61	12,09	13,12
1989	12,63	13,55	12,11	13,17
1990	12,61	13,63	12,10	13,17
1992	12,78	13,64	12,13	12,92
1993	12,86	13,71	12,19	12,95
1995	12,93	13,76	12,28	13,05
1996	13,00	13,82	12,34	13,15
1997	13,02	13,88	12,33	13,17
1998	13,12	14,00	12,33	13,11
1999	13,20	13,92	12,34	13,11
2001	13,24	14,06	12,39	13,27
2002	13,30	14,23	12,38	13,27
2003	13,31	14,26	12,39	13,27
2004	13,23	14,10	12,34	13,24
2005	13,21	14,11	12,34	13,14

Fonte: FIBGE, PNAD.

A análise dos dados sobre a idade média das crianças e adolescentes aponta aumento para todas as categorias de alocação de tempo. No entanto algumas categorias apresentam um aumento maior e outras um aumento menor. Para todos os anos analisados, a idade média dos indivíduos é menor para aqueles cujo tempo é alocado exclusivamente em atividades escolares. Aqueles que encontram-se na categoria trabalha e estuda apresentam a menor variação neste indicador ao longo dos anos entre todas as categorias de alocação de tempo, com um aumento muito pequeno na idade média dos indivíduos. As categorias apenas trabalha e não estuda nem trabalha apresentam variação significativa, com a média de idade aumentando bastante no período 1988/2005. Desta forma temos que as duas categorias que mais diminuíram em termos proporcionais (não estuda nem trabalha e apenas estuda) o fizeram com o concomitante envelhecimento dos indivíduos que delas fazem parte. O mesmo processo de envelhecimento é observado para as duas categorias predominantes ao fim do período: mesmo aumentando em muito sua proporção na amostra selecionada, o aumento na idade média não é tão sentido na categoria apenas estuda; e a categoria estuda e trabalha não apresenta variação tão significativa ao longo do período. De forma geral, a idade média é mais baixa para aqueles que apenas estudam, seguido por aqueles que trabalham e estudam, os

que não estudam nem trabalha e por fim os que apenas trabalham, que são, em média, os mais velhos.

Outro fator relevante na análise de dados sobre alocação de tempo é a localização geográfica do domicílio. Argumenta-se que famílias residentes no meio rural tem maior tendência a alocar seus membros mais jovens em atividades produtivas, especialmente àquelas referentes à agricultura familiar. De fato, diversos estudos demonstram o que é confirmado por dados da PNAD – que a proporção de crianças e adolescentes trabalhadores é muito maior no meio rural do que no meio urbano. A tabela abaixo explora este indicador, apresentando sua média para os anos analisados:

Tabela 4 - Localização Geográfica do Domicílio por Categoria de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	localização geográfica (rural = 1)			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	0,43	0,54	0,19	0,40
1989	0,40	0,52	0,19	0,41
1990	0,41	0,57	0,19	0,38
1992	0,31	0,54	0,13	0,43
1993	0,31	0,53	0,13	0,43
1995	0,28	0,52	0,14	0,42
1996	0,33	0,56	0,15	0,43
1997	0,27	0,49	0,15	0,44
1998	0,26	0,54	0,16	0,48
1999	0,27	0,48	0,16	0,51
2001	0,18	0,43	0,13	0,45
2002	0,21	0,38	0,13	0,45
2003	0,19	0,42	0,13	0,45
2004	0,22	0,52	0,15	0,50
2005	0,21	0,53	0,16	0,50

Fonte: FIBGE, PNAD.

O que pudemos observar, para todos os anos analisados, é que a proporção de residentes em áreas rurais é menor na categoria apenas estuda, especialmente nos primeiros anos analisados. À medida em que avançamos no tempo, a proporção de indivíduos que não estudam nem trabalham e residem no meio rural também diminui bastante, aproximando-se dos patamares observados para a categoria apenas estuda. Por outro lado, as duas categorias que envolvem o exercício de atividades

produtivas são compostas por uma boa parcela de indivíduos residentes no meio rural. No caso dos indivíduos que apenas trabalham, mais da metade deles encontra-se no meio rural o que, tendo em vista a distribuição da população brasileira entre os meios rural e urbano, denota uma clara concentração desta categoria no meio urbano. A diminuição da proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham foi acompanhada por uma concentração destes indivíduos entre aqueles que residem no meio rural. A categoria trabalha e estuda experimentou um leve crescimento na proporção de residentes no meio rural, atingindo, ao fim do período, 50% dos indivíduos nesta categoria. Sendo assim, percebe-se que a alocação de tempo em atividades produtivas concentra-se principalmente no meio rural, mas que a ampliação na cobertura do sistema educacional também foi sentido pelas crianças e adolescentes residentes no meio rural, fazendo com que, mesmo nestas regiões, o perfil do exercício de atividades produtivas mudasse no sentido da conjugação entre estudo e trabalho.

Por razões teóricas e metodológicas, excluimos da análise de alocação de tempo o trabalho doméstico. Isto impacta diretamente na alocação de tempo das meninas, pois com a inclusão do trabalho doméstico na análise a categoria conjugação entre estudo e trabalho atinge proporções muito mais elevadas. No entanto, a orientação teórica do trabalho dirige diretamente nosso interesse para o exercício de atividades produtivas fora do domicílio. Tendo isso em vista, a tabela abaixo descreve o comportamento da variável sexo de acordo com as categorias de alocação de tempo ao longo dos anos analisados:

Tabela 5 - Sexo por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	sexo (masculino=1)			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	0,39	0,70	0,47	0,70
1989	0,37	0,71	0,46	0,69
1990	0,39	0,73	0,47	0,70
1992	0,46	0,70	0,47	0,68
1993	0,47	0,68	0,47	0,68
1995	0,49	0,72	0,47	0,66
1996	0,49	0,73	0,48	0,68
1997	0,51	0,73	0,48	0,68
1998	0,50	0,72	0,48	0,68
1999	0,51	0,72	0,48	0,67
2001	0,51	0,72	0,49	0,67
2002	0,55	0,71	0,48	0,67
2003	0,54	0,75	0,49	0,67
2004	0,52	0,77	0,49	0,67
2005	0,54	0,76	0,49	0,67

Fonte: FIBGE, PNAD.

As categorias apenas trabalha e trabalha e estuda apresentam de forma mais clara uma concentração de homens, especialmente a categoria apenas trabalha, na qual a proporção de indivíduos do sexo masculino é crescente ao longo dos anos. No caso da categoria estuda e trabalha, a proporção de homens também é maior, mas a variação nessa proporção é menor do que o observado para a categoria apenas trabalha e a tendência hegemônica é contrária: é cada vez menor a proporção de homens, apesar de que esse decréscimo se dá de forma muito lenta. Para a categoria não estuda nem trabalha, observa-se uma mudança substancial em sua composição por sexo: no início do período analisado, predominavam as mulheres; à medida em que avançamos temporalmente, aumenta a proporção de homens, até que estes se tornam maioria para esta categoria. A única possibilidade de alocação de tempo na qual predominam as mulheres é a categoria apenas estuda. Mas mesmo nesta categoria nota-se uma tendência de aumento na proporção de homens, mesmo que muito lenta, ao longo dos anos. De maneira geral, temos uma mudança no perfil de composição por sexo para a categoria não estuda nem trabalha – se antes predominantemente feminina, atualmente é em sua maioria composta por homens – e na categoria trabalho e estudo, que passa a concentrar uma proporção maior de mulheres. A categoria apenas trabalha mantém-se

fortemente masculina ao longo do período – mesmo com sua diminuição em termos da proporção com relação ao total da amostra, o perfil de composição por sexo mantém-se o mesmo. A categoria apenas estuda, que mais cresce ao longo do período analisado, mantém a paridade entre os sexos na sua composição, apesar de uma leve tendência a maior concentração de homens.

Interessa-nos também analisar a composição racial dos grupos de alocação de tempo para a amostra selecionada, uma vez que diversos estudos mostram como pretos e pardos são menos favorecidos em termos de composição de renda, inserção no mercado de trabalho e evolução educacional, entre outros. Sabemos bem como o sistema social brasileiro reproduz – de forma muito eficiente – as desigualdades raciais. A tabela a seguir apresenta a composição racial dos grupos de alocação de tempo desde 1988 a 2005:

Tabela 6 - Raça por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	raça (negro ou pardo=1)			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	0,64	0,59	0,52	0,59
1989	0,64	0,59	0,52	0,56
1990	0,65	0,60	0,52	0,58
1992	0,65	0,61	0,49	0,55
1993	0,65	0,61	0,50	0,55
1995	0,64	0,60	0,50	0,57
1996	0,63	0,62	0,50	0,54
1997	0,64	0,65	0,51	0,57
1998	0,64	0,62	0,51	0,59
1999	0,65	0,63	0,51	0,61
2001	0,64	0,65	0,53	0,61
2002	0,63	0,61	0,53	0,60
2003	0,68	0,68	0,55	0,62
2004	0,70	0,68	0,55	0,63
2005	0,66	0,70	0,57	0,64

Fonte: FIBGE, PNAD.

Para todas as categorias de alocação de tempo predominam indivíduos pretos e pardos. No entanto, a categoria apenas estuda apresenta a menor concentração de indivíduos destes grupos raciais, apesar de apresentar tendência crescente desta proporção, sinalizando que pretos e pardos vêm sendo cada vez mais incluídos no sistema educacional. Esse processo reflete-se também na categoria trabalha e

estuda, que apresenta maior proporção de pretos e pardos com relação à categoria apenas estuda, com tendência crescente. A categoria apenas trabalha, apesar de diminuir muito em termos proporcionais no período analisado (em relação ao total da amostra), tende a uma concentração cada vez maior de pretos e pardos, com variação considerável ao longo dos anos, atingindo 70% de sua composição em 2005. Por fim, a categoria trabalha e estuda apresenta concentrações cada vez menores de brancos, asiáticos e indígenas, e predominância de pretos e pardos. Desta forma, temos que, se no início do período, pretos e pardos tem uma predominância mais marcante na categoria não estuda nem trabalha, este cenário muda no fim do período analisado, com aumento na proporção de pretos e pardos em todas as categorias, especialmente na categoria apenas trabalha. O crescimento proporcional da categoria estuda e trabalha no total da amostra é acompanhada por um aumento, nesta categoria, da proporção de pretos e pardos, apontando que este é um perfil de trabalho principalmente de pretos e pardos nessa faixa etária.

7.1.2. Composição Familiar

A forma como está estruturado o núcleo familiar é uma importante dimensão na análise dos determinantes de alocação de tempo para todas as perspectivas teóricas discutidas no presente trabalho. Seja compreendendo que quanto maior o número de componentes, menor a parcela de cada um deles na divisão dos recursos disponíveis; ou apontando que a composição familiar e a posição de cada um dos membros no ciclo de vida impacta sobre a alocação de tempo, ou mesmo argumentando que a composição familiar determina um sistema de atribuição de papéis relevante para a compreensão da dinâmica familiar; a composição do núcleo familiar é sempre um aspecto importante a ser investigado nos estudos sobre alocação de tempo de crianças e adolescentes. A tabela a seguir descreve o nº médio de moradores nos domicílios em que residem crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos, por categoria de alocação de tempo, para os anos selecionados:

Tabela 7 - Nº de componentes da Família por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	nº de componentes da família			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	6,75	6,92	6,04	6,65
1989	6,61	6,79	5,97	6,69
1990	6,53	6,70	5,79	6,42
1992	6,34	6,53	5,45	6,19
1993	6,22	6,40	5,39	6,11
1995	5,94	6,30	5,21	5,90
1996	5,90	6,22	5,20	5,83
1997	5,68	6,09	5,10	5,79
1998	5,69	6,03	5,04	5,73
1999	5,44	5,83	4,97	5,80
2001	5,28	5,87	4,86	5,50
2002	5,20	5,45	4,84	5,46
2003	5,25	5,58	4,80	5,40
2004	5,25	5,59	4,75	5,39
2005	5,10	5,59	4,72	5,38

Fonte: FIBGE, PNAD.

Mais uma vez é observável tendência decrescente no indicador analisado para todas as categorias de alocação de tempo. Afora esta tendência decrescente geral, o comportamento deste indicador não varia muito ao longo dos anos, sendo que aqueles que apenas estudam vivem em média em famílias menores. As duas categorias que envolvem o exercício de atividades produtivas são as que apresentam as médias de nº de componentes da família mais altas em todos os anos analisados. Para além do nº de componentes da família, importa-nos investigar a composição do núcleo familiar e para isso foram selecionados 3 indicadores, que mostram a composição da fratria, ou seja, nos dão pistas sobre o cenário do entrecruzamento dos cursos de indivíduos que compartilham o mesmo núcleo familiar. A tabela abaixo descreve o comportamento destes indicadores no período recortado:

Tabela 8 - Nº de Componentes da Família, por Faixa Etária e por Categorias Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	nº de indivíduos entre 0-6 anos				nº de indivíduos entre 7-14 anos				nº de indivíduos entre 15-24 anos			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	1,08	0,96	0,72	0,91	2,47	2,43	2,30	2,48	1,53	1,72	1,21	1,49
1989	1,05	0,99	0,67	0,87	2,44	2,43	2,28	2,50	1,47	1,63	1,16	1,47
1990	1,07	1,00	0,62	0,82	2,39	2,37	2,23	2,38	1,42	1,63	1,13	1,45
1992	0,96	0,94	0,55	0,74	2,32	2,27	2,09	2,32	1,45	1,63	1,05	1,32
1993	0,97	0,90	0,53	0,70	2,27	2,23	2,07	2,33	1,46	1,62	1,04	1,30
1995	0,88	0,87	0,50	0,67	2,16	2,17	1,96	2,17	1,40	1,61	1,01	1,29
1996	0,80	0,81	0,49	0,62	2,10	2,11	1,93	2,10	1,44	1,63	1,03	1,30
1997	0,85	0,84	0,49	0,64	1,99	2,03	1,88	2,07	1,39	1,62	1,01	1,30
1998	0,83	0,78	0,48	0,63	1,96	1,94	1,84	2,05	1,46	1,69	1,00	1,28
1999	0,75	0,67	0,48	0,62	1,84	1,95	1,81	2,07	1,42	1,70	0,98	1,31
2001	0,78	0,75	0,47	0,59	1,74	1,89	1,77	1,91	1,44	1,66	0,93	1,29
2002	0,75	0,68	0,46	0,55	1,72	1,61	1,76	1,91	1,42	1,72	0,93	1,27
2003	0,75	0,74	0,45	0,51	1,77	1,69	1,74	1,84	1,38	1,68	0,92	1,30
2004	0,72	0,76	0,45	0,56	1,87	1,75	1,74	1,84	1,32	1,58	0,89	1,27
2005	0,62	0,65	0,42	0,52	1,71	1,70	1,70	1,87	1,08	1,41	0,76	1,09

Fonte: FIBGE, PNAD.

Em termos do nº de indivíduos entre 0 e 6 anos podemos observar que as maiores médias pertencem às categorias que não envolvem alocação de tempo em atividades educacionais – não estuda e trabalha e apenas trabalha. A categoria apenas estuda apresenta a menor média neste indicador para todos os anos, seguida pela categoria estuda e trabalha, sendo que estas duas demonstram clara distinção com relação às categorias que não envolvem alocação de tempo em atividades educacionais. Tal distinção entre as categorias de alocação de tempo já não aparece de forma tão clara quando se analisa o nº de componentes entre 7 e 14 anos na família: no início do período analisado, a categoria apenas estuda apresenta média mais baixa, bem distantes das outras 3 categorias, que apresentam médias muito próximas entre si. Com o passar dos anos a média do indicador passa a aproximar cada vez mais as categorias não estuda nem trabalha, apenas trabalha e apenas estuda que, ao fim do período, apresentam médias muito próximas – se colocando em um pólo oposto com relação à categoria estuda e trabalha, com nº médio mais alto de componentes entre 7 e 14 anos na família. Para o indicador nº de indivíduos entre 15 e 24 anos podemos identificar uma tendência mais linear: para todos os anos analisados a categoria apenas trabalha apresenta a maior média e a categoria apenas estuda, a menor. As primeiras pistas nos indicam, portanto, comportamentos bastante distintos entre os 3 indicadores, em determinados aspectos. O nº de indivíduos entre 0 e 6 anos associa-se às categorias de alocação de tempo que não envolvem atividades escolares; o nº de indivíduos entre 7 e 14

anos (faixa etária para a qual temos a maior média de indivíduos na amostra selecionada) no início do período, distingue de forma marcante quem apenas estuda – menor média no indicador - das outras categorias, e no fim do período, quem conjuga estudo e trabalho – com a maior média – sem diferenças marcantes na média das outras três categorias. O comportamento do indicador nº de componentes entre 15 e 24 anos indica associação com a categoria apenas trabalha. Mas em um ponto o comportamento dos indicadores é homogêneo: de maneira geral, para os três indicadores encontramos médias mais baixas para os indivíduos que alocam seu tempo exclusivamente à atividades escolares – na composição familiar da amostra selecionada, temos famílias com um nº médio menor de indivíduos entre 0 e 24 anos na condição de filhos, em grande medida reafirmando os dados referentes ao nº de componentes destas famílias. No entanto, a composição familiar varia não apenas em termos do nº de moradores e da composição etária dos indivíduos na condição de filhos. Cabe averiguar a condição da mãe no domicílio, utilizada como proxy de família monoparental, tendo em vista a esmagadora maioria de pais na condição de pessoa de referência, segundo os dados da própria PNAD. O nº de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos de famílias nas quais a mãe é a pessoa de referência cresce bastante ao longo do período analisado. Será observável algum impacto desta transformação na alocação de tempo para os indivíduos na faixa etária analisada? A tabela abaixo descreve o comportamento do indicador para as categorias de alocação de tempo, nos provendo elementos para avaliar a relação entre estes dois processos:

Tabela 9 - Variável Indicadora Mãe Pessoa de Referência da Família por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

indicadora mãe pessoa de referência				
ano	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	0,16	0,15	0,12	0,14
1989	0,19	0,17	0,12	0,13
1990	0,16	0,15	0,13	0,14
1992	0,18	0,14	0,14	0,12
1993	0,20	0,14	0,15	0,13
1995	0,20	0,14	0,15	0,12
1996	0,24	0,17	0,17	0,14
1997	0,24	0,16	0,18	0,14
1998	0,24	0,17	0,18	0,15
1999	0,25	0,20	0,19	0,14
2001	0,32	0,20	0,20	0,15
2002	0,31	0,23	0,21	0,16
2003	0,29	0,26	0,22	0,17
2004	0,29	0,21	0,22	0,17
2005	0,34	0,23	0,23	0,16

Fonte: FIBGE, PNAD.

A proporção de indivíduos que vivem em famílias chefiadas pela mãe aumenta de fato em todas as categorias de alocação de tempo. No início do período as médias entre as categorias não são muito distintas, e sempre abaixo de 20%. Do meio da década de 90 em diante, as categorias não estuda nem trabalha e apenas trabalha passam a concentrar maiores proporções de indivíduos em famílias chefiadas pela mãe – ao mesmo em diminuem drasticamente com relação ao total da amostra. A categoria trabalha e estuda é a que apresenta a menor variação de média no período, contrariando, em parte, o movimento geral da amostra de aumento nas famílias deste tipo, podendo nos indicar que a conjugação entre estudo e trabalho é a categoria menos associada à famílias nas quais a mãe é a pessoa de referência. A concentração de famílias deste tipo também aumenta bastante na categoria apenas estuda – a mais representativa em todos os anos - praticamente dobrando ao longo do período analisado.

7.1.3. Educação

Em termos de indicadores educacionais, interessa-nos averiguar a relação entre as categorias de alocação e o atraso escolar – buscando pistas, mais especificamente,

sobre a relação entre trabalho e atraso escolar; e o nível de escolarização dos pais dos indivíduos, já que este é um importante elemento explicativo da reprodução do fenômeno. A tabela abaixo apresenta estatísticas descritivas para o indicador de atraso escolar:

Tabela 10 - Variável Indicadora de Atraso Escolar por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	indicadora atraso escolar			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	0,96	0,96	0,76	0,90
1989	0,95	0,96	0,75	0,89
1990	0,95	0,96	0,75	0,89
1992	0,96	0,97	0,72	0,86
1993	0,95	0,96	0,72	0,85
1995	0,95	0,96	0,69	0,83
1996	0,93	0,95	0,68	0,82
1997	0,94	0,95	0,67	0,81
1998	0,93	0,94	0,64	0,81
1999	0,92	0,94	0,61	0,78
2001	0,89	0,91	0,57	0,74
2002	0,90	0,87	0,54	0,71
2003	0,88	0,87	0,52	0,69
2004	0,87	0,88	0,50	0,67
2005	0,87	0,90	0,48	0,66

Fonte: FIBGE, PNAD.

A diminuição na proporção de indivíduos em situação de atraso escolar ocorreu para todas as categorias de alocação de tempo no período 1988-2005. Este processo impacta principalmente nas categorias apenas estuda – a que apresenta menor proporção de indivíduos em atraso escolar - e estuda e trabalha, exatamente as duas categorias que mais cresceram no período. Os dados não surpreendem na medida em que indicam maior concentração de atrasados nas categorias que não envolvem exclusivamente estudo. Notam-se, desta forma, pistas que indicam associação entre atraso escolar e as categorias não estuda nem trabalha e apenas trabalha. Entre as duas categorias mais representativas ao fim do período, há uma associação mais clara entre atraso escolar e a categoria trabalha e estuda. No entanto são observáveis ganhos em termos da diminuição da proporção de indivíduos em situação de atraso escolar tanto para quem apenas estuda (nesta

categoria, ao fim do período, a proporção de atrasados chega a menos de 50%) quanto para a categoria estudo e trabalho.

Ao analisarmos a alocação de tempo sob uma perspectiva intergeracional, o nível de escolaridade dos pais aparece como indicador relevante. Ao longo do trabalho nos esforçamos no sentido de argumentar que existe um importante caráter de reprodução social entre os fatores associados a determinação da alocação de tempo de crianças e adolescentes. Seja porque os pais mais pobres não crêem no retorno do investimento educacional nos filhos; seja porque pais que estudaram mais valorizam de forma mais marcante o adiamento da entrada dos filhos no mercado de trabalho; ou seja porque, em famílias mais pobres, o retorno imediato provido pelo exercício de atividades produtivas é visto como mais importante do que o retorno educacional no longo prazo; fato é que a grande maioria dos estudos aponta como a escolaridade dos pais impacta na alocação de tempo dos filhos – pais mais escolarizados tendem a investir mais na escolarização dos filhos. A tabela abaixo descreve o nº médio de anos de estudo para o pai e para a mãe dos indivíduos entre 10 e 15 anos, por categoria de alocação de tempo, buscando investigar se estes pressupostos se verificam na amostra selecionada para o período:

Tabela 11 - Anos de Estudo do Pai e da Mãe por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	anos de estudo da mãe				anos de estudo do pai			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	2,05	1,66	4,56	2,66	1,82	1,50	4,44	2,39
1989	1,81	1,60	4,63	2,67	1,79	1,51	4,65	2,42
1990	2,19	1,76	4,95	3,00	1,99	1,57	4,79	2,69
1992	2,42	1,86	5,38	3,32	2,23	1,57	5,23	2,90
1993	2,51	2,01	5,51	3,33	2,25	1,60	5,33	2,91
1995	2,70	2,11	5,72	3,62	2,46	1,74	5,45	3,04
1996	2,88	2,20	5,78	3,72	2,55	1,80	5,49	3,28
1997	3,01	2,19	5,85	3,75	2,62	1,94	5,49	3,23
1998	3,18	2,46	6,04	3,70	2,92	2,02	5,68	3,08
1999	3,51	2,43	6,12	3,73	3,13	2,06	5,69	3,11
2001	3,73	2,99	6,27	4,08	3,22	2,25	5,78	3,33
2002	4,02	3,12	6,48	4,32	3,44	2,70	5,92	3,50
2003	3,77	3,15	6,54	4,40	3,25	2,50	5,92	3,53
2004	3,98	2,87	6,72	4,45	3,44	2,37	6,06	3,72
2005	4,42	2,89	6,80	4,45	3,95	2,26	6,15	3,67

Fonte: FIBGE, PNAD.

Os dados apresentados confirmam a suposição de que a média de anos de estudo (tanto do pai quanto da mãe) é mais alta para aqueles indivíduos cujo tempo é alocado exclusivamente em atividades educacionais. Isto é observável para todos os dois indicadores e para todos os anos de análise. A categoria apenas trabalha apresenta as médias mais baixas nestes indicadores, também para todos os anos analisados. Assim temos que a escolaridade média dos pais encontra seus patamares mais altos entre aqueles que apenas estudam e os mais baixos entre aqueles que apenas trabalham. As diferenças entre os dois indicadores localizam-se principalmente nas categorias não trabalha nem estuda e trabalha e estuda: no caso da escolaridade da mãe, o nº médio de anos de estudo da mãe é mais baixo para a categoria estuda e trabalha – apesar de observarmos um movimento de aproximação do valor médio do indicador em questão entre as duas categorias ao longo dos anos; e no caso da escolaridade do pai, temos que a média no indicador para a categoria não estuda nem trabalha supera, dentro do período de análise, a média do mesmo indicador para a categoria estuda e trabalha. Temos assim que as categorias que envolvem o exercício de atividades produtivas apresentam as menores médias para o indicador de escolaridade do pai.

7.1.4. Renda e Mercado de Trabalho

Neste último bloco de exploração de dados descritivos sobre a amostra, selecionamos uma série de indicadores sobre a capacidade de geração de renda da família e a relação – pregressa e presente – de seus membros com o mercado de trabalho. O intuito aqui é buscar indícios do impacto das transformações pelas quais passou o mercado de trabalho brasileiro (entre elas o crescimento do setor informal, o aumento nos níveis de desemprego, o aumento na proporção de trabalhadores no setor de serviços, a precarização nas relações de trabalho, etc.) sobre a alocação de tempo dos jovens. Não obstante também nos interessa buscar pistas sobre o histórico de engajamento dos pais no mercado de trabalho, que pode nos indicar a orientação da ação destes na decisão sobre engajamento dos filhos no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a tabela a seguir mostra a renda per capita média das famílias dos indivíduos selecionados por categorias de alocação de tempo:

Tabela 12 - Renda Per Capita Familiar por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005 (em R\$ de set/2005)*

renda per capita familiar				
ano	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	146,75	127,93	416,67	195,31
1989	243,69	268,90	704,29	397,87
1990	185,19	186,63	502,83	289,49
1992	201,24	206,72	509,18	313,66
1993	195,62	222,83	571,40	319,74
1995	138,23	143,34	378,18	216,92
1996	143,92	144,16	360,75	231,29
1997	142,21	142,89	367,07	222,62
1998	143,93	144,13	365,24	201,07
1999	140,73	140,86	331,47	182,96
2001	129,49	138,02	314,95	184,27
2002	153,45	166,55	316,68	197,95
2003	124,77	143,36	277,89	176,10
2004	139,48	149,60	290,61	183,87
2005	150,06	150,05	302,78	184,86

(*) Valores atualizados pelo IGPDI - FGV; deflacionados com base no Deflator de Rendas da PNAD - IPEA
 Fonte: FIBGE, PNAD.

Os dados descritivos apontam que para todos os anos analisados as categorias que excluem a alocação de tempo em atividades escolares apresentam as médias de rendimento domiciliar per capita mais baixas. No entanto, apenas uma delas envolve o exercício de atividades produtivas, indicando que talvez a relação entre renda e trabalho para a faixa etária analisada não seja tão direta e linear. Além disso observa-se uma diferença clara entre as médias de rendimento per capita das categorias não estuda nem trabalha e apenas trabalha com relação à categoria trabalha e estuda – que consolida-se, em todos os anos de análise, como a segunda categoria com média mais alta de rendimento per capita. Novamente os indivíduos que alocam seu tempo exclusivamente em atividades escolares apresentam a melhor média no indicador – vivem, portanto, em famílias com médias de rendimento mais altas.

Além do rendimento médio per capita, que é um indicador que retrata a situação presente da família, nos interessa em especial analisar algum indicador sobre a história pregressa de membros da família no mercado de trabalho. O indicador escolhido foi a idade de entrada do pai e da mãe no mercado de trabalho,

considerados indicadores muito importantes para a análise pois foram assumidos como proxy do enraizamento cultural de noções distintas de trabalho que favorecem mais ou menos a entrada das crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Assim, a idéia que subjaz a exploração desse indicador é a de que pais que entraram muito jovens no mercado de trabalho tendem a consolidar uma relação específica com a categoria trabalho enquanto uma construção social – ou seja, consolidam determinadas representações sobre o valor do trabalho – que são transmitidas intergeracionalmente e impactam na forma como os filhos se inserem no mercado de trabalho. Vejamos a seguir se as primeiras explorações empíricas confirmam a utilidade de se incluir esta dimensão na análise do fenômeno:

Tabela 13 - Idade de Entrada do Pai e da Mãe no Mercado de Trabalho por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	idade em que o pai começou a trabalhar				idade em que a mãe começou a trabalhar			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	11,33	10,74	12,46	11,00	13,58	12,22	15,73	13,41
1989								
1990								
1992	11,84	10,83	12,92	10,92	13,18	11,68	14,81	12,22
1993	11,31	10,41	12,57	10,57	12,77	11,39	14,64	11,87
1995	11,30	10,35	12,39	10,53	12,75	11,51	14,43	11,67
1996	11,46	10,48	12,59	10,67	13,24	11,69	14,80	12,05
1997	11,61	10,50	12,56	10,65	13,54	11,45	14,52	11,89
1998	11,59	10,30	12,62	10,50	13,00	11,79	14,58	11,73
1999	11,77	10,31	12,61	10,58	12,91	11,45	14,46	11,81
2001	11,77	10,88	12,73	10,57	13,26	11,59	14,52	11,78
2002	12,04	11,12	12,81	10,62	13,80	12,62	14,65	11,76
2003	12,02	10,91	12,76	10,64	13,46	12,09	14,41	11,75
2004	11,84	10,41	12,87	10,66	13,40	11,43	14,52	11,89
2005	12,18	10,79	12,90	10,73	13,52	11,72	14,54	11,75

Fonte: FIBGE, PNAD.

Este é um dado que não está disponível para todos os anos de análise. Entre os dados disponíveis, podemos observar, que, para ambos os indicadores, existe uma clara polarização entre as categorias que envolvem alocação de tempo no exercício de atividades produtivas e as que não envolvem - as primeiras com médias bem mais baixas para ambos os indicadores. Nos dois casos o comportamento dos indicadores apresenta uma característica pouco freqüente na análise das outras variáveis: a idade média de entrada do pai e da mãe no mercado é mais alta para a categoria não estuda nem trabalha do que para as categorias estuda e trabalha e

apenas trabalha. Na grande maioria das outras variáveis analisadas, a situação da categoria não estuda nem trabalha é mais precária, o que não ocorre para nenhum dos dois indicadores mostrados acima. Desta forma confirma-se, em um primeiro momento, a suspeita inicial de que a história pregressa dos pais no mercado de trabalho tem impacto sobre a alocação de tempo dos filhos, que o comportamento de ambos os indicadores na análise descritiva permite sustentarmos, por enquanto, a idéia de que o impacto deste indicador é bastante específico e diferenciado com relação aos outros analisados e, por fim, manter no horizonte a idéia de que a alocação de tempo em atividades produtivas associa-se a médias mais baixas de idade de entrada do pai e da mãe no mercado de trabalho, *sejam estas atividades conjugadas ou não ao estudo*.

Por fim trazemos para a análise descritiva alguns dados sobre a situação dos pais no mercado de trabalho. Entendemos que as transformações, já mencionadas, pelas quais passou o mercado de trabalho brasileiro ao longo do período – e que, portanto, a situação dos pais no mercado de trabalho, impacta diretamente na determinação da alocação de tempo dos filhos. A tabela a seguir traz dados que buscam esclarecer a relação entre a situação ocupacional dos pais – se exerceram atividades remuneradas na semana de referência ou não - e a alocação de tempo dos filhos:

Tabela 14 - Variáveis Indicadoras Pai e Mãe Ocupados na Semana de Referência por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

ano	pai ocupado na semana de referência				mãe ocupada na semana de referência			
	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	0,79	0,82	0,84	0,82	0,40	0,53	0,47	0,60
1989	0,76	0,79	0,83	0,84	0,40	0,54	0,48	0,62
1990	0,80	0,81	0,83	0,84	0,41	0,55	0,50	0,64
1992	0,72	0,80	0,77	0,84	0,42	0,55	0,50	0,64
1993	0,71	0,80	0,77	0,83	0,44	0,57	0,51	0,66
1995	0,69	0,79	0,77	0,84	0,44	0,55	0,53	0,68
1996	0,67	0,78	0,75	0,82	0,44	0,56	0,51	0,65
1997	0,68	0,78	0,76	0,82	0,45	0,55	0,52	0,67
1998	0,66	0,77	0,75	0,82	0,44	0,59	0,52	0,69
1999	0,65	0,74	0,74	0,83	0,46	0,59	0,53	0,72
2001	0,59	0,74	0,73	0,81	0,40	0,56	0,54	0,71
2002	0,62	0,71	0,73	0,82	0,47	0,56	0,55	0,73
2003	0,60	0,72	0,72	0,82	0,42	0,62	0,55	0,76
2004	0,63	0,75	0,73	0,82	0,45	0,60	0,57	0,75
2005	0,62	0,75	0,73	0,83	0,48	0,62	0,57	0,76

Fonte: FIBGE, PNAD.

Os dois indicadores se comportam de maneira bastante distinta e a maior expressão disso é a tendência decrescente no caso do pai ocupado na semana de referência – exceto na categoria estudo e trabalho – e a tendência crescente do indicador de ocupação da mãe. Cada vez mais as categorias de alocação de tempo tendem a se diferenciar em termos de proporção de pais ocupados. Se por um lado apresentavam proporções parecidas no início do período, ao fim temos aqueles que conjugam trabalho e estudo como a principal categoria que se associa a existência de pai ocupado na família. No outro pólo, aqueles que não trabalham nem estudam, no qual encontramos concentração decrescente de indivíduos em famílias nas quais existia um pai que trabalhava na semana de referência. O mesmo pode ser dito para o trabalho da mãe, que cresce muito também entre os que estudam e trabalham no período. No entanto, excetuando-se a categoria estuda e trabalha, o cenário geral aponta famílias com cada vez menos pais ocupados na semana de referência e cada vez mais mães ocupadas. Desta forma, a categoria de alocação de tempo estuda e trabalha – que abarca a quase totalidade do trabalho de jovens entre 10 e 15 anos em 2005 – é caracterizada, crescentemente, por pais e mães ocupados, em maior proporção do que todas as outras categorias de alocação de tempo. Os dados para 2005 apontam 83% das crianças e adolescentes que trabalham e estudam com pai ocupado e 76% com a mãe ocupada. Chama atenção também o fato de que os

indicadores descritivos de trabalho do pai e da mãe apresentados não diferenciam de forma muito marcante as categorias apenas estuda e apenas trabalha – com ambas as categorias apresentando proporções muito mais próximas entre si ao longo de período do que com relação à categoria estuda e trabalha, tanto para o trabalho da mãe quanto para o trabalho do pai.

Partindo-se destas verificações, temos uma grande maioria de pais e mães ocupados nas famílias de crianças e jovens que alocam seu tempo em atividades produtivas no país atualmente. Aparentemente a definição de alocação de tempo dos jovens em atividades produtivas não relaciona-se tão estreitamente à ausência de trabalho dos pais. A seguir, apresentamos dados sobre o tipo de vínculo de trabalho destes pais – trabalho com carteira assinada ou não – visando investigar se esta grande maioria de pais que estão ocupados e alocam tempo de seus filhos em atividades produtivas estão trabalhando no setor informal; e qual foi o impacto do crescimento observado deste setor na alocação de tempo para a faixa etária selecionada:

Tabela 15 - Pai ou Mãe Trabalhando com Carteira Assinada por Categorias de Alocação de Tempo - 1988-2005

indicadora carteira de trabalho pai ou mãe (empregado com carteira assinada=1)				
ano	não estuda nem trabalha	apenas trabalha	apenas estuda	trabalha e estuda
1988	0,29	0,24	0,45	0,29
1989	0,28	0,23	0,44	0,27
1990	0,31	0,21	0,45	0,27
1992	0,30	0,18	0,41	0,22
1993	0,29	0,19	0,41	0,20
1995	0,27	0,18	0,39	0,20
1996	0,25	0,20	0,37	0,20
1997	0,28	0,17	0,37	0,18
1998	0,26	0,15	0,37	0,17
1999	0,26	0,12	0,36	0,16
2001	0,24	0,15	0,36	0,15
2002	0,26	0,19	0,36	0,17
2003	0,23	0,14	0,36	0,18
2004	0,24	0,14	0,37	0,17
2005	0,24	0,13	0,37	0,16

Fonte: FIBGE, PNAD.

Os dados indicam uma tendência geral de diminuição da proporção de indivíduos que tenham na família qualquer um dos pais com vínculo empregatício formal. Além

disso, o comportamento deste indicador é bastante distinto com relação ao trabalho da mãe e do pai: se a maioria dos que trabalham e estudam tem pais ocupados, hoje em dia apenas 16% destes indivíduos tem algum dos pais trabalhando formalmente – patamar amargo no qual estabilizou-se o indicador de vínculo formal de trabalho dos pais nas famílias do que estudam e trabalham desde o fim da década de 90. O vínculo formal de trabalho é ainda mais raro nas famílias dos indivíduos que apenas trabalham, sendo as duas categorias que envolvem atividades produtivas aquelas que apresentam menor proporção de existência de vínculo formal de trabalho do pai ou da mãe. Apesar da tendência decrescente no período, a categoria apenas estuda é a que apresenta maior proporção de pais ou mães com vínculo formal de trabalho. Assim, podemos notar que o crescimento da categoria trabalho e estuda pode estar associado a pais ocupados no mercado informal, sendo esta uma importante hipótese a se investigar.

O que nos diz esta primeira aproximação sobre o perfil das categorias de alocação de tempo ao longo do período analisado? As características gerais apontam que aqueles que apenas estudam apresentam idade média mais baixa; a alocação de tempo em atividades produtivas é muito mais comum no meio rural do que no meio urbano, assim como é também muito mais comum entre os homens do que entre as mulheres. Em termos de composição racial, temos parcelas crescentes de indivíduos pretos e pardos nas categorias que envolvem exercício de atividades produtivas ao longo dos anos analisados, com menor proporção destas categorias raciais entre os indivíduos que apenas estudam.

A composição familiar destas crianças e adolescentes aponta um nº médio de componentes da família mais alto para aqueles indivíduos que exercem atividades produtivas, conjugadas ou não ao trabalho. No entanto, a associação entre as categorias de alocação de tempo e o nº médio de indivíduos por faixas etárias não é tão linear quanto no indicador de nº de componentes da família. Um maior nº de indivíduos entre 0 e 6 anos na composição da família aparentemente afasta a criança e o adolescente das atividades escolares – as maiores médias foram encontradas para as categorias apenas trabalha e não trabalha nem estuda. Na faixa etária entre 7 e 14 anos encontramos as maiores médias de nº de

componentes da família para todas as categorias de alocação de tempo, e média especialmente alta para a categoria conjugação entre estudo e trabalho. Por fim, no caso da faixa etária entre 15 e 24 anos, temos sempre a menor média na categoria apenas estuda e a maior na categoria apenas trabalha. A proporção de famílias nas quais a mãe é a pessoa de referência também avança para todas as categorias de alocação de tempo, mas os indivíduos que estudam e trabalham – a esmagadora maioria dos indivíduos da amostra selecionada que alocam tempo em atividades produtivas ao fim do período analisado – são os indivíduos entre os quais é menos comum este tipo de família; além disso as proporções para as outras três categorias são muito próximas neste indicador – não estuda nem trabalha, apenas trabalha e apenas estuda.

Os indicadores educacionais apontam decréscimo considerável dos níveis de atraso escolar para ambas as categorias de alocação de tempo que envolvem estudo. O exercício de atividades produtivas está, como esperado, mais associado a este indicador. O nº médio de anos de estudo do pai é sempre mais alto para a categoria apenas estuda; comportamento similar é observado no indicador de anos de estudo da mãe. Por outro lado a categoria apenas trabalha apresenta os níveis mais baixos de escolaridade dos pais; e as categorias não trabalha nem estuda e trabalha e estuda, níveis médios próximos.

O nível de rendimento per capita familiar aproxima, no período analisado, as categorias apenas trabalha e não estuda nem trabalha – que ao fim do período apresentam médias muito próximas. Em todos os anos analisados o rendimento médio familiar é mais alto entre aqueles que apenas estudam. Se por um lado o rendimento familiar é mais baixo entre as categorias que excluem as atividades escolares, a idade de entrada do pai e da mãe no mercado de trabalho é, em média, mais baixa nas categorias que envolvem atividades produtivas, conjugadas ou não ao estudo. Pais e mães ocupados é característica mais comum na categoria trabalha e estuda, ao final do período analisado (no qual se observa decréscimo na ocupação dos pais e crescimento na proporção de mães ocupadas para todas as categorias de alocação de tempo) do que qualquer das outras categorias de alocação de tempo. No entanto o tipo de vínculo de trabalho destes pais é o mais precário (ao lado da

categoria apenas trabalha) e os pais daqueles apenas estudam apresentam, em média, para todo o período, níveis mais altos de formalidade no vínculo de trabalho – apesar do movimento geral de diminuição da proporção de pais com vínculo formal de trabalho para todas as categorias de alocação de tempo.

Os dados descritivos permitem-nos desenhar um cenário no qual a alocação de tempo em atividades escolares é quase universal para a faixa etária analisada e o exercício de atividades produtivas resume-se em sua quase totalidade às crianças e adolescentes que conjugam estudo e trabalho – o que significa um razoável movimento de transformação no perfil do trabalho para a faixa etária entre 10 e 15 anos. Procuramos, através dos dados descritivos, explorar o comportamento de uma série de indicadores que, imaginamos, estão relacionados à variação na alocação destes indivíduos – e que apresentaram comportamentos bastante distintos ao longo do período. Mas em que medida a variação nestes indicadores está associada à variação observada nos padrões de alocação de tempo, especialmente em atividades produtivas?

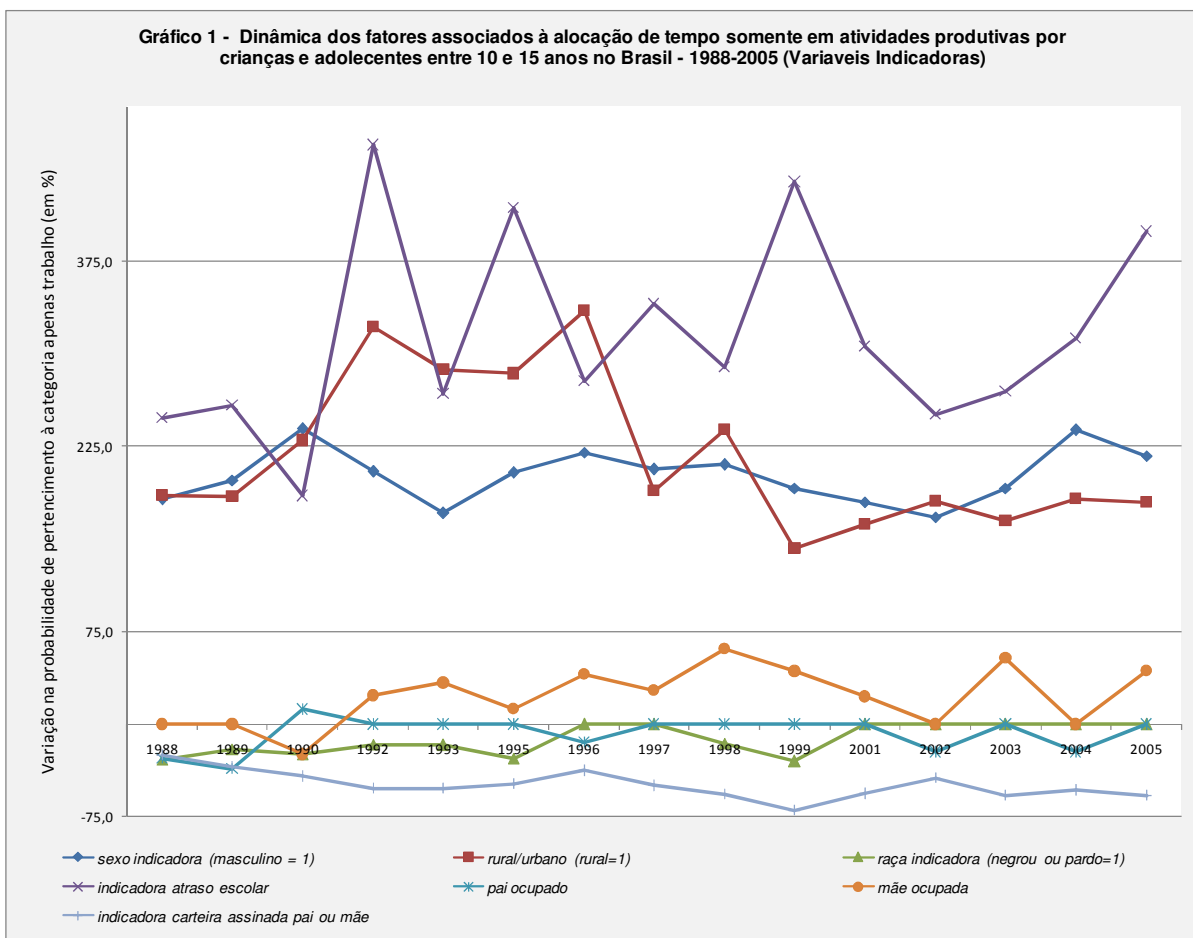
5.2. Análise Multivariada

A análise multivariada tem como objetivo investigar quais fatores estão associados à alocação de tempo em atividades produtivas, e em que sentido a variação destes fatores impacta sobre o trabalho na faixa etária analisada. Como analisamos um período de quase 20 anos, pretendemos apresentar quais as principais tendências quanto aos fatores associados ao trabalho (conjugado ou não ao estudo) na população considerada, uma vez que a exploração dos dados através de estatísticas descritivas aponta algumas mudanças significativas no perfil do fenômeno.

Colocando em linhas gerais, temos que a pergunta que orienta a estimação do modelo utilizado nesta seção de verificações empíricas, pode ser resumida como: “Qual é a dinâmica dos fatores associados a alocação de tempo nas categorias “estudo e trabalho” e “apenas trabalho” por crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos no Brasil, no período entre 1988 e 2005?”. As variáveis utilizadas na estimação do modelo seguem a orientação do debate teórico internacional já amplamente discutido em outra seção do trabalho.

A exposição dos dados procurou ser o mais simples possível, e está organizada da seguinte forma: a categoria utilizada como referência foi apenas estuda, portanto, as probabilidades de pertencimento às categorias apenas trabalha e trabalha e estuda devem ser lidas sempre em relação ao pertencimento à categoria apenas estuda; em primeiro lugar são apresentados os resultados para a categoria apenas trabalha, e depois, para a categoria trabalha e estuda. Estes estão divididos em dois grupos: os resultados para as variáveis contínuas e os resultados para variáveis indicadoras, cada um expresso em um gráfico. Desta forma, temos dois gráficos para cada uma das duas categorias de alocação de tempo que nos interessam – apenas trabalho e trabalho e estudo – que, por sua vez, expressam o efeito calculado de cada uma das variáveis dependentes sobre as chances de pertencimento às categorias de alocação de tempo destacadas, em todos os anos em que ocorreu a PNAD entre 1988 e 2005.

O gráfico abaixo apresenta o efeito das variáveis indicadoras utilizadas na estimação do modelo sobre as probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha, para os anos analisados:



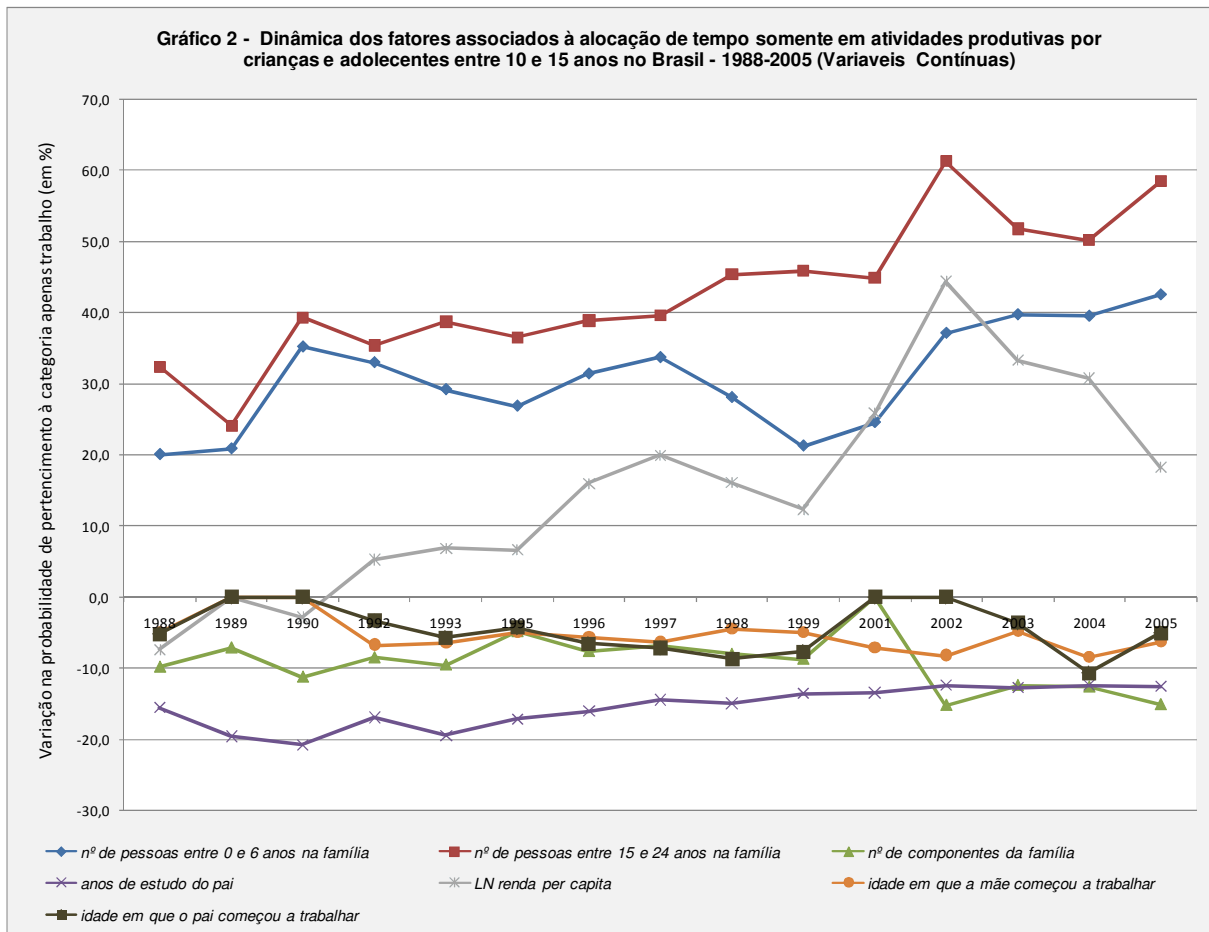
Como já era possível antever, o atraso escolar apresenta-se como importante variável associada à alocação de tempo exclusivamente em atividades produtivas. A localização geográfica do domicílio também está significativamente associada ao pertencimento à categoria apenas trabalha – apesar de apresentar tendência decrescente no período. O exercício de atividades no setor agrícola para a faixa etária analisada é amplamente documentado (Fares e Raju, 2007; Corseuil, Santos e Fogel, 2001) em nível internacional e os resultados deste estudo vem corroborar a forte associação entre alocação de tempo em apenas trabalho e a localização geográfica do domicílio. O sexo também aparece com destaque entre as variáveis associadas a alocação de tempo exclusiva em trabalho por todo o período

analisado, sendo que os meninos tem mais chances de apenas trabalhar do que as meninas. Novamente ressaltamos que não foi incluído na análise o trabalho doméstico, considerando-se apenas o exercício de ocupações remuneradas. Estas três variáveis – atraso escolar, localização do domicílio e sexo – compõe o conjunto de variáveis de maior efeito positivo observado no período, com associação significativa e muito alta em todos os anos analisados. Em outro pólo, temos que a existência de carteira de trabalho assinada do pai ou da mãe é a principal variável associada à diminuição das probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha em relação à categoria apenas estuda. Este resultado nos indica que a situação do vínculo de trabalho dos pais tem influência significativa sobre a alocação de tempo dos filhos em atividades produtivas. Tendo em vista o aumento do mercado informal brasileiro ao longo da década de 90, que reflete-se no aumento da fragilidade dos vínculos de trabalho dos pais – na amostra analisada – como pudemos observar com as estatísticas descritivas apresentadas, o efeito negativo do vínculo formal de trabalho dos pais aumenta ao longo do período, constituindo-se, ao fim, na principal variável que influi negativamente no pertencimento à categoria apenas trabalho em 2005. Estes são os dois grupos que agregam mais claramente as variáveis indicadoras utilizadas na estimação do modelo: em um pólo, o sexo, a localização rural ou urbana do domicílio e o atraso escolar, principais fatores associados positivamente à alocação de tempo em apenas trabalho; em outro, o vínculo formal de trabalho dos pais, principal fator associado negativamente a esta categoria de alocação de tempo.

As demais variáveis apresentam comportamento menos homogêneo ao longo do período: o pai ocupado na semana de referência é uma variável que não apresenta significância estatística para todos os anos analisados. Em praticamente todos os anos em que isso acontece, o efeito desta variável é negativo – ou seja, filhos de pais ocupados na semana de referência têm menos chances de alocar seu tempo exclusivamente em trabalho. A mãe ocupada na semana de referência aparece mais fortemente associada à alocação e tempo apenas em trabalho, com efeito significativo e positivo para quase todos os anos analisados. Se tomamos em conjunto o efeito das três variáveis – pai ocupado, mãe ocupada e vínculo formal de trabalho dos pais – podemos afirmar com base nos achados deste estudo que a

situação dos membros da família no mercado de trabalho impacta sobre a alocação e tempo das crianças e adolescentes, como nos propõe a interpretação da teoria dos cursos de vida. A precarização nos vínculos de trabalho e o crescimento do setor informal do mercado de trabalho brasileiro impactam na alocação de tempo principalmente aumentando as chances de trabalho (excluindo o estudo) de crianças e adolescentes em famílias com mães ocupadas e diminuindo em famílias com pais que tenham vínculo formal de trabalho. Por fim, a variável que indica raça (preto ou pardo) apresenta comportamento semelhante ao observado para a ocupação do pai – não apresenta significância estatística para todos os anos e efeito negativo nos anos em que está significativamente associada a esta categoria.

O gráfico a seguir mostra as probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha de acordo com o efeito das variáveis contínuas utilizadas na estimação do modelo de regressão multinomial:



De acordo com os dados expostos no gráfico, temos 3 variáveis que se destacam em termos de efeitos positivos sobre as probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha: o nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família – que apresenta o maior efeito positivo entre todas as variáveis contínuas, para todos os anos de análise – o nº de pessoas entre 0 e 6 anos, e, surpreendentemente, o LN da renda per capita. Desta maneira temos que a composição familiar, colocada em termos da composição etária da fratria, tem efeito muito alto sobre as chances de alocação de tempo em apenas trabalho, seja pela existência de um maior número de irmãos entre 0 e 6 anos ou entre 15 e 24 anos – aparentemente não só a existência de irmãos muito novos, como, principalmente, uma grande quantidade de irmãos mais velhos está associada à alocação de tempo exclusiva em atividades produtivas. A análise do efeito destas duas variáveis, conjugada ao que observa-se de efeito da variável número de componentes da família permite-nos dizer que a composição do núcleo familiar, em termos da faixa etária dos irmãos, é muito mais importante para explicar a alocação de tempo exclusivamente em atividades produtivas no Brasil, no período entre 1988 e 2005.

Assim, apresentam-se fortes evidências de que o pressuposto da economia domiciliar, de homogeneidade na distribuição dos recursos (no caso, educacionais) não é sustentável, ou é pouco relevante, quando se controla pela composição da fratria por faixas etárias. Indicadores da forma como a fratria se compõe são muito mais relevantes para explicar pertencimento à esta categoria de alocação de tempo. Sendo assim, as evidências empíricas apresentadas caminham no sentido de afirmar o potencial explicativo da teoria dos cursos de vida em contraposição à economia domiciliar. Não obstante, é também evidência empírica de uma possível “especialização de papéis” na família, reafirmado achados demonstrados de outras pesquisas internacionais, como colocado por Patrinos e Psacharopoulos (1997) Ilahi (2001) e Levison (1991) – a chance de que indivíduos entre 10 e 15 anos exerçam papéis produtivos é muito maior quando existem no domicílio irmãos ainda muito novos para exercerem este tipo de papel ou irmãos mais velhos – que tem grandes chances também de exercerem papéis produtivos. Por outro lado, tomando exclusivamente o número de componentes da família, temos efeito negativo de pertencimento à categoria apenas trabalha – nos anos em que este indicador

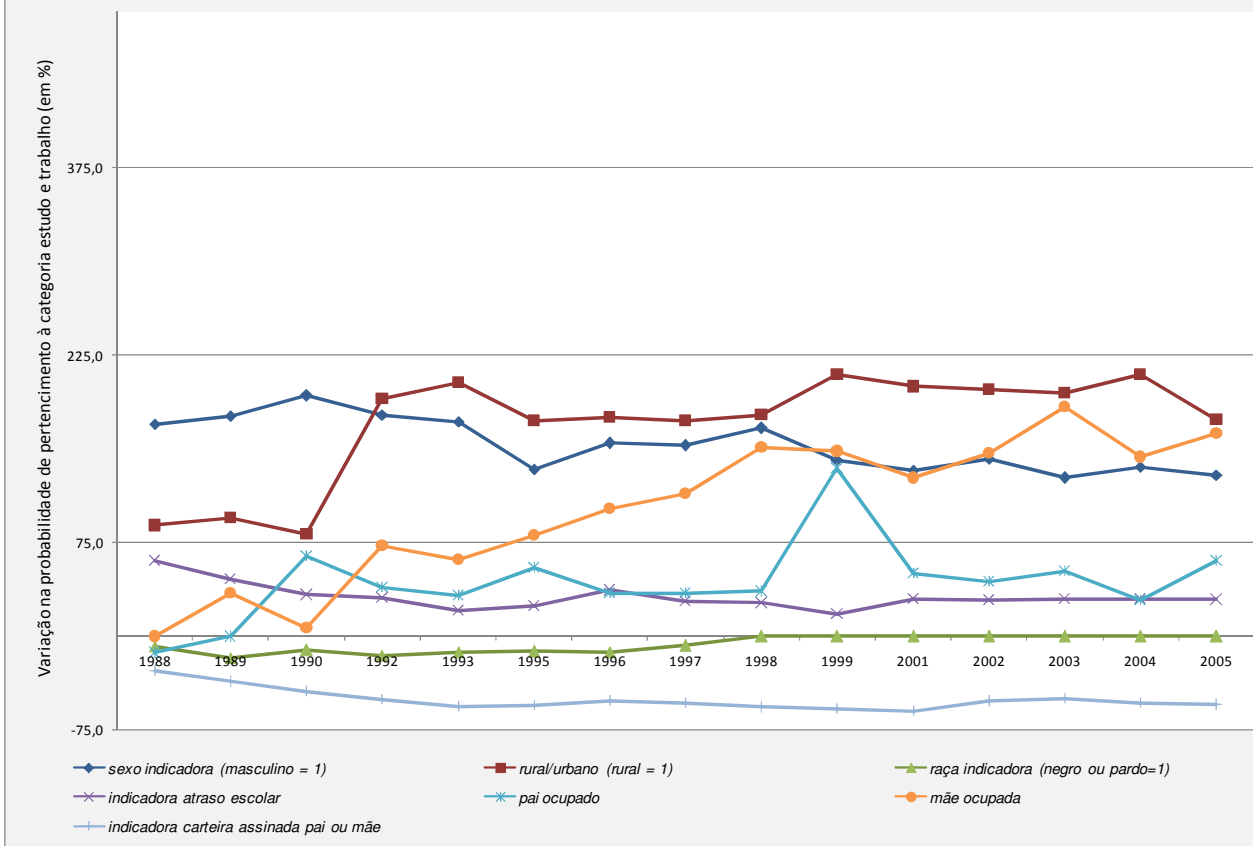
apresenta significância estatística para a associação a apenas trabalho. A última variável contínua incluída na análise que apresenta efeito positivo para a maioria dos anos é o LN da renda per capita, o que nos indica que, controlando por todos os outros indicadores do modelo estimado, que o efeito da renda é positivo para o pertencimento a esta categoria – quanto mais alta a renda, maior a chance de apenas trabalhar. Este efeito é crescente até 2002, e a partir de então é decrescente, mas ainda assim positivo.

Se por um lado, observamos efeito positivo do número de componentes da família entre 0 e 6 e entre 15 e 24 anos, além do efeito positivo da renda per capita, todas as outras variáveis contínuas incluídas no modelo apresentaram efeito negativo para os anos analisados. Destaca-se, em primeiro lugar, a dinâmica observada para os indicadores de escolaridade do pai e entrada no mercado de trabalho do pai e da mãe. No início do período de análise, no qual é mais representativa a categoria apenas trabalha em relação ao total da amostra, a escolaridade do pai (expressa pelo número de anos de estudo) é a principal variável contínua que diminui as chances de pertencimento à categoria apenas trabalho. Apesar de apresentar uma variabilidade baixa no efeito (para todos os anos, entre 10 e 20%) ao longo do período, diminui seu nível de associação com a categoria apenas trabalha, na medida em que diminui significativamente a representatividade desta categoria na população recortada para a análise. A idade de entrada do pai no mercado de trabalho apresenta dinâmica bem distinta – o efeito negativo é menor do que o observado para a escolaridade do pai, além do fato de que esta variável não apresenta significância estatística para 2 dos 13 anos analisados em que a PNAD investiga esta informação. A idade de entrada da mãe no mercado de trabalho apresenta comportamento menos heterogêneo para os anos de análise – é estatisticamente significativo para todos os anos em que é investigada. No entanto, o efeito líquido das três variáveis (que não é totalmente comparável) é maior para a escolaridade do pai, mas os dados apresentados comprovam que todos os três indicadores são úteis para explicar o pertencimento à categoria de alocação de tempo que envolve apenas atividades produtivas. A última das variáveis contínuas que apresenta efeito negativo, como já mencionado, é o número de moradores. Este indicador contribui para a explicação da variação em nossa variável dependente

(especificamente o pertencimento à categoria apenas trabalha) para a maioria dos anos analisados – mas não em todos os anos. Quando isto acontece o efeito é surpreendentemente negativo, diminuindo as chances dos indivíduos apenas trabalharem com relação àqueles que apenas estudam, sendo inclusive a variável com maior efeito negativo em 2005, o último ano de análise.

Pudemos observar através da exploração descritiva dos dados, diferenças significativas em diversos indicadores entre as categorias de alocação de tempo estudo e trabalho e apenas trabalho. Além do movimento substancial de concentração das crianças e adolescentes que trabalha na categoria de alocação que conjuga estas atividades com o estudo, a análise através dos modelos de regressão multinomial vem reafirmar esta tendência, de diferenças em termos de associação dos indicadores utilizados na estimação com relação aos fatores associados à categoria apenas trabalha. O gráfico a seguir aponta o efeito das variáveis categóricas (ou indicadoras) utilizadas na estimação do modelo sobre as probabilidades de pertencimento à categoria trabalha e estuda:

Gráfico 3 - Dinâmica dos fatores associados à alocação de tempo em estudo e trabalho por crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos no Brasil - 1988-2005 (Variáveis Indicadoras)



O gráfico nos mostra um cenário diferente na dinâmica dos fatores associados do que o observado para a associação à categoria apenas trabalha. No caso da dinâmica dos fatores associados à categoria estuda e trabalha, temos, em primeiro lugar, uma associação muito mais baixa ao atraso escolar – que também apresenta efeito positivo e significativo em todos os anos analisados, ou seja, a conjugação entre estudo e trabalho está associada ao atraso escolar, mas muito aquém do observado para a categoria apenas trabalha. O efeito do indicador de atraso escolar apresenta efeito decrescente até fins da década de 90, e a partir de então estabiliza-se. O sexo e a localização geográfica do domicílio, assim como observamos para a categoria apenas trabalha, também apresentam forte associação com a conjugação entre estudo e trabalho. Ao longo do período analisado estão associadas significativamente em todos os anos – com efeito positivo – e sempre entre as variáveis de maior efeito. A conjugação entre estudo e trabalho é também uma característica do trabalho de crianças e adolescentes no meio rural, o que vem a

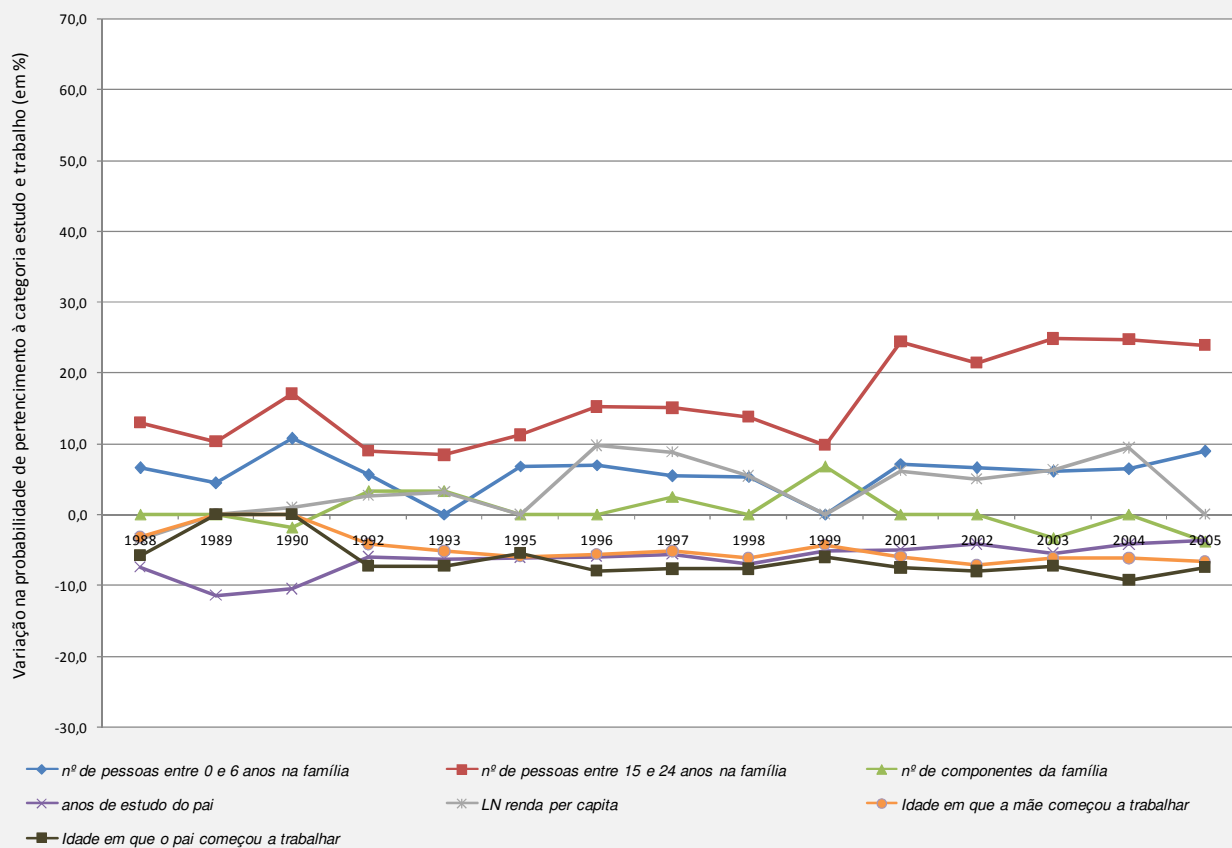
confirmar que a expansão do sistema educacional também chegou a esta população-alvo. No entanto a tendência mais constante de associação com a conjugação entre estudo e trabalho apresentada pelo indicador de localização geográfica do domicílio a partir do ano 2000 pode apontar que talvez tenhamos atingido o limite do efeito da expansão educacional sobre o trabalho para esta faixa etária. O sexo também apresenta efeito decrescente, apontando que, de 1988 a 2005, o mercado de trabalho vêm crescentemente absorvendo as meninas, em uma tendência mais marcante para a associação com a conjugação entre estudo e trabalho do que o observado para a categoria apenas estuda.

Se com relação ao pertencimento à alocação de tempo apenas em trabalho, temos associação muito menor com relação ao atraso escolar, no que diz respeito à mãe ocupada na semana de referência, temos efeito muito maior para aqueles que estudam e trabalham. O efeito do indicador de ocupação da mãe é muito mais marcante na associação com a categoria trabalha e estuda, ou seja, ter na família a mãe ocupada aumenta as chances de conjugação entre estudo e trabalho, principalmente a partir de 1992. A partir de então o efeito deste indicador apresenta tendência crescente e atinge seus maiores níveis ao fim do período analisado. O comportamento deste indicador em termos de aumento nas probabilidades de pertencimento às duas categorias em análise – apenas trabalha e trabalha e estuda – contribui para a conclusão de que a dinâmica do efeito dos indicadores utilizados na estimação do modelo é distinta para as duas categorias – especialmente para os indicadores de atraso escolar e de mãe ocupada na semana de referência. Outra importante diferença aparece no comportamento do indicador de ocupação do pai, que está positivamente associado ao pertencimento à categoria estuda e trabalha – além de ser significativo em todos os anos de análise, o que não ocorre para a categoria apenas trabalha. Desta forma, temos que a situação ocupacional dos pais é um importante preditor da alocação de tempo dos jovens em atividades produtivas e, como já ensejavam os dados descritivos, a ausência de ocupação dos pais não está associada ao trabalho dos jovens. Ocorre, de fato, exatamente o contrário, especialmente no caso da conjugação entre estudo e trabalho: pais ocupados – especialmente a mãe ocupada – aumentam as chances de trabalho dos filhos, e de forma mais marcante no caso das probabilidades de pertencimento à categoria

estudo e trabalho. A existência de vínculo de trabalho formal dos pais, por sua vez, apresenta comportamento muito similar ao observado para o pertencimento à categoria apenas trabalha, constituindo-se na principal variável com efeito de pertencimento negativo à categoria conjugação entre trabalho e estudo durante todo o período de análise, com efeito crescente até meados da década, quando passa a apresentar efeito mais constante. Assim, a dinâmica dos indicadores da situação do pai e da mãe demonstra como a variação nestes fatores está associada à alocação de tempo em atividades produtivas – para as duas categorias analisadas, pais e mães ocupados aumentam as chances de pertencimento às categorias estuda e trabalha e apenas estuda, e a existência de vínculo formal de trabalho diminui as chances de pertencimento a estas categorias em relação ao pertencimento à categoria apenas estuda. No entanto o nível de associação destes indicadores difere entre as duas categorias: os pais ocupados na semana de referência estão mais associados à conjugação entre estudo e trabalho do que à categoria apenas trabalha, e a existência de vínculo de trabalho formal diminui as probabilidades de pertencimento de maneira similar para ambas as categorias. Por fim, temos a variável raça, que apresenta efeito negativo e significativo (apesar de bastante baixo) nos primeiros anos de análise e, a partir de fins da década de 90 passa a não apresentar efeito estatisticamente significativo para o pertencimento à categoria conjugação entre estudo e trabalho, em uma tendência que consolida-se até o fim do período.

A análise do efeito das variáveis indicadoras em relação ao pertencimento à categoria estudo e trabalho reafirma a idéia de que é diferente o nível de associação dos indicadores selecionados para a estimação do modelo no que diz respeito às categorias de alocação de tempo conjugação entre estudo e trabalho e apenas trabalho. Vejamos portanto, se o mesmo se observa para o comportamento das variáveis contínuas utilizadas. O gráfico abaixo expressa estes dados, apontando a dinâmica das variáveis contínuas em termos de probabilidades de pertencimento à categoria conjugação entre estudo e trabalho:

Gráfico 4 - Dinâmica dos fatores associados à alocação de tempo em estudo e trabalho por crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos no Brasil - 1988-2005 (Variáveis Contínuas)



Observamos que, da mesma forma que ocorreu com a dinâmica observada para as probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha, a principal variável com efeito positivo para o pertencimento à categoria estudo e trabalho é o número de irmãos entre 15 e 24 anos – o efeito desta variável é alto porém abaixo do observado com relação à categoria apenas trabalha. O número de pessoas entre 0 e 6 anos na família também aparece como relevante entre os fatores associados à conjugação entre estudo e trabalho na faixa etária entre 10 e 15 anos – apesar de não apresentar significância estatística para todos os anos de análise. Por outro lado, o indicador de número de componentes da família apresenta comportamento bastante irregular, não apresentando significância estatística para pertencimento à categoria estudo e trabalho na grande maioria dos anos cobertos pelo período de análise. Temos com isso, reafirmada a idéia de que a composição familiar impacta sobre a alocação de tempo dos jovens, mas as evidências empíricas caminham no sentido de afirmar de maneira mais consistente os pressupostos da teoria dos

cursos de vida do que os pressupostos da economia domiciliar, ou seja, mais importante do que o número de componentes da família, para a explicação da alocação de tempo dos jovens em atividades produtivas, é a configuração da composição familiar nos termos da posição dos membros em seus cursos de vida – o que podemos observar tanto para a categoria estuda e trabalha quanto para a categoria apenas trabalha.

O indicador de rendimento familiar per capita (LN renda per capita) não apresenta significância estatística para todos os anos e quando isto acontece, via de regra apresenta efeito positivo para o pertencimento à categoria estudo e trabalho. O efeito do LN renda per capita apresenta tendência menos clara para conjugação entre estudo e trabalho do que para apenas trabalha, sugerindo que o nível de rendimento distingue de forma menos clara aqueles que estudam em relação aos que conjugam estudo e trabalho, do que os que estudam daqueles que apenas trabalham. Estes resultados nos remetem aos estudos de Barros e Mendonça (1990) e Barros, Mendonça e Velazco (1994), que problematizam a idéia da preponderância do nível de rendimento das famílias como principal fator associado ao exercício de atividades produtivas por crianças e adolescentes. O comportamento deste indicador é especialmente irregular na associação à categoria estudo e trabalho, que concentra praticamente a totalidade de trabalhadores na faixa etária analisada hoje em dia.

Entre as variáveis referentes à herança geracional e à reprodução social, temos que os três indicadores inseridos na estimação do modelo – idade de entrada da mãe no mercado de trabalho, idade de entrada do pai no mercado de trabalho e escolaridade do pai - apresentam significância estatística para todos os anos em que estão disponíveis⁷. Apenas a idade de entrada do pai apresenta comportamento distinto do observado em relação à associação com a categoria apenas trabalha: as probabilidades de pertencimento à categoria trabalha e estuda, além de significativas para todos os anos de análise, passa a ser o mais importante indicador contínuo de efeito negativo ao fim do período. A idade de entrada da mãe no mercado de trabalho está associada, em todos os anos, ao pertencimento às duas

⁷ As PNADs de 1989 e 1990 não contém questões que investigam a idade de entrada no mercado de trabalho

categorias de alocação de tempo que envolvem exercício de atividades produtivas, e assume posição proeminente – junto à idade de entrada do pai no mercado de trabalho – como fator associado negativamente à conjugação entre estudo e trabalho desde 2001. Tais verificações empíricas tornam ainda mais profícuo o debate com o trabalho de Emerson e Souza (2003), que afirmam a persistência intergeracional do fenômeno mesmo controlando-se pela renda e pelo nível de escolaridade dos pais. Os achados deste estudo avançam no sentido de reafirmar esta hipótese, acrescentando evidências de que a associação entre a idade de entrada dos pais e dos filhos no mercado se sustenta, controlando-se por estes mesmos fatores, temporalmente no Brasil, e que estes indicadores assumem papel cada vez mais proeminente na medida em que observamos a predominância de indivíduos que conjugam estudo e trabalho no total de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos que exercem atividades produtivas. De qualquer forma não está absolutamente descartada a associação entre o nível de escolaridade do pai e o trabalho para a faixa etária analisada, como nos mostram os resultados da análise multivariada. Mas os dados apresentados também nos mostram que a associação da escolaridade do pai é maior para a categoria apenas trabalha do que para a categoria trabalha e estuda. De maneira geral, o efeito deste indicador é negativo e significativo para ambas as categorias de trabalho, e para ambas atinge seu auge no início do período de análise, diminuindo o efeito negativo a partir de então.

Após a ampla exploração dos dados, o que podemos concluir em termos do debate teórico da forma como exposto na formulação das hipóteses de trabalho?

As hipóteses referentes à economia domiciliar não puderam ser totalmente confirmadas, tendo em vista os controles utilizados na modelagem. Em primeiro lugar, a probabilidade de exercício de atividades produtivas não aumenta com a diminuição da renda, como nos mostra o comportamento da variável LN renda per capita. Este indicador não apresentou significância para o pertencimento às categorias de trabalho em todos os anos de análise e, na maioria das vezes em que apresentou seu efeito foi positivo – indicando que quanto mais alta a renda maior a probabilidade de trabalho. Sabemos, no entanto, que o nível de rendimento é um indicador de complexa operacionalização, especialmente no caso brasileiro, e talvez

a utilização de indicadores mais elaborados – como o nível de dependência do rendimento familiar com relação ao rendimento de seus membros entre 10 e 15 anos – possa esclarecer o surpreendente efeito da renda na modelagem proposta neste trabalho.

A outra hipótese de trabalho derivada da teoria da economia domiciliar também pouco se sustenta com base nas verificações empíricas apresentadas. A hipótese do trade-off supunha que quanto maior o número de componentes da família, menor o investimento no capital humano de cada um deles, baseado na homogeneidade na distribuição dos recursos disponíveis. O que os dados nos mostram é que, controlando-se pela faixa etária dos componentes da família (como propõe a teoria dos cursos de vida), o efeito do número de componentes praticamente desaparece na determinação da alocação de tempo dos jovens em estudo e trabalho, e é negativo na alocação exclusiva em trabalho. Assim, o investimento em capital humano não diferencia aqueles que estudam e trabalham daqueles que apenas estudam de acordo com o número de componentes da família, e sim de acordo com a faixa etária dos membros, o que nos indica que não há homogeneidade no investimento em capital humano nas famílias dos jovens analisados.

Temos com isso que saem fortalecidas deste estudo as hipóteses referentes à teoria dos cursos de vida. Do ponto de vista microsociológico, é de fundamental importância para a determinação da alocação de tempo das crianças e adolescentes a sua posição no ciclo de vida com relação aos seus outros irmãos, como nos apontam os resultados. Confirmamos as duas hipóteses formuladas com base neste pressuposto da teoria dos cursos de vida – quanto maior o número de irmãos entre 0 e 6 anos e entre 15 e 24 anos, maiores as possibilidades de trabalho para a faixa etária analisada, conjugado ou não estudo.

No entanto as hipóteses derivadas da teoria dos cursos de vida também englobam o impacto de grandes processos sociais sobre os cursos de vida individuais – proposições também confirmadas pelas verificações empíricas. Se por um lado, os avanços de cobertura do sistema educacional fizeram, ao longo do período analisado, que diminísse o número de crianças e adolescentes que alocam seu

tempo em atividades produtivas, por outro lado, as mudanças observadas no mercado no mercado de trabalho brasileiro desde fins da década de 1980, refletiram-se na situação dos pais no mercado de trabalho, o que, por sua vez, impactou sobre a alocação de tempo dos filhos entre 10 e 15 anos. O impacto da existência de carteira assinada do pai ou da mãe não foge dos termos descritos na hipótese de trabalho – de fato a existência de vínculo formal de trabalho do pai ou da mãe diminui a probabilidade de pertencimento às duas categorias de alocação de tempo que envolvem trabalho.

Por outro lado, a segunda hipótese não se confirma: o trabalho para esta faixa etária não associa-se positivamente à falta de ocupação do pai ou da mãe na semana de referência. O que ocorre é exatamente o inverso, ou seja, pais e mães ocupados aumentam a probabilidade de trabalho dos filhos. O pai ocupado está principalmente associado à conjugação entre estudo e trabalho e a mãe ocupada está associada a ambas as categorias, especialmente à conjugação entre estudo e trabalho – na qual seu efeito é ainda maior do que o observado para a ocupação do pai na semana de referência. As evidências, portanto, indicam que o trabalho de crianças e adolescentes está associado a pais ocupados, porém sem vínculo formal de trabalho – o que pode significar o engajamento dos filhos nas atividades informais exercidas pelos pais.

Por fim, confirmamos as duas hipóteses extraídas do arcabouço teórico da sociologia econômica e dizem respeito à determinação sócio-cultural e à reprodução do fenômeno. De fato, mesmo controlando-se por todos os fatores incluídos no modelo, quanto mais cedo se deu a entrada do pai e da mãe no mercado de trabalho, maior a probabilidade de alocação de tempo dos filhos entre 10 e 15 anos em atividades produtivas – sendo que esta verificação se sustenta em todos os anos de análise. Cabe então investigar, daqui em diante, que mecanismos são responsáveis pela transmissão desta herança de relação com o mundo do trabalho, que vêm se tornando um elemento cada vez mais relevante na explicação do trabalho para a faixa etária de 10 a 15 anos. Além disso, pais com maior nível de escolaridade também tendem a retardar a entrada dos filhos no mercado de trabalho, conjugadas ou não ao estudo.

Em verdade, o período analisado demonstra como vêm regredindo a proporção de crianças e adolescentes engajados no mercado de trabalho desde fins da década de 1980. Não apenas observamos a retração deste fenômeno como é observável também o avanço da cobertura do sistema educacional, e o impacto destes dois processos no perfil do trabalho destes jovens, que passa a ser prioritariamente conjugado ao estudo. Mas também pudemos observar como são diversos os fatores e a intensidade de sua associação às categorias delimitadas de alocação de tempo que envolvam exercício de atividades produtivas no recorte populacional analisado⁸. Desta forma temos que compreender que tratamos de um fenômeno em transformação no Brasil e que as políticas públicas que visem intervir nesta questão têm de ser sensíveis a esta dinâmica – não apenas responderem à necessidade de aferimento de rendimentos pela família mas intervir nos mecanismos de transmissão intergeracional do trabalho precoce, na escolaridade dos pais, na situação destes com relação ao mercado de trabalho, entre outros fatores que apontamos ao longo do presente trabalho.

⁸ O anexo 2 apresenta os gráficos da análise multivariada de forma a facilitar a visualização e a comparação dos efeitos das variáveis utilizadas na estimação do modelo.

6. CONCLUSÕES

Concluimos, com base nos dados apresentados no trabalho, como são distintos os efeitos dos indicadores selecionados sobre a alocação de tempo nas duas categorias que envolvem exercício de atividades produtivas: estudo e trabalho e apenas trabalho. Tendo em vista que também fica evidente um movimento de crescente predominância da conjugação entre estudo e trabalho pelos jovens entre 10 e 15 anos que trabalham ao longo do período analisado, entendemos que a análise proposta sugere indícios a respeito de *onde viemos* (a dinâmica dos fatores associados à alocação de tempo exclusiva em atividades produtivas) e *para onde estamos indo* (a dinâmica dos fatores associados à conjugação entre estudo e trabalho) em termos do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

No que diz respeito à composição familiar, sai fortalecido o argumento de que é extremamente relevante o cenário configurado pelo entrecruzamento da posição dos diversos membros da família em seus cursos de vida para a determinação da alocação de tempo para a faixa etária analisada, ao longo de todo o período. Demonstra-se muito menos importante a associação entre a variação no número de componentes de componentes da família e a variação na variável dependente considerada, o que problematiza seriamente a idéia de homogeneidade da distribuição dos recursos disponíveis à família entre seus membros, uma vez que a composição etária da fratria demonstrou-se fator muito mais relevante para as probabilidades de pertencimento às categorias de alocação de tempo que envolvem trabalho do que o número de componentes da família.

Não obstante, o impacto dos macro-processos sociais descritos – no sistema educacional e no mercado de trabalho brasileiros – é extremamente relevante sobre a alocação de tempo das crianças e adolescentes. A expansão da cobertura do sistema educacional contribuiu para o aumento significativo da proporção de crianças que alocam seu tempo em atividades educacionais (diminuindo, por conseguinte, a concentração nas categorias que excluem estas atividades). No caso das transformações no mercado de trabalho, se por um lado, ao contrário do que poderíamos sugerir em um primeiro momento, o trabalho dos filhos não está

associado à ausência de trabalho dos pais – o que ocorre é o oposto, especialmente para a ocupação da mãe – por outro lado, a existência de vínculo formal de trabalho dos pais diminui as chances de trabalho dos filhos. Com isso, os resultados sugerem associação entre a informalidade no trabalho dos pais e o exercício de atividades de trabalho pelos filhos. De qualquer forma, a inserção dos pais no mercado de trabalho é importante para se pensar a alocação de tempo dos filhos, sendo que qualquer política pública que vise intervir na situação de trabalho de crianças e adolescentes brasileiros deve levar em consideração esta dimensão.

As verificações apresentadas também nos fazem refletir especialmente sobre o potencial explicativo das teorias que assumem a racionalidade utilitarista como pressuposto que orienta a decisão familiar de utilização de mão de obra infanto-juvenil. Vimos que existem outros fatores associados a esta decisão que ultrapassam uma idéia de racionalidade utilitária e instrumental a respeito dos termos em que é tomada a decisão familiar sobre a alocação de tempo dos filhos em atividades produtivas. A herança intergeracional, seja de um histórico familiar de investimentos mais amplos em capital humano, seja de um histórico de entrada precoce no mercado de trabalho, tem amplas repercussões sobre o trabalho das crianças e adolescentes, mesmo controlando-se pelo nível de rendimento. Assim, mesmo em famílias com os mesmos níveis de rendimento, existem aquelas com maior e menor predisposição à inclusão dos jovens no mercado de trabalho, dependendo de outros fatores e características da família, como demonstramos no processo de análise.

Desde este ponto de vista e com base nas verificações empíricas apresentadas na literatura nacional e internacional entendemos que a inclusão de uma perspectiva interpretativa que incorpore a análise de processos sócio-psicológicos intra-familiares, bem como a análise dos processos de significação cultural do trabalho podem trazer contribuições decisivas para a interpretação do fenômeno. O argumento, que aparece em alguns dos trabalhos sobre o tema, e que, depois do trabalho de pesquisa desenvolvido nos aparece como ainda mais pertinente, é o de que tanto aspirações/expectativas quanto a atribuição de papéis – do ponto de vista sócio-psicológico – quanto representações específicas culturalmente enraizadas

sobre o trabalho podem exercer um papel fundamental na determinação do fenômeno. São processos que antecedem a decisão familiar sobre alocação de tempo e problematizam a interpretação da unidade domiciliar enquanto uma unidade racional de ação, relativizando os termos desta racionalidade. Isto implica entender que a escolha pela entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho – compreendida enquanto uma ação econômica – se dá tendo como base não apenas uma racionalidade utilitarista, fundamentada na maximização do bem-estar familiar, mas também se dá tendo como base pressupostos racionais de outra ordem, que refletem preceitos culturais e sócio-psicológicos que estruturam o significado atribuído a ação econômica bem como os termos em que se desenrola este tipo de ação.

O trabalho de crianças e adolescentes no Brasil é um fenômeno em claro processo de transformação. De fato o país tem avançado bastante no tratamento desta questão desde fins da década de 80, com a progressiva diminuição no percentual de adolescentes que apenas trabalham, e a diminuição da proporção de trabalhadores na faixa etária entre 10 e 15 anos. Mesmo assim, as mudanças no perfil do fenômeno implicam em conhecer de forma mais detalhada as mudanças nos diversos fatores associados a ele, uma vez que a intervenção através de políticas públicas deve incidir sobre estes fatores para possamos continuar avançando no tratamento desta questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASU, K. *Child Labor: Cause, Consequence and Cure, with Remarks on International Labor Standards*. In: *Journal of Economic Literature*. 37 (3). 1083-1119. 1999.

BASU, K.; VAN, P.H. *The Economics of Child Labor*. In: *The American Economic Review*. 88 (3) 412-427. 1998.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. *Determinantes da Participação de Menores na Força de Trabalho*. IPEA. Texto para Discussão n. 200. Rio de Janeiro. 1990.

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; VELAZCO, T. *Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil?* IPEA. Texto para Discussão n. 351. Rio de Janeiro. 1994.

BECKER, G. *A Theory Of The Allocation of Time*. In: *Economic Journal*. 75. 493-517. 1965.

BECKER, G.; LEWIS, H. *On the Interaction Between the Quantity and the Quality of Children*. *Journal of Political Economy*. 81 (2). 279-288. 1973.

BLAU, P. and DUNCAN, O. *The American Occupational Structure*. New York: Wiley. 1967.

BUCHMANN, C.; HANNUM, E. *Education and Stratification in Developing Countries: A review of Theories and Research*. In: *Annual Review of Sociology*. 27. 77-102. 2001.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. *Trabalho Infantil e Ideologia: Contribuição ao Estudo da Crença Indiscriminada na Dignidade do Trabalho*. In: *Estudos de Psicologia*. 6 (2). 227-233. 2001.

CARVALHO, I. M. M. *Algumas Lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. In: *São Paulo em Perspectiva*. 18 (4) 50-61. 2004.

CARDOSO, E.; SOUZA, A. *The Impact of Cash Transfers on Child Labor and School Attendance in Brazil*. Vanderbilt University. Working Paper n. 0407. Nashville. 2004.

CHEN, Z.; KAPLAN, H.B. *School Failure in Early Adolescence and Status Attainment in Middle Adulthood: A Longitudinal Study*. In: *Sociology of Education*. 76 (2). 110-127. 2003.

CHERNICHOVSKY, D. *Socioeconomic and Demographic Aspects of School Enrollment and Attendance in Rural Botswana*. In: *Economic Development and Cultural Change*. 32 (1). 319-332. 1985.

CORSEUIL, C.H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. *Decisões Críticas em Idades Críticas: A Escolha dos Jovens entre Estudo e Trabalho no Brasil e em Outros Países da América Latina*. IPEA. Texto para Discussão n. 797. Rio de Janeiro. 2001.

CRUZ, O.; MOREIRA, M. R. *Trabalho Infante-Juvenil: Motivações, Aspectos Legais e Repercussão Social*. In: *Cadernos de Saúde Pública*. 14 (2). 437-441. 1998.

DANNEFER, D. *Aging as Intracohort Differentiation: Accentuation, the Matthew Effect and the Life Course*. In: *Sociological Forum*. 2 (2). 1987.

DEWILDE, C. *A Life-Course Perspective on Social Exclusion and Poverty*. In: *British Journal of Sociology*. 54 (1). 109-128. 2003.

EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. *Is There a Child Labor Trap? Intergenerational Persistence of Child Labor in Brazil*. In: *Economic Development and Cultural Change*. 51. 2. 375-398. 2003.

FARES, J.; RAJU, D. *Child Labor Across the Developing World: Patterns and Correlations*. World Bank. Policy Research Working Paper n. 4119. 2007.

- FERREIRA, M. A. F. *Trabalho Infantil e Produção Acadêmica nos anos 90: Tópicos para Reflexão*. In: Estudos de Psicologia. 6 (2). 213-225. 2001.
- FERRO, A. *O Impacto do Bolsa-Escola Sobre o Trabalho Infantil no Brasil*. In: Prêmio IPEA-CAIXA. Brasília. 2004.
- GRANOVETTER, M. *Getting a Job: A Study of Contacts and Careers*. University of Chicago Press. Chicago. 1974.
- HALLER, A.; PORTES, A. *Status Attainment Processes*. In: Sociology of Education. 46. 1973.
- HOGAN, D. P.; ASTONE, N. M. *The Transition to Adulthood*. In: Annual Review of Sociology. 12. 109-130. 1986.
- ILAHÍ, N. *Children's working and Schooling: Does Gender Matter? Evidence from the Peru LSMS Panel Data*. In: Policy Research report on Gender. World Bank. 2001.
- JENSEN, P.; NIELSEN, H. S. *Child Labour or School Attendance: Evidence from Zambia*. In: Journal of Population Economics. Vol.10. 407-424. 1997.
- KASSOUF, A.L. *O Efeito do Trabalho Infantil para os Rendimentos dos Jovens: Controlando o Background Familiar*. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Ouro Preto. 2002.
- KASSOUF, A.L. *Trabalho Infantil*. In: LISBOA, M. B.; MENEZES-FILHO, N. A. (orgs.) Microeconomia e Sociedade no Brasil. 2001.
- KASSOUF, A. L.; MCKEE, M.; MOSSIALOS, E.; *Early Entrance to the Job Market and its Effects on Adult Health: Evidence from Brazil*. In: Health Policy and Planning. 16 (1). 21-28. Oxford University Press. 2001.
- KNODEL, J. WONGSITH M. (1991) *Family Size and Children's Education in Thailand: Evidence from a National Sample*. In: Demography 28 (1). 119-131. 1991.

LEITE, P.G.P.G.; BRITZ, D. *Análise da Situação Ocupacional de Crianças e Adolescentes nas Regiões Sudeste e Nordeste do Brasil Utilizando Informações da PNAD 1999*. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. 2002.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A. *Alocação do Tempo dos Adolescentes Brasileiros entre o Trabalho e a Renda*. In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. 2000.

LEVISON, D. *Children's Labor Force Activity and Schooling in Brazil*. PhD. Dissertation. University of Michigan. 1991.

LÓPEZ-CALVA, L. F. *A Social Stigma Model of Child Labor*. In: Estudios Económicos. n.2. vol. 17. 193-217. 2002.

MADEIRA, F.R. *A Improvisação na Concepção de Programas Sociais: Muitas Convicções, Poucas Constatações - o Caso do Primeiro Emprego*. In: São Paulo em Perspectiva. 18. 2. 78-94. 2004.

MARQUES, W.U. *Infâncias (Pré) Ocupadas. Trabalho Infantil, Família e Identidade*. Ed. Plano. Brasília. 2001.

MARTINEZ, A. M. *Trabajo Infantil y Subjetividad: una Perspectiva necesaria*. In: Estudos de Psicologia. 6 (2). 235-244. 2001.

MYERS, W.E. *Urban Working Children: A Comparison of Four Surveys from South America*. In: International Labour Review. 128. 3. 321-335. 1989.

PAES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R.S.P. *Determinantes da Participação de Menores na Força de Trabalho*. IPEA. Texto para Discussão n. 200. IPEA. Rio de Janeiro. 1990.

PASTORE, J.; PAGOTTO, Z.; ZYLBERSTAJN, H. *A Mulher e o Menor na Força de Trabalho*. Editora Nobel. São Paulo. 1985.

PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. *Mobilidade Social no Brasil*. Makron Books. São Paulo. 2000.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. *Family size, Schooling and Child Labor in Peru - An Empirical Analysis*. In: *Journal of Population Economics*. Vol. 10. 387-405. 1997.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. *Educational Performance and Child Labor in Paraguay*. In: *Journal of Educational Performance*. vol. 15. 47-60. 1995.

PSACHAROPOULOS, G. *Child Labor versus Educational Attainment: Some Evidence from Latin America*. In: *Journal of Population Economics*. 10. 377-386. 1997.

RIOS-NETO; E. L. G.; *Questões Emergentes na Demografia Brasileira*. Texto para Discussão n. 276. Cedeplar. Belo Horizonte. 2005.

ROCHA, S. *Trabalho Precoce: Realidade Social e Desafio de Política Pública*. In: *Nova Economia*. 13. 2. 61-80. 2003.

SABÓIA, A.L.; SOARES, B. C.; KAPPEL, D. B. *Adolescentes e Jovens no Brasil: Escolarização e Inserção no Mercado de Trabalho*. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP. 2004.

SARTORI, E.; LONGO, I. S.; *O Impacto do ECA nas Políticas Públicas de Atendimento à Criança e ao Adolescente e no Trabalho Infante-Juvenil*. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Belo Horizonte. 1999.

SHANAHAM, M. J. *Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective*. In: Annual Review of Sociology. 26. 667-692. 2000.

SILVA, N. D.; KASSOUF, A. L. *O Trabalho e a Escolaridade dos Brasileiros Jovens*. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. 2002.

SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. *The Sociological Perspective on the Economy*. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (orgs.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton University Press. New Jersey. 1994

SORJ, B. *Reconciling Work and Family: Issues and Policies in Brazil*. ILO - Conditions of Work and Employment Series. OIT. Genebra. 2004.

SWEDBERG, R. *Sociologia Econômica: Hoje e Amanhã*. In: Tempo Social. 16 (2) 7-34. 2004.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. *Introduction*. In: SWEDBERG, R. GRANOVETTER, M. (orgs.). *The Sociology of Economic Life*. Westview Press. Boulder. 1992.

TOMÁS, M. C. *Renda de Não-Trabalho e Alocação do tempo de Crianças e Jovens: Uma Análise para 2003*. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. 2006.

WEBER. M.; *Economia e Sociedade. Fundamentos de uma Sociologia Compreensiva*. Ed. UnB. Brasília. 1991.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Ed. Martin Claret. São Paulo. 2001.

ZELIZER, V. *Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19-th Century America*. In: SWEDBERG, R. GRANOVETTER, M. (orgs.) *The Sociology of Economic Life*. 1992.

**ANEXO 1 – RESULTADOS DO MODELO DE ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTINOMIAL
(CATEGORIA DE REFERÊNCIA: APENAS ESTUDA)**

Categoria de análise - não trabalha nem estuda	1988		1989		1990		1992		1993		1995		1996		1997	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
Intercept	-0,641	0,001	-0,137	0,483	0,314	0,290	-2,522	0,000	-1,841	0,000	-1,897	0,000	-2,425	0,000	-2,915	0,000
Controle																
sexo indicadora (masculino = 1)	-0,337	0,000	-0,349	0,000	-0,320	0,000	-0,079	0,123	0,042	0,409	-0,012	0,825	0,052	0,224	0,105	0,025
rural/urbano (rural = 1)	0,644	0,000	0,451	0,000	0,521	0,000	0,414	0,000	0,476	0,000	0,202	0,002	0,593	0,000	0,241	0,000
raça indicadora (negro ou pardo=1)	-0,064	0,133	-0,022	0,612	0,037	0,417	0,095	0,081	0,009	0,861	-0,031	0,594	-0,011	0,810	-0,018	0,721
Composição Familiar																
nº de pessoas entre 0 e 6 anos na família	0,217	0,000	0,212	0,000	0,310	0,000	0,296	0,000	0,296	0,000	0,261	0,000	0,245	0,000	0,294	0,000
nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família	0,165	0,000	0,178	0,000	0,217	0,000	0,170	0,000	0,205	0,000	0,220	0,000	0,218	0,000	0,211	0,000
nº de componentes da família	-0,094	0,000	-0,107	0,000	-0,121	0,000	-0,055	0,000	-0,055	0,000	-0,053	0,002	-0,067	0,000	-0,092	0,000
Educação																
anos de estudo do pai	-0,136	0,000	-0,155	0,000	-0,157	0,000	-0,140	0,000	-0,142	0,000	-0,117	0,000	-0,114	0,000	-0,122	0,000
indicadora atraso escolar	1,230	0,000	1,147	0,000	0,864	0,000	1,705	0,000	1,274	0,000	1,416	0,000	1,310	0,000	1,533	0,000
Renda e Trabalho																
LN renda per capita	-0,104	0,000	-0,319	0,000	-0,257	0,000	-0,027	0,002	-0,037	0,005	-0,162	0,000	-0,058	0,000	-0,079	0,000
Idade em que a mãe começou a trabalhar	-0,010	0,019					-0,015	0,003	-0,021	0,000	-0,021	0,000	-0,014	0,006	0,001	0,811
Idade em que o pai começou a trabalhar	-0,009	0,181					0,010	0,286	-0,015	0,140	0,002	0,864	-0,008	0,292	-0,007	0,400
pai ocupado	-0,386	0,000	-0,429	0,000	0,024	0,784	-0,312	0,000	-0,377	0,000	-0,329	0,000	-0,396	0,000	-0,276	0,000
mãe ocupada	-0,325	0,001	-0,374	0,000	-0,536	0,000	-0,309	0,000	-0,389	0,000	-0,410	0,000	-0,173	0,000	-0,165	0,001
indicadora carteira assinada pai ou mãe	-0,152	0,001	-0,129	0,006	-0,078	0,103	-0,099	0,080	-0,122	0,032	-0,157	0,011	-0,191	0,000	-0,076	0,165
N	37540		36594		33795		24678		27745		26924		40034		40871	
-2 Log Likelihood	56933,02		55599,16		48693,35		38101,68		40488,41		38082,50		47999,33		47079,25	
Pseudo R2 (Nagelkerke)	0,246		0,234		0,253		0,298		0,292		0,278		0,236		0,231	
Chi-Square	8667,33		7993,94		7946,82		7225,19		7722,73		6995,85		7953,60		7767,64	

Fonte: FIBGE/PNAD. Elaboração Própria

Categoria de análise - não trabalha nem estuda	1998		1999		2001		2002		2003		2004		2005	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
Intercept	-2,761	0,000	-3,331	0,000	-2,437	0,000	-3,418	0,000	-3,256	0,000	-2,733	0,000	-3,068	0,000
Controle														
sexo indicadora (masculino = 1)	0,042	0,415	-0,050	0,561	0,036	0,546	0,202	0,002	0,070	0,287	0,051	0,402	0,054	0,405
rural/urbano (rural = 1)	0,107	0,097	0,227	0,022	-0,059	0,480	0,299	0,000	0,070	0,434	-0,020	0,804	-0,056	0,520
raça indicadora (negro ou pardo=1)	-0,027	0,623	0,049	0,597	-0,075	0,236	-0,064	0,349	0,054	0,455	0,152	0,024	-0,059	0,395
Composição Familiar														
nº de pessoas entre 0 e 6 anos na família	0,262	0,000	0,246	0,000	0,306	0,000	0,308	0,000	0,299	0,000	0,249	0,000	0,252	0,000
nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família	0,234	0,000	0,208	0,000	0,333	0,000	0,300	0,000	0,271	0,000	0,253	0,000	0,274	0,000
nº de componentes da família	-0,073	0,000	-0,121	0,000	-0,140	0,000	-0,161	0,000	-0,134	0,000	-0,101	0,000	-0,119	0,000
Educação														
anos de estudo do pai	-0,103	0,000	-0,082	0,000	-0,089	0,000	-0,080	0,000	-0,109	0,000	-0,079	0,000	-0,046	0,000
indicadora atraso escolar	1,493	0,000	1,563	0,000	1,392	0,000	1,670	0,000	1,522	0,000	1,466	0,000	1,688	0,000
Renda e Trabalho														
LN renda per capita	-0,088	0,000	-0,049	0,211	-0,096	0,000	-0,029	0,249	-0,046	0,059	-0,086	0,000	-0,120	0,001
Idade em que a mãe começou a trabalhar	-0,022	0,002	-0,016	0,098	-0,018	0,021	-0,016	0,051	-0,012	0,152	-0,014	0,096	-0,015	0,086
Idade em que o pai começou a trabalhar	-0,005	0,584	0,016	0,276	-0,015	0,172	0,000	0,994	0,009	0,452	-0,024	0,035	-0,004	0,713
pai ocupado	-0,333	0,000	-0,109	0,490	-0,434	0,000	-0,389	0,000	-0,422	0,000	-0,383	0,000	-0,286	0,000
mãe ocupada	-0,149	0,005	-0,335	0,001	-0,420	0,000	-0,264	0,000	-0,386	0,000	-0,355	0,000	-0,206	0,002
indicadora carteira assinada pai ou mãe	-0,153	0,013	-0,085	0,380	-0,149	0,041	-0,104	0,176	-0,159	0,054	-0,135	0,069	-0,269	0,001
N	39631		20288		40328		40238		39343		40619		41583	
-2 Log Likelihood	41638,76		27087,82		36161,92		34734,48		32036,63		33836,04		34062,70	
Pseudo R2 (Nagelkerke)	0,249		0,275		0,230		0,233		0,227		0,232		0,231	
Chi-Square	7863,29		4662,36		6700,72		6600,19		6059,02		6489,95		6541,09	

Fonte: FIBGE/PNAD. Elaboração Própria

Categoria de análise - apenas trabalha	1988		1989		1990		1992		1993		1995		1996		1997	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
Intercept	-0,674	0,002	-2,723	0,000	-2,826	0,000	-3,411	0,000	-2,764	0,000	-3,542	0,000	-3,910	0,000	-4,135	0,000
Controle																
sexo indicadora (masculino = 1)	1,038	0,000	1,090	0,000	1,222	0,000	1,115	0,000	0,997	0,000	1,111	0,000	1,163	0,000	1,121	0,000
rural/urbano (rural = 1)	1,049	0,000	1,046	0,000	1,194	0,000	1,440	0,000	1,354	0,000	1,347	0,000	1,470	0,000	1,063	0,000
raça indicadora (negro ou pardo=1)	-0,333	0,000	-0,226	0,000	-0,278	0,000	-0,178	0,001	-0,186	0,001	-0,328	0,000	-0,052	0,394	-0,023	0,728
Composição Familiar																
nº de pessoas entre 0 e 6 anos na família	0,183	0,000	0,190	0,000	0,302	0,000	0,285	0,000	0,256	0,000	0,238	0,000	0,273	0,000	0,291	0,000
nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família	0,281	0,000	0,216	0,000	0,331	0,000	0,303	0,000	0,327	0,000	0,311	0,000	0,329	0,000	0,334	0,000
nº de componentes da família	-0,103	0,000	-0,074	0,000	-0,119	0,000	-0,088	0,000	-0,099	0,000	-0,049	0,008	-0,079	0,000	-0,069	0,000
Educação																
anos de estudo do pai	-0,168	0,000	-0,216	0,000	-0,232	0,000	-0,185	0,000	-0,216	0,000	-0,187	0,000	-0,175	0,000	-0,155	0,000
indicadora atraso escolar	1,247	0,000	1,276	0,000	1,048	0,000	1,740	0,000	1,303	0,000	1,646	0,000	1,331	0,000	1,482	0,000
Renda e Trabalho																
LN renda per capita	-0,076	0,000	0,001	0,974	-0,029	0,294	0,052	0,000	0,067	0,000	0,065	0,035	0,148	0,000	0,182	0,000
Idade em que a mãe começou a trabalhar	-0,052	0,000					-0,070	0,000	-0,066	0,000	-0,051	0,000	-0,058	0,000	-0,065	0,000
Idade em que o pai começou a trabalhar	-0,054	0,000					-0,034	0,001	-0,059	0,000	-0,044	0,000	-0,068	0,000	-0,074	0,000
pai ocupado	-0,323	0,000	-0,444	0,000	0,114	0,205	-0,135	0,061	-0,062	0,386	-0,069	0,387	-0,161	0,030	-0,127	0,108
mãe ocupada	-0,126	0,243	-0,144	0,130	-0,279	0,028	0,209	0,000	0,289	0,000	0,119	0,074	0,339	0,000	0,242	0,000
indicadora carteira assinada pai ou mãe	-0,289	0,000	-0,422	0,000	-0,546	0,000	-0,727	0,000	-0,732	0,000	-0,657	0,000	-0,470	0,000	-0,685	0,000
N	37540		36594		33795		24678		27745		26924		40034		40871	
-2 Log Likelihood	56933,02		55599,16		48693,35		38101,68		40488,41		38082,50		47999,33		47079,25	
Pseudo R2 (Nagelkerke)	0,246		0,234		0,253		0,298		0,292		0,278		0,236		0,231	
Chi-Square	8667,33		7993,94		7946,82		7225,19		7722,73		6995,85		7953,60		7767,64	

Fonte: FIBGE/PNAD. Elaboração Própria

Categoria de análise - apenas trabalha	1998		1999		2001		2002		2003		2004		2005	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
Intercept	-4,275	0,000	-4,673	0,000	-5,428	0,000	-5,267	0,000	-6,028	0,000	-4,391	0,000	-5,215	0,000
Controle														
sexo indicadora (masculino = 1)	1,133	0,000	1,068	0,000	1,029	0,000	0,985	0,000	1,070	0,000	1,219	0,000	1,155	0,000
rural/urbano (rural = 1)	1,220	0,000	0,887	0,000	0,964	0,000	1,034	0,000	0,975	0,000	1,039	0,000	1,029	0,000
raça indicadora (negro ou pardo=1)	-0,171	0,024	-0,357	0,001	-0,116	0,223	-0,116	0,251	0,042	0,715	-0,058	0,590	0,073	0,499
Composição Familiar														
nº de pessoas entre 0 e 6 anos na família	0,248	0,000	0,193	0,000	0,220	0,000	0,316	0,000	0,334	0,000	0,333	0,000	0,354	0,000
nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família	0,374	0,000	0,377	0,000	0,371	0,000	0,478	0,000	0,417	0,000	0,406	0,000	0,461	0,000
nº de componentes da família	-0,084	0,000	-0,091	0,006	-0,040	0,164	-0,164	0,000	-0,132	0,000	-0,135	0,000	-0,164	0,000
Educação														
anos de estudo do pai	-0,161	0,000	-0,145	0,000	-0,143	0,000	-0,133	0,000	-0,136	0,000	-0,133	0,000	-0,134	0,000
indicadora atraso escolar	1,360	0,000	1,685	0,000	1,401	0,000	1,256	0,000	1,308	0,000	1,417	0,000	1,608	0,000
Renda e Trabalho														
LN renda per capita	0,150	0,000	0,116	0,040	0,230	0,000	0,368	0,000	0,287	0,000	0,268	0,000	0,168	0,010
Idade em que a mãe começou a trabalhar	-0,046	0,000	-0,052	0,000	-0,074	0,000	-0,085	0,000	-0,049	0,001	-0,087	0,000	-0,065	0,000
Idade em que o pai começou a trabalhar	-0,090	0,000	-0,080	0,000	-0,022	0,185	-0,030	0,100	-0,036	0,076	-0,113	0,000	-0,051	0,009
pai ocupado	-0,126	0,173	0,395	0,094	-0,119	0,264	-0,256	0,024	-0,099	0,431	-0,255	0,039	-0,079	0,521
mãe ocupada	0,477	0,000	0,358	0,004	0,202	0,026	0,054	0,579	0,432	0,000	0,150	0,142	0,360	0,000
indicadora carteira assinada pai ou mãe	-0,840	0,000	-1,197	0,000	-0,822	0,000	-0,574	0,000	-0,856	0,000	-0,764	0,000	-0,860	0,000
N	39631		20288		40328		40238		39343		40619		41583	
-2 Log Likelihood	41638,76		27087,82		36161,92		34734,48		32036,63		33836,04		34062,70	
Pseudo R2 (Nagelkerke)	0,249		0,275		0,230		0,233		0,227		0,232		0,231	
Chi-Square	7863,29		4662,36		6700,72		6600,19		6059,02		6489,95		6541,09	

Fonte: FIBGE/PNAD. Elaboração Própria

Categoria de análise - trabalho e estuda	1988		1989		1990		1992		1993		1995		1996		1997	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
Intercept	-1,191	0,000	-2,778	0,000	-3,072	0,000	-1,889	0,000	-1,506	0,000	-1,448	0,000	-2,019	0,000	-2,098	0,000
Controle																
sexo indicadora (masculino = 1)	0,992	0,000	1,016	0,000	1,074	0,000	1,019	0,000	0,999	0,000	0,850	0,000	0,934	0,000	0,927	0,000
rural/urbano (rural = 1)	0,636	0,000	0,668	0,000	0,599	0,000	1,066	0,000	1,110	0,000	1,002	0,000	1,013	0,000	1,003	0,000
raça indicadora (negro ou pardo=1)	-0,080	0,034	-0,191	0,000	-0,117	0,003	-0,164	0,000	-0,134	0,001	-0,131	0,001	-0,133	0,000	-0,079	0,025
Composição Familiar																
nº de pessoas entre 0 e 6 anos na família	0,064	0,002	0,043	0,051	0,101	0,000	0,054	0,027	0,039	0,087	0,066	0,003	0,068	0,003	0,053	0,013
nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família	0,121	0,000	0,098	0,000	0,157	0,000	0,086	0,000	0,081	0,000	0,106	0,000	0,141	0,000	0,140	0,000
nº de componentes da família	-0,022	0,066	0,010	0,441	-0,018	0,177	0,032	0,016	0,032	0,010	0,015	0,249	0,010	0,402	0,025	0,035
Educação																
anos de estudo do pai	-0,076	0,000	-0,121	0,000	-0,111	0,000	-0,061	0,000	-0,065	0,000	-0,063	0,000	-0,061	0,000	-0,058	0,000
indicadora atraso escolar	0,474	0,000	0,378	0,000	0,287	0,000	0,270	0,000	0,188	0,000	0,217	0,000	0,314	0,000	0,246	0,000
Renda e Trabalho																
LN renda per capita	-0,036	0,007	-0,008	0,709	0,010	0,678	0,027	0,011	0,032	0,008	-0,002	0,913	0,092	0,000	0,084	0,000
Idade em que a mãe começou a trabalhar	-0,033	0,000					-0,043	0,000	-0,053	0,000	-0,061	0,000	-0,058	0,000	-0,053	0,000
Idade em que o pai começou a trabalhar	-0,059	0,000					-0,075	0,000	-0,076	0,000	-0,056	0,000	-0,082	0,000	-0,080	0,000
pai ocupado	-0,141	0,005	0,001	0,991	0,495	0,000	0,330	0,000	0,284	0,000	0,438	0,000	0,298	0,000	0,295	0,000
mãe ocupada	0,173	0,121	0,297	0,006	0,067	0,595	0,545	0,000	0,478	0,000	0,593	0,000	0,704	0,000	0,761	0,000
indicadora carteira assinada pai ou mãe	-0,322	0,000	-0,450	0,000	-0,577	0,000	-0,710	0,000	-0,819	0,000	-0,801	0,000	-0,719	0,000	-0,768	0,000
N	37540		36594		33795		24678		27745		26924		40034		40871	
-2 Log Likelihood	56933,02		55599,16		48693,35		38101,68		40488,41		38082,50		47999,33		47079,25	
Pseudo R2 (Nagelkerke)	0,246		0,234		0,253		0,298		0,292		0,278		0,236		0,231	
Chi-Square	8667,33		7993,94		7946,82		7225,19		7722,73		6995,85		7953,60		7767,64	

Fonte: FIBGE/PNAD. Elaboração Própria

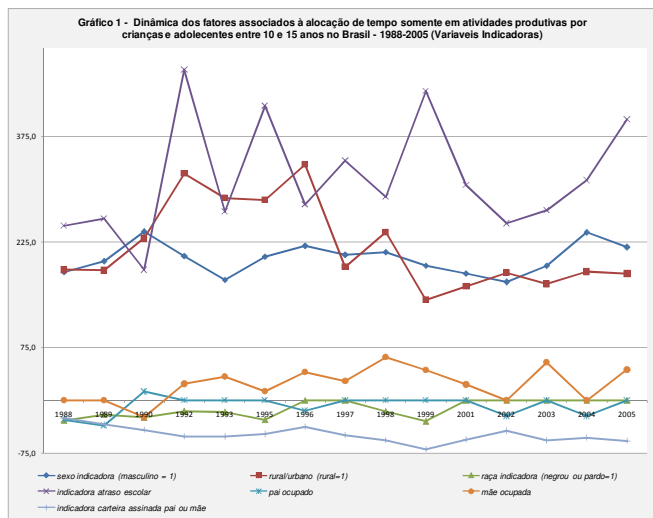
Categoria de análise - trabalho e estuda	1998		1999		2001		2002		2003		2004		2005	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
Intercept	-1,879	0,000	-2,674	0,000	-2,077	0,000	-1,873	0,000	-2,269	0,000	-2,107	0,000	-1,796	0,000
Controle														
sexo indicadora (masculino = 1)	0,981	0,000	0,879	0,000	0,845	0,000	0,883	0,000	0,818	0,000	0,856	0,000	0,829	0,000
rural/urbano (rural = 1)	1,019	0,000	1,130	0,000	1,098	0,000	1,091	0,000	1,081	0,000	1,130	0,000	1,005	0,000
raça indicadora (negro ou pardo=1)	-0,055	0,126	-0,056	0,215	-0,001	0,986	-0,009	0,819	-0,039	0,327	-0,042	0,288	0,022	0,560
Composição Familiar														
nº de pessoas entre 0 e 6 anos na família	0,051	0,020	-0,022	0,417	0,069	0,003	0,064	0,006	0,059	0,019	0,062	0,011	0,085	0,001
nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família	0,129	0,000	0,094	0,000	0,219	0,000	0,194	0,000	0,221	0,000	0,220	0,000	0,214	0,000
nº de componentes da família	0,015	0,244	0,066	0,000	-0,025	0,052	-0,020	0,118	-0,033	0,018	-0,023	0,088	-0,039	0,008
Educação														
anos de estudo do pai	-0,072	0,000	-0,052	0,000	-0,050	0,000	-0,043	0,000	-0,055	0,000	-0,043	0,000	-0,037	0,000
indicadora atraso escolar	0,236	0,000	0,163	0,002	0,263	0,000	0,257	0,000	0,262	0,000	0,260	0,000	0,258	0,000
Renda e Trabalho														
LN renda per capita	0,053	0,002	-0,025	0,270	0,061	0,001	0,048	0,010	0,061	0,002	0,089	0,000	-0,024	0,298
Idade em que a mãe começou a trabalhar	-0,064	0,000	-0,043	0,000	-0,061	0,000	-0,074	0,000	-0,063	0,000	-0,064	0,000	-0,069	0,000
Idade em que o pai começou a trabalhar	-0,080	0,000	-0,062	0,000	-0,078	0,000	-0,083	0,000	-0,076	0,000	-0,096	0,000	-0,077	0,000
pai ocupado	0,306	0,000	0,852	0,000	0,407	0,000	0,364	0,000	0,419	0,000	0,257	0,000	0,472	0,000
mãe ocupada	0,922	0,000	0,909	0,000	0,819	0,000	0,904	0,000	1,043	0,000	0,890	0,000	0,965	0,000
indicadora carteira assinada pai ou mãe	-0,837	0,000	-0,871	0,000	-0,909	0,000	-0,736	0,000	-0,688	0,000	-0,758	0,000	-0,793	0,000
N	39631		20288		40328		40238		39343		40619		41583	
-2 Log Likelihood	41638,76		27087,82		36161,92		34734,48		32036,63		33836,04		34062,70	
Pseudo R2 (Nagelkerke)	0,249		0,275		0,230		0,233		0,227		0,232		0,231	
Chi-Square	7863,29		4662,36		6700,72		6600,19		6059,02		6489,95		6541,09	

Fonte: FIBGE/PNAD. Elaboração Própria

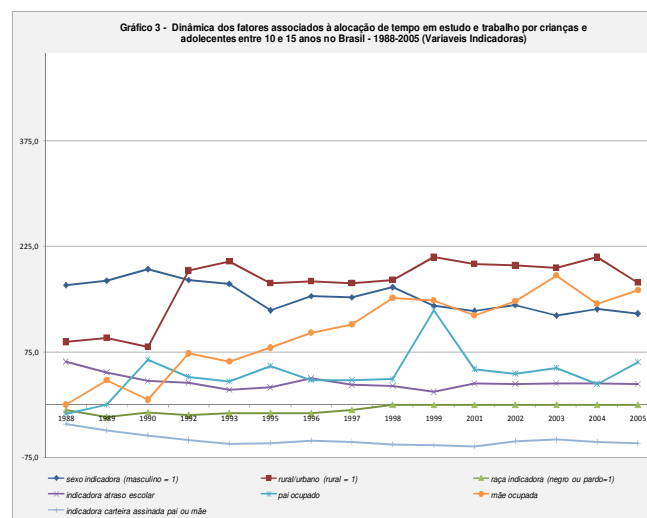
ANEXO 2 – RESULTADOS DO MODELO DE ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTINOMIAL - % DE EFEITO (CATEGORIA DE REFERÊNCIA: APENAS ESTUDA)

VARIÁVEIS INDICADORAS

Apenas Trabalha



Trabalha e Estuda



VARIÁVEIS CONTÍNUAS

